

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciências Sociais**  
**Departamento de Antropologia**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**O Poço da Draga e a construção do Acquario Ceará**

Edson Alencar Collares de Bessa

Brasília, DF

2015

**Edson Alencar Collares de Bessa**

**O Poço da Draga e a construção do Acquario Ceará**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social da Universidade de  
Brasília.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Patriota  
de Moura

Brasília, DF

2015

Edson Alencar Collares de Bessa

## **O Poço da Draga e a construção do Acquario Ceará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Patriota de Moura

BANCA EXAMINADORA:

---

Dr<sup>ª</sup>. Cristina Patriota de Moura (DAN-UnB) (Presidente)

---

Dr. Daniel Schroeter Simião (DAN-UnB)

---

Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho Rodrigues (UFC)

---

Dr<sup>ª</sup> Andréa de Souza Lobo (DAN-UnB) (suplente)

Brasília, 06 de março de 2015.

*Às pessoas que moram no lugar onde a draga fez seu poço.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos moradores do Poço da Draga. Desde os que eu tive a oportunidade de conversar uma ou duas vezes até os que me ajudaram, por meio de conversas sobre vários assuntos em dias distintos, a compor a pesquisa de campo e posterior escrita do texto. Essas pessoas são a base de toda a pesquisa desde o início, elas escrevem aqui junto comigo.

Ao CNPq pelo auxílio concedido pela bolsa de estudos durante todos os dois anos de mestrado acadêmico. Sem o fomento financeiro, teria sido inviável esta pesquisa bem como até mesmo minha manutenção efetiva em Brasília durante o período das aulas.

À professora Cristina Patriota de Moura, por suas orientações perspicazes e sua paciência em lidar com a minha demora em enviar os capítulos dessa dissertação. Sua cooperação em corrigir os meus textos, dar conselhos indicativos sobre os direcionamentos desta pesquisa e sua sensibilidade em perceber minhas dificuldades por vários momentos foram marcantes para gerar em mim um sentimento profundo de gratidão a ela. Também, graças ao seu incentivo e ajuda, pude fazer a seleção do doutorado já em 2014, sendo aprovado no dificultoso processo seletivo e acarretando em mais dificuldades em lidar com os prazos estabelecidos para o fim do mestrado.

Aos demais docentes do PPGAS-UnB, principalmente dos quais fui aluno durante os três semestres de disciplinas. Graças a eles, tive a oportunidade de entrar em contato com aprendizados teóricos em antropologia e fundamentos de composição textual etnográfica que ajudaram a compor este trabalho.

Aos funcionários do DAN e do PPGAS, pelo constante esclarecimento e auxílio nas questões burocráticas durante todo o período de mestrado.

Aos docentes da UFC, especialmente às professoras Lea Carvalho Rodrigues e Linda Gondim. Lea, de quem fui aluno em três disciplinas durante a graduação, por ajudar com seus ensinamentos sobre escrita etnográfica mais concisa e objetiva, por me dar instruções proveitosas nas coordenações de grupos de trabalho em eventos científicos e pelo incentivo para que eu fizesse as seleções do mestrado e

doutorado no PPGAS-UnB. Linda, por me permitir a entrada no LEC (Laboratório de Estudos da Cidade), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFC, que por meio de seu banco de dados me ajudou com material bibliográfico de pesquisas anteriores na Praia de Iracema e no Poço da Draga.

Aos meus colegas do PPGAS-UnB, pelas conversas informais na Katakumba e pelas discussões durante as aulas e na formulação dos trabalhos finais das disciplinas.

Aos meus amigos e amigas (prefiro evitar nomes para não correr o risco de esquecer alguém) de Brasília e de Fortaleza, pelo carinho e descontração proporcionados que me ajudaram a continuar na escrita desta dissertação diante de dificuldades e que me permitiram ver outras possibilidades para a pesquisa empírica.

Aos meus pais e familiares pelo carinho afetuoso e incentivo constante em todos os momentos.

À Alice, por estar comigo o tempo todo, me fazendo perceber que nem sempre o processo de escrita é um ato solitário constante. Afinal, nós sabemos que o amor é grande e pode ser ainda maior.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AMPODRA	Associação dos Moradores do Poço da Draga
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CEF	Caixa Econômica Federal
CMFE	Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
GEC	Governo do Estado do Ceará
INACE	Indústria Naval do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEC-UFC	Laboratório de Estudos da Cidade da Universidade Federal do Ceará
LABOMAR	Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará
MB	Marinha do Brasil
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PPGAS-UnB	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UnB	Universidade de Brasília

## **RESUMO**

Em meio a tempos de eventos esportivos de abrangência internacional, como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas no Brasil, mudanças nos contextos urbanos se tornam evidentes. Com a dicotomia entre modernidade e tradição fomentada por matrizes de ideologia desenvolvimentista, ocorre uma exacerbada propagação de políticas de intervenção espacial por parte dos órgãos governamentais onde pessoas de baixo poder econômico aquisitivo tem sido retiradas de suas moradias para que se possa realizar a construção de grandes empreendimentos. O caso específico estudado nesta pesquisa é o dos moradores do aglomerado urbano Poço da Draga localizado nas imediações de onde está sendo construído o terceiro maior “museu oceânico” do mundo, o Acquario Ceará, em Fortaleza, Brasil. Com a instalação do empreendimento, há uma possibilidade de remoção desses moradores do local onde vivem há mais de cem anos. Ao perceber as transformações urbanas ocorridas na região da Praia de Iracema, que abrange o Poço da Draga, se denota como projetos de desenvolvimento atrelados ao fomento turístico causam impactos espaciais e, sobretudo, nas relações sociais entre as pessoas que compõem as populações locais afetadas. Devido a isso, perpassa a este trabalho uma tentativa de empreender reflexões teóricas no escopo da antropologia do que se veicula como “desenvolvimento” para se perceber alguns complexos de interesses entre os agentes propagadores de projetos desenvolvimentistas e os sujeitos, em seus contextos sociais específicos, afetados por tais projetos. Este trabalho abrange a produção de um estudo etnográfico a partir, principalmente, de depoimentos dos moradores do Poço da Draga.

**Palavras-chave:** grandes empreendimentos; transformações urbanas; impactos do turismo; antropologia do desenvolvimento.



## **ABSTRACT**

Amid sporting events times of international scope, such as the World Cup soccer and the Olympics in Brazil, changes in urban settings become evident. With the dichotomy between modernity and tradition fostered by arrays of developmentalist ideology, there is a heightened spatial spread of policy interventions by government agencies where low income economic power people have been evacuated from their homes so that they can carry out the construction of large developments. The specific case studied in this research is the residents of the urban agglomeration Poço da Draga located in the vicinity of where it is being built the third largest “ocean museum” in the world, the Acuario Ceará, in Fortaleza, Brazil. With the installation of the project, there is a possibility of removing these residents where they live for over a hundred years. Realizing the urban transformations that have occurred in the area of Iracema Beach, covering the Poço da Draga, is denoted as a tourism promotion linked to development projects cause spatial impacts and, above all, in sociability among people who make up the local populations affected. Because of this, pervades this work an attempt to undertake theoretical reflections on the anthropology of scope that conveys as “development” to realize some complex of interests between the propagators of development projects and the subjects in their specific social contexts, affected by such projects. This work includes an ethnographic study based mainly on testimony of residents of the Poço da Draga.

**Keywords:** large enterprises; urban transformations; impacts of tourism; anthropology of development.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: O Poço da Draga e as obras .....	24
1.1 A orla de Fortaleza e o turismo .....	24
1.2 Breves histórias do passado.....	32
1.3 Alguns relatos e observações sobre o atual Poço da Draga.....	40
1.4 As obras e os alertas de remoções .....	46
CAPÍTULO 2: A construção do Acquario Ceará e os conhecimentos diferentes entre pescadores do Poço da Draga e cientistas .....	52
2.1 O Acquario Ceará entre sonhos e lições da pesca marítima.....	52
2.2 A construção do Acquario Ceará: evento público em andamento e redes de atores que transcendem o local .....	56
2.3 A “cuviola” e algumas dinâmicas dos humanos com o mar: capturar é aprisionar? .....	64
2.4 Pescadores, cientistas, peixes e o mar: histórias representativas de vida e morte	68
2.5 É possível se estabelecer uma “cuviola” mútua entre saberes diferenciados? Pescadores no Acquario Ceará, cientistas no Poço da Draga.....	73
CAPÍTULO 3: O Pavilhão Atlântico: entre espaços visíveis e invisíveis no Poço da Draga .....	81
3.1 O Pavilhão Atlântico como espaço de manifestação.....	83
3.2 O lugar de residência à espera do “evento espetacular” .....	88
3.3 Do mar ao Poço: o Pavilhão Atlântico entre a praia e a rua.....	93
CAPÍTULO 4: Algumas contribuições da antropologia do desenvolvimento para a problemática construção do Acquario Ceará.....	99
4.1 A importância da antropologia nos estudos sobre desenvolvimento e globalização .....	100
4.2 O “tradicional” em territorialidade: perspectiva de desenvolvimento como valor humano .....	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS – perspectivas de estudos posteriores no Poço da Draga e aprendizados obtidos .....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	123
Fontes primárias .....	133

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no aglomerado urbano Poço da Draga, localizado em Fortaleza, Ceará, Brasil. O Poço da Draga está compreendido no bairro Praia de Iracema, bairro este que sofreu diversas modificações espaciais no decorrer dos anos. Muitas dessas transformações na região foram sentidas pelos moradores do Poço da Draga. Atualmente com cerca de dois mil habitantes, o Poço da Draga foi afetado com a construção do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), com a reforma da Ponte dos Ingleses e com a colocação do Aterro da Praia de Iracema. Desde 2011, seus moradores estão ameaçados de sofrerem remoções de suas residências por conta da construção do Acuario Ceará em área vizinha às locações. Isto vem gerando em alguns habitantes do Poço da Draga um sentimento de incerteza quanto à ocupação do espaço onde suas famílias vivem há muitos anos.

Orçado inicialmente em 250 milhões de reais<sup>1</sup>, o Acuario Ceará foi idealizado pela atual gestão do Governo do Estado do Ceará em parceria com empresas multinacionais e pretende colocar Fortaleza definitivamente na rota do turismo mundial<sup>2</sup>, duplicando o fluxo turístico no Estado anualmente. A perspectiva, segundo o discurso dos idealizadores do projeto, é que o empreendimento seja o terceiro maior “museu oceânico” do mundo. A implantação desse oceanário na região que compreende o Poço da Draga estava agendada para meados de 2015, após inúmeros atrasos da obra por embargos ambientais do Ministério Público e suspeitas de não-realização de licitações com as empresas privadas responsáveis pela instalação das estruturas. Em notícia recente<sup>3</sup>, fevereiro de 2015, a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE) anunciou a suspensão das obras do Acuario Ceará pela terceira vez, em

---

<sup>1</sup> Orçamento inicialmente divulgado pelo Governo do Estado do Ceará como advindo de parcerias entre os agentes de governança e empresas multinacionais envolvidas na construção do empreendimento.

<sup>2</sup> É possível visualizar o projeto completo de implementação do Acuario do Ceará, na visão do Governo do Estado do Ceará, através do site: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/release>, acesso em 11/07/2012.

<sup>3</sup> Segundo a matéria de jornal de 19/02/2015, “de acordo com publicação do Diário Oficial do Estado de 13 de fevereiro, as obras foram interrompidas por decisão do titular da SETUR-CE, Aivaldo Pinho, após a empresa responsável pela construção, a *International Concept Management* (ICM), protocolar requerimentos sobre medições e pagamentos em relação ao contratante, o Governo do Estado”. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/02/19/noticiasjornalpolitica.3394789/obras-do-acuario-ceara-sao-adiadas-pela-3-vez.shtml>, acesso em 20/02/2015.

quatro anos de início da movimentação de obras, desde a escolha do terreno: ocupação do local onde estava instalado o antigo prédio do DNOCS, ao lado do Poço da Draga, na Praia de Iracema. A figura a seguir esboça, cronologicamente, alguns eventos importantes da evolução das obras do Acquario, mediante divulgação pública de seus idealizadores:

## A EVOLUÇÃO DAS OBRAS DO ACQUARIO

**2011**

**13 de agosto**  
Início das obras do Acquario era prevista para até o final de 2011. Obra foi orçada em US\$ 150 milhões, cerca de R\$ 250 milhões à época.

**2012**

**28 de fevereiro**  
Inauguração da obra era prevista para o primeiro semestre de 2014, antes, portanto, da Copa do Mundo.

**7 de março**  
Chegam as primeiras estacas para a sustentação do Acquario Ceará e começam as obras. Custo da manutenção do equipamento era estimado em R\$ 1,5 milhão por mês. Cerca de R\$ 20 milhões é a movimentação financeira esperada com o fluxo de visitantes do Acquario.

**8 de março**  
Movimento "Quem dera ser um peixe", iniciado na Internet, questiona a dispensa de licitação na contratação da empresa americana ICM Reynolds para construir o equipamento turístico.

**23 de março**  
Após recomendação do Ministério Público Federal (MPF), o então secretário do Turismo, Bismarck Maia, anunciou o adiamento do início das obras até que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovasse estudo arqueológico do terreno.

**29 de março**  
Arquitetos cobram plano de negócios do Acquario, secretário diz que plano não é necessário.

**14 de abril**  
Obras foram retomadas após 16 dias de paralisação aguardando autorização do Iphan. O custo diário da obra era de R\$ 10 mil. A paralisação gerou prejuízos de R\$ 160 mil. Bismarck Maia afirma que o custo não afetaria o orçamento.

**17 de abril**  
Iphan recua e diz que obra continua embargada.

**20 de abril**  
Secretário manda paralisar as obras após recomendação do Ministério Público Federal por causa da ausência do relatório do Iphan.

**15 de junho**  
Justiça Federal determina a anulação do embargo que paralisou as obras do Acquario. Elas seriam reiniciadas em 19 de junho.

**5 de dezembro**  
MPF recomenda embargo das obras por falta de licença ambiental emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semam).

**21 de dezembro**  
Secretaria Municipal do Meio Ambiente embarga a obra após solicitação do MPF.

**2013**

**26 de janeiro**  
Obras são retomadas com objetivo de ser entregue antes da Copa.

**27 de março**  
Relatório do Tribunal de Contas do Estado apontou que a obra do Acquario é ilegal porque a empresa ICM, contratada sem licitação, não seria a única capaz de realizar a construção, conforme justificativa da Secretaria do Turismo do Estado.

**6 de julho**  
Movimentos sociais realizam manifestação para a realização de um plebiscito para decidir sobre a continuidade da obra do equipamento.

**7 de julho**  
Construção do Acquario já soma gastos de R\$ 52,6 milhões.

**21 de agosto**  
Ministérios públicos Estadual e Federal apontam irregularidades em obra. A inexistência de licitação pedida pelo Governo do Estado violaria a Constituição Federal e a Lei de Licitações, aponta o procurador da República Alessandro Sales.

**22 de agosto**  
Suspensos os pagamentos de obra do Acquario. A Secretaria do Turismo terá de responder a questionamentos feitos pela inspetoria do TCE sobre os contratos do empreendimento. Ministérios públicos apontam indícios de improbidade em dispensa de licitação.

**26 de agosto**  
Primeira fase das obras tem conclusão prevista para 15 de setembro de 2013. O então secretário do Turismo,

Bismarck Maia, rebate acusações de irregularidades na contratação de empresa e afirma que obra continua.

**4 de dezembro**  
Termelétrica será construída para abastecer Acquario. Composta por três geradores a gás natural, o equipamento servirá para dar maior segurança no abastecimento elétrico da atração turística.

**2014**

**10 de janeiro**  
Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra) terá de esclarecer licitação de usina. Ministério Público de Contas aponta "restrição de competitividade" em certame para construção de usina termelétrica, do qual só uma empresa participou.

**12 de fevereiro**  
TCE decide: Seinfra deve suspender repasses. O pleno do Tribunal de Contas do Estado homologou por unanimidade liminar pedida pelo Ministério Público de Contas, que vê "restrição de competitividade" na licitação. Contrato do governo com a Cummins é de R\$ 16 milhões.

**19 de abril**  
Chegam 14 contêineres para a construção do equipamento. A empresa americana responsável pela obra apresentará cronograma final. Haverá reunião com embaixadora dos EUA sobre empréstimo.

**24 de abril**  
Acquario deverá ficar pronto em dezembro de 2015, afirma Bismarck.

**13 de maio**  
Modelo de gestão será definido até o fim do ano. Segundo o secretário de Turismo, nos primeiros meses de funcionamento do Acquario, haverá uma operação assistida por parte da empresa responsável pela obra.

**23 de julho**  
Segundo a Secretaria de Turismo, 40% das obras estarão prontas até dezembro de 2014.

**2015**

**13 de fevereiro**  
Secretaria do Turismo decide suspender as obras por 60 dias para realizar auditoria no contrato e responder requerimentos da contratada sobre medições da construção e pagamentos.



Balanco das obras do Acquario Ceará elaborado pelo Jornal O Povo. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/02/19/noticiasjornalpolitica.3394789/obras-do-acquario-ceara-sao-adiadas-pela-3-vez.shtml>, acesso em: 20/02/2015.

Após me informar sobre estudos já feitos dentro do Poço da Draga<sup>4</sup>, busquei concentrar esta pesquisa em questões mais próximas das pessoas que lá residem. Em um anseio que denotava mais proximidade em revelar as pessoas que estavam ameaçadas de serem removidas de suas residências, parti para os primeiros contatos com elas ciente de que buscava uma pesquisa diferente das outras realizadas na região. Com o intuito de concentrar passagens sobre relatos de vida, observei algumas relações dos atores sociais com seus dramas cotidianos e me ative a uma possibilidade iminente de conflito com forças governamentais para a permanência no local.

Em 2012, tive os primeiros contatos com alguns moradores do Poço da Draga. O prédio do antigo DNOCS na região havia sido demolido recentemente e manchetes de jornais destacavam o início efetivo da construção do Acquario Ceará. Ao ver uma dessas reportagens, me deparei com um depoimento de Francisca<sup>5</sup> a respeito dos direitos dos moradores do Poço da Draga em permanecer na região, mesmo diante de incertezas dessa permanência com a construção do Acquario Ceará.

Na reportagem, havia contatos fornecidos por Francisca para pessoas interessadas em conhecer o trabalho desenvolvido por ela e outras pessoas em uma ONG instalada no interior do Poço da Draga. Logo, enviei mensagens eletrônicas para ela e iniciei os primeiros contatos sobre a possibilidade de pesquisa dentro do aglomerado urbano. Solícita e de boa vontade em colaborar com a pesquisa que eu idealizava, Francisca me apresentou muitas pessoas dentro do Poço da Draga. E a partir da entrada no bairro através de Francisca, pude ir conhecendo todos os interlocutores que compõem a escrita deste trabalho. Com o tempo, fui conversando com mais e mais pessoas, muitas delas não apresentadas pela interlocutora inicial.

Inicialmente, busquei montar algumas redes de interlocutores, diretamente interconectados ou não, que pudessem expor suas opiniões acerca de assuntos que ligassem às suas trajetórias de vida ao local onde moram, o Poço da Draga. Assim, optei pela escolha metodológica de recorrer às entrevistas repetidas apenas com pessoas que

---

<sup>4</sup> Refiro-me principalmente aos trabalhos sociológicos de Gondim (2001a; 2001b; 2006; 2009; 2014) e suas orientações no Curso de Ciências Sociais da UFC, em nível de Mestrado em Sociologia (OLIVEIRA, 2006) e graduação (OLIVEIRA, 2003; RODRIGUES, 2013) abordando, dentre outros assuntos, alguns aspectos de modificações urbanas e suas repercussões sociais na Praia de Iracema, sociabilidades estabelecidas no Poço da Draga e, mais recentemente, as relações estabelecidas entre os moradores e integrantes dos movimentos sociais contrários à construção do Acquario Ceará.

<sup>5</sup> Francisca, assim como os demais interlocutores que compõem esta pesquisa, será apresentada no capítulo seguinte. Por enquanto, quero destacar nesse momento a sua disponibilidade em me ajudar sobremaneira no início desta pesquisa.

se dizem “nascidas no Poço da Draga” (sic). É evidente que as pessoas que recentemente ocupam o bairro ou são transitórias em relação ao Poço da Draga têm sua importância no estudo, mas procurei entender nos depoimentos obtidos por entrevistas ou conversas informais alguns significados de permanência no Poço da Draga. A opção por um grupo menor de pessoas, composto por diferentes faixas etárias, gêneros e ocupações foi vital para a viabilidade do estudo antropológico iniciado em um curto prazo de tempo, como este. Esses interlocutores, marcados pela vontade de falar sobre o local onde residem “desde sempre”, expressam opiniões distintas sobre os variados assuntos abordados nesta pesquisa e detalhados neste texto, a seguir, nos quatro capítulos dispostos.

É válido reforçar que entre o início de 2012 e o final de 2014 não houve a completa construção do Acquario Ceará. Também não ocorreu nenhuma remoção de moradores do Poço da Draga. Assim, este estudo é sobre um processo não-concretizado de uma obra de grande porte afetando um grupo de pessoas. Acompanhando esse processo inacabado, em conjunto com as pessoas afetadas por ele, fiz esta pesquisa baseada nas expectativas dos moradores do Poço da Draga sobre eventos críticos (remoção do local de suas residências ou completa instalação do oceanário) possíveis, mas que não se sabe se vão ocorrer. O que pretendo retratar, primordialmente neste texto é *um breve panorama sobre as vivências das pessoas no Poço da Draga, especificadas em relações com os espaços da região e tecidas nas transformações históricas do lugar em razão de obras promovidas por agentes externos, focalizando principalmente na atual construção do Acquario Ceará.*

Para que esse objetivo fosse atingido, estive em contato com cerca de trinta moradores do Poço da Draga. Entrevistei quinze pessoas. Dessas, repeti conversas com treze delas. Esses treze interlocutores<sup>6</sup> estão dispostos no decorrer dos capítulos, participando da escrita efetivamente com seus depoimentos. O trabalho de campo teve duração efetiva por volta de seis meses, sendo quatro ininterruptos (de setembro/2014 a dezembro/2014)<sup>7</sup>. Em 2013, apenas mantive troca de mensagens, principalmente com

---

<sup>6</sup> Os treze interlocutores, a serem apresentados posteriormente aqui neste trabalho, são (em ordem alfabética): André, Ataíde, Bianca, Clóvis, Francisca, Isadora, João, Márcia, Pedro, Raimundo, Rosa, Sílvio, Valdir. Os nomes deles foram modificados. A primeira menção de cada um deles no texto terá destaque em negrito, reforçando suas respectivas entradas na escrita.

<sup>7</sup> Os curtos e esparsos períodos de tempo para o trabalho de campo se inserem nos recessos de aulas do Mestrado em Antropologia Social do PPGAS, do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), ao qual estou vinculado.

Francisca, e fui ao evento de comemoração dos 107 anos do Poço da Draga, em maio de 2013. Com visitas constantes entre janeiro e fevereiro de 2014, brevemente e com conversas informais em julho e agosto de 2014 e ininterruptamente de setembro a dezembro de 2014, visitei as residências dos interlocutores alternadamente.

Inicialmente, as principais dificuldades encontradas no trabalho de campo se deram pela indisposição de algumas pessoas em falarem do tema proposto. Vale ressaltar que as minhas primeiras incursões no Poço da Draga, já com intuito de conhecer pessoas para serem interlocutores da pesquisa, foram em dezembro de 2013, período em que ocorreu a tentativa de anexação do Pavilhão Atlântico (importante praça de convivência dos moradores do Poço da Draga, além de visitantes) para construção do refeitório dos trabalhadores do Acquario Ceará. Assim, muitas pessoas estavam, em dezembro de 2013, revoltadas com a colocação dos tapumes ao redor do Pavilhão Atlântico e se mostrando insatisfeitas com qualquer tipo de “invasores” em seu território, inclusive pesquisadores.

Rosa, por exemplo, falava nas primeiras conversas de suas idas à praia com suas vizinhas, quando era criança. Segundo ela, cada uma das meninas tinha uma pedra preferida para ficar sentada, enquanto viam o pôr-do-sol ou descansavam entre um mergulho e outro no mar. Isso ela contava para mostrar que, com o aterramento da praia de Iracema, no início da década de 1990, as pedras foram retiradas. Assim, ela temia perder o restante da praia (com a construção do Acquario Ceará) e seu filho pequeno não ter sequer um “banquinho de areia” para brincar perto do mar.

No decorrer das visitas, as pessoas passaram a conversar mais sobre o Poço da Draga, em grande parte reivindicando direitos de pertencimento àquele espaço. A presença de outros pesquisadores na região também foi, inicialmente, um fator positivo para minha aceitação. Posteriormente, entretanto, o fato de as pessoas estarem acostumadas com a presença de pesquisadores no Poço da Draga fez com que muitas não quisessem conversar, com a justificativa recorrente de que “não adianta nada esses estudos, vocês [pesquisadores] não fazem nada por nós” (sic). Outros moradores repetiam que “muita gente faz pesquisa aqui e depois some, nunca mais aparece”, se sentindo “usados” com meras fontes de dados. Com a certeza de obter conversas mais específicas, procurei intensificar o contato com as pessoas evitando tanto mantê-las apenas como fontes daquilo que me interessava conversar quanto de deixar claro que



minha intenção com a pesquisa era averiguar como elas pensam o local onde moram diante de tantas perspectivas de remoções ao longo dos anos. E, para que elas falassem sobre o tema proposto, deixei evidente que isso não se fixava em caracteres estanques e sim por diversas formas de aprendizado que nós (eu e elas) poderíamos compartilhar. Por isso, as entrevistas foram mantidas inicialmente sem uma estruturação definida para que, com o decorrer das conversas, um assunto solto em encontro anterior levasse a mais discussões no encontro seguinte.

A mesma justificativa que aplicava aos interlocutores para fazê-los entender a importância deste estudo, expresso aqui: a emergência de monitorar alguns processos sociais em que populações locais são afetadas por projetos de “desenvolvimento”. A ideia inicial da pesquisa era dialogar com os interlocutores sobre o que eles pensam a respeito de ideários propagados, tais como “modernidade” ou “progresso”. Contudo, o interesse das pessoas em falarem se deu mais pela possibilidade de serem removidas de suas residências com a construção do Acquario Ceará. Ou seja, seus depoimentos surgiam mais como manifestações da realidade prática, vivenciada em relações sociais alternantes pelo cotidiano, do que em formulações ideológicas estabelecidas pela propaganda recorrente aos projetos de grandes empreendimentos.

Entre algumas expressões de resultados obtidos pelas interlocuções estão os próprios desdobramentos acontecidos durante o trabalho de campo. O excesso de pesquisas já feitas no local, embora nenhuma delas em antropologia, foi um aspecto que me forneceu subsídios para troca de saberes: ao ensinar aos interlocutores as relações estabelecidas, propostas pelo estudo antropológico, entre o pesquisador e o interlocutor, recebia a satisfação de comentários tais como “ah, eu não sabia que a minha vida era tão importante” (sic). As idas ao campo com desconfiança por parte de algumas pessoas que me observavam revelaram “múltiplos Edsons” para elas: o “Edson policial”, em interrogações sussurradas entre algumas pessoas, tais como “quem é esse sujeito de cabeça raspada rondando aqui? Será que é da polícia, querendo pegar os traficantes do Pocinho<sup>8</sup>?”

Ou mesmo o “Edson político”, que “veio pedir votos para alguém”, principalmente durante o trabalho de campo no mês de setembro de 2014, anterior às

---

<sup>8</sup> Posteriormente, no capítulo seguinte, esboço algumas divisões internas dentro do Poço da Draga, informadas pelos interlocutores. Dentre elas, está a presença de moradores recentes em uma área próxima ao mangue, denominada “Pocinho”.

eleições. Com foco em políticos que vinham constantemente ao Poço da Draga tentando angariar votos, muitas pessoas se interrogaram se minha presença era mais uma manifestação dessa tentativa. “Ele deve ser candidato, mas tá muito ‘malarrumado’ pra isso”, falou certa vez uma senhora para outra moradora ao me observar em setembro de 2014. A minha ida a campo de trajés mais despojados, usando muitas vezes chinelos e bermuda, se deu principalmente para que as pessoas não pensassem que eu estava no Poço da Draga a fim de realizar serviços para políticos.

Por isso, muitas vezes fazia questão de deixar claro que era um “pesquisador de Brasília”, que não tinha nada a ver com a política local. Entretanto, esse argumento também me trouxe certas dificuldades. No antípoda do “Edson político”, que vem aqui ser mais um que “só aparece nas eleições e depois some juntamente com as promessas”, surgiu o “rapaz de Brasília que pode ajudar a gente”. Muitos me perguntaram se eu tinha como “resolver a situação deles” (por ser pesquisador de uma universidade da capital federal) em permanecer no local onde moram. É importante salientar, nesse momento, que os interlocutores que se dispuseram a conversar constantemente comigo não teciam tais comentários em minha presença e reforçavam, perante as demais pessoas, que eu estava ali para estudar “como eles viviam a lida do dia” (sic). Mesmo assim, alguns poucos moradores entravam nas residências dos interlocutores, durante as entrevistas, e diziam “é só mais um que não vai resolver nada pra gente, esse moço não vai evitar que a gente saia daqui”.

Nas conversas com os pescadores aparecia o Edson “que não sabe pescar, que não sabe o que é uma praia”. Tentando obter depoimentos desse argumento inicial deles, procurava perguntar para eles os significados da praia e da pesca, enaltecendo seus conhecimentos e vivências como importantes, suas teorias locais estabelecidas pelas técnicas de pescaria como aprendizados em outras formas de conhecimento. Falar de pesca, da praia e do mar surgia, nessas interlocuções, como contrapontos à irritação de muitos moradores em se verem constantemente ameaçados de remoção, tendo cada vez mais seus espaços de residência, convivência, e lazer privados constantemente nos últimos anos.

Sem dúvida, o trabalho de campo e a convivência dentro do Poço da Draga me trouxeram mais proveitos e lições do que constrangimentos. Estar com pessoas estranhas e torná-las, mesmo que por curto prazo, um pouco familiares me fez entender

na prática que a antropologia se faz para além da dicotomia “sujeito-objeto”. Assim, para além de uma teleologia moderna de divisão conceitual científica, que especifica domínios e saberes em polos opostos raramente conectados, percebi no trabalho de campo efetuado no Poço da Draga que o câmbio de saberes entre pesquisador e interlocutores pode ser constante. Noutras palavras, o “objeto” de pesquisa é uma problemática vivenciada pelos interlocutores em conjunto com o pesquisador.

Embora sendo uma etnografia da atualidade, esta pesquisa tenta não ser mais um estudo comparativo da modernidade. Dumont (1985) afirma que a própria dicotomia sujeito-objeto, como derivação homem-natureza, reflete uma baixa adaptação de análise da antropologia social, que apenas engloba aspectos das ciências moldadas pela ideologia moderna. Além disso, Dumont ainda prevê que as ideias modernas, científicas, “adaptam-se mal” à antropologia, isto é, já chegam fragmentadas e classificadas aos antropólogos, que acabam não sabendo analisá-las corretamente (DUMONT, 1985, p. 265).

Dumont vê na antropologia o elo de comunicação intercultural, capaz de “reintegrar o caso moderno no geral”, dando “uma forma consciente a essas experiências mais ou menos precárias e responder assim a uma necessidade contemporânea” (Ibid., p. 253). Para que isso seja possível, o autor de *O Individualismo* sinaliza que a antropologia deve destacar as relações valorativas dos não-modernos e dos modernos a partir dessa diminuição do valor de diferenciação do sujeito com o objeto, promovendo com isso uma maior caracterização da autonomia das esferas sociais modernas para visualizar as “equivalências de função” delas e, assim, desconstruí-las na análise antropológica (p. 266-268).

Ademais, Dumont propõe que a antropologia deve evitar a separação das ideias de valor dos fatos. Para isso, ele fornece três “índices” a serem observados na construção metodológica do antropólogo: ver hierarquias de ideias, “superiores” e “inferiores”; analisar a inversão como uma das propriedades dessa hierarquia de ideias, isto é, a bidimensionalidade hierárquica; e por fim, e não menos importante, observar os valores como constituídos de segmentações configuradas (Ibid., p. 259-261). Logo, Dumont percebe que com a aplicação dessas instruções, o saber antropológico poderá reconhecer a alteridade como uma hierarquia, o “reconhecimento do outro como outro”. Assim, a inversão hierárquica torna-se possível ao comparar arranjos do conhecimento

do Outro e do antropólogo, mostrando que a autoridade etnográfica pode ser questionável quando se altera o foco de observação (Ibid., p. 276; também CLIFFORD, 2008, pp. 17-58).

Essa possibilidade de desconstruir a hierarquia de saberes propostas pelo cientificismo é uma aposta nesta pesquisa. Como meio para que esse anseio metodológico ocorra, é vital manter abertas as possibilidades de aprendizado com os interlocutores, principalmente mediante dificuldades motivadas pelo conflito latente aqui exposto. Por isso, faço o convite aos leitores deste trabalho a uma leitura não meramente documental e técnica dos acontecimentos. Os registros históricos das modificações urbanas em Fortaleza, bem como especificamente na Praia de Iracema e no Poço da Draga são importantes para perceber mudanças nas relações sociais entre as pessoas que vivenciaram tais transformações espaciais. Os detalhamentos<sup>9</sup> do projeto Acuario Ceará também são importantes, mas válidos aqui com a importância de suas repercussões para pessoas envolvidas em sua promoção e, sobretudo, afetadas por sua possível instalação e funcionamento.

Com um modo de contar a história *in media res*, procuro enaltecer fluxos de consciências das pessoas relacionados com os acontecimentos vividos. À guisa do exercício do romance *Absalão, Absalão!* (1936) de William Faulkner, apresento os interlocutores pelas histórias que eles contam do passado. Sem prévia apresentação ou inserção no texto, os interlocutores são como personagens que transitam nos acontecimentos vividos por eles para perceber os fenômenos sociais conflituosos e transformadores ao seu redor.

No *capítulo 1*, faço uma breve periodização das transformações espaciais ocorridas na orla marítima de Fortaleza, impulsionadas principalmente pelo turismo. Como local específico em que houve a construção desta pesquisa, destaco o bairro da Praia de Iracema e suas transformações urbanas. Posteriormente, faço uma apresentação do Poço da Draga com um pouco das suas histórias contadas por seus moradores e apresentação da escolha de alguns interlocutores no universo de milhares de pessoas que lá residem. A ideia é mostrar que o Poço da Draga está inserido na orla marítima de

---

<sup>9</sup> Vale salientar que os detalhes do projeto do Acuario Ceará, em seus termos técnicos, estão disponíveis em vários veículos de comunicação, publicados com o intuito principal de promover a instalação do oceanário. Trabalhos anteriores, como a recente monografia de graduação de Rodrigues (2013), ressaltam as particularidades técnicas do projeto Acuario Ceará, desde sua fundação até a repercussão de seus intentos perante relatórios de impacto ambiental.

Fortaleza que foi, no decorrer das últimas décadas, modificada em prol de iniciativas de agentes privados e alguns órgãos de governança para favorecimento do turismo em escala internacional.

No Ceará, o turismo aparece como estratégia de desenvolvimento. Como parte de um processo predominantemente político ocorrido nas últimas décadas, a expansão turística cearense se deu pela égide vinculada ao “progresso” ou a “modernidade”. Conforme Rodrigues (2011), entre o proposto politicamente pelos fomentadores do turismo e as consequências dessas ações, existem “conflitos fundiários e ambientais que se acirram com a perspectiva de expansão do turismo” (RODRIGUES, 2011, p. 62). Com vínculos a ideologias de “modernidade”, o turismo como estratégia de desenvolvimento é objeto de reflexões críticas pela antropologia (COHEN, 2005). Sobretudo os estudos que se voltam aos impactos negativos sobre as populações locais que habitam as áreas turísticas (RODRIGUES, 2010).

Como perspectiva de aliar o turismo com grandes obras de intervenção espacial, o projeto de construção do Acquario Ceará entra no rol das iniciativas público-privadas para tornar o Estado do Ceará uma referência turística no mundo. Assim, no *capítulo 2*, por meio de descrições breves do projeto Acquario Ceará, exponho algumas reflexões acerca de formas de conhecimento diferentes do saber científico (como as dos pescadores que moram no Poço da Draga) que podem ser modificadas ou ressignificadas com a instalação do oceanário.

Nesse capítulo, reforço mais uma vez a inserção desta pesquisa que também esteve à espera pela concretização de eventos críticos (a completa instalação do Acquario Ceará ou a remoção de moradores do Poço da Draga). Por isso, são sempre constantes as ressalvas de uma composição textual repleta de incertezas do campo, tanto pelos interlocutores quanto pelo pesquisador. Assim, é importante observar a visão das pessoas do Poço da Draga sobre o andamento da construção do empreendimento em seus efeitos cotidianos, tais com o barulho, a trepidação do solo pelas máquinas e a invasão gradativa de áreas costeiras.

No *capítulo 3*, destaco o Pavilhão Atlântico como espaço de convivência, de lazer, de execução de atividades das pessoas, de reuniões e de origem afirmativa da história do aglomerado urbano Poço da Draga. As diversas histórias do Poço da Draga são colocadas pelos interlocutores como significados em um local específico, o

Pavilhão Atlântico. Espaço público de visitação constante por moradores do Poço da Draga e visitantes, o Pavilhão Atlântico se alterou funcionalmente de maneira similar ao restante do Poço da Draga, em seus espaços, significados, depoimentos. Pela descrição de três eventos ocorridos no Pavilhão Atlântico, ressalto a sua importância atual na execução de atividades cotidianas no Poço da Draga. Dentre elas, organizações não-governamentais formadas dentro do Poço da Draga, realizando atividades diversas com os moradores e o local para fóruns de discussões entre as pessoas e os agentes de governança na tentativa de melhoria das condições de saneamento e higiene.

Tento, no *capítulo 4*, esboçar um panorama reflexivo acerca das contribuições teóricas que a antropologia pode oferecer ao estudo de acontecimentos ligados a projetos de desenvolvimento que afetam populações locais. Mediante questões iniciais, de nível mais geral acerca de projetos de desenvolvimento, procuro reflexões sobre como dimensões distintas em contextos específicos podem trazer possibilidades para a construção de desenvolvimentos como valores humanos. Dentre essas questões, destaco duas que motivam mais inquietações, a saber: quando as ideias ligadas ao que se veiculou como “desenvolvimento” entram em conflito com interesses de outras pessoas? Que papel a antropologia pode desempenhar para compreender os projetos de desenvolvimento em divergências com interesses de populações locais?

Ao dispor conhecimentos diferenciados acerca da construção do Acquario Ceará afetando relações sociais dentro do Poço da Draga, é possível obter uma série de aprendizados. Os significados variados das relações entre mar, praia e “vida marinha”, bem como a observação de espaços públicos sendo utilizados por diversos fins dentro do Poço da Draga, como o Pavilhão Atlântico, denotam relações sociais interligadas entre os moradores, os visitantes e os empreendedores do Acquário Ceará. Nessas interseções entre interesses das populações locais e dos promotores de projetos de desenvolvimento emergem estudos antropológicos anteriores mostrando possibilidades de alternativas para diálogos entre esses grupos sociais.

Pelo mérito de antropólogos anteriores em estudar tais contextos, possíveis aprendizados em via dupla (com os interlocutores) se destacam mesmo em situações difíceis. Estar em constante aprendizado com o Outro, a partir de observar suas relações sociais (muitas vezes conflituosas) é fazer parte de um tempo compartilhado com eles (cf. FABIAN, 1983), entendendo os dramas que acontecem em suas vivências

para, possivelmente, empreendê-los em estudos dinâmicos que percebam processos em constantes mudanças que são historicamente relevantes por serem fontes de conhecimentos intercambiáveis entre o pesquisador e os seus interlocutores.

## CAPÍTULO 1: O Poço da Draga e as obras

### 1.1 A orla de Fortaleza e o turismo

Localizada na região litorânea do Nordeste brasileiro, Fortaleza se caracteriza, dentre outros aspectos, por sua extensão territorial de aproximadamente 34 km de praias. Com atividade econômica historicamente ligada às rotas portuárias de mercadorias, a cidade se expandiu em volume de habitações a partir do seu litoral. Na década de 1950, a construção do Porto do Mucuripe ampliou o panorama de embarcações atracadas na metrópole, gerando um volume maior de intercâmbio de mercadorias e ampliação de serviços. Antigamente localizado, de maneira improvisada, na região que compõe a Praia de Iracema, nas proximidades do Poço da Draga, o Porto do Ceará foi ampliado e inserido nos moldes de outros portos brasileiros (Fig. 1).



Figura 1. Imagem de 1960, Porto do Mucuripe ao centro, Praia do Futuro à esquerda e Avenida Beira-Mar, em construção, à direita. fonte: Arquivo Nirez, disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1015635> , acesso em 19/12/2014.

Após a instalação efetiva do Porto do Mucuripe e seu pleno funcionamento, outras obras de entorno da orla marítima fortalezense tiveram destaque na cidade. Em



1963, foi construída a Avenida Beira-Mar, facilitando o acesso de veículos que transportavam mercadorias (Figs. 2 e 3).

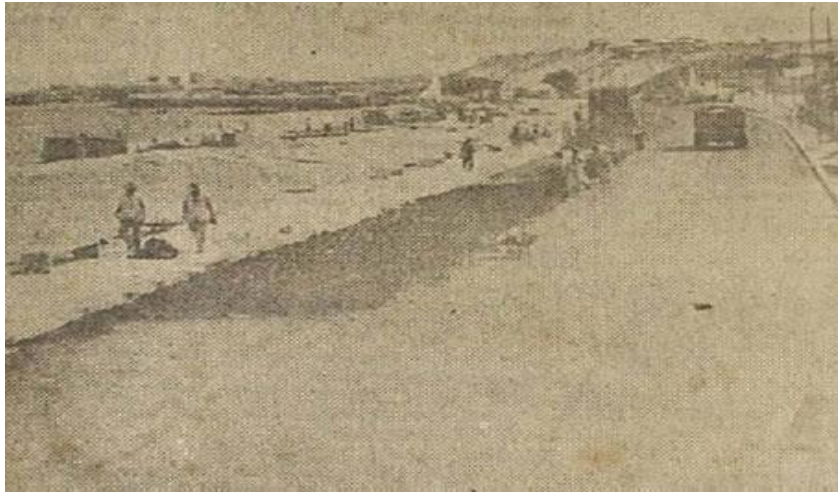


Figura 2. Foto de 1963, ano de finalização da construção inicial da Avenida Beira-Mar. Fonte: Arquivo Jornal O Povo, disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1015635> , acesso em 19/12/2014.



Figura 3. Meados dos anos 1960, Avenida Beira-Mar construída, com Porto do Mucuripe ao fundo. Fonte: Especial Revista Manchete 25 anos. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/avenida-beira-mar.html> , acesso em 17/12/2014.

Sem dúvida, o surgimento da Avenida Beira-Mar impulsionou a construção de mais edificações em seu entorno, visando inicialmente à facilitação de transportes de mercadorias ao Porto do Mucuripe e, posteriormente, servindo de moradia e hospedagem dos trabalhadores e visitantes. Assim, houve a proliferação de prédios por todo o percurso da avenida, fomentando interesses do empresariado hoteleiro e imobiliário. Em pouco mais de vinte anos (entre 1963 e 1987), a orla marítima que compõe à Avenida Beira-Mar<sup>10</sup> estava tomada por vários edifícios de grande e médio porte (Fig. 4).

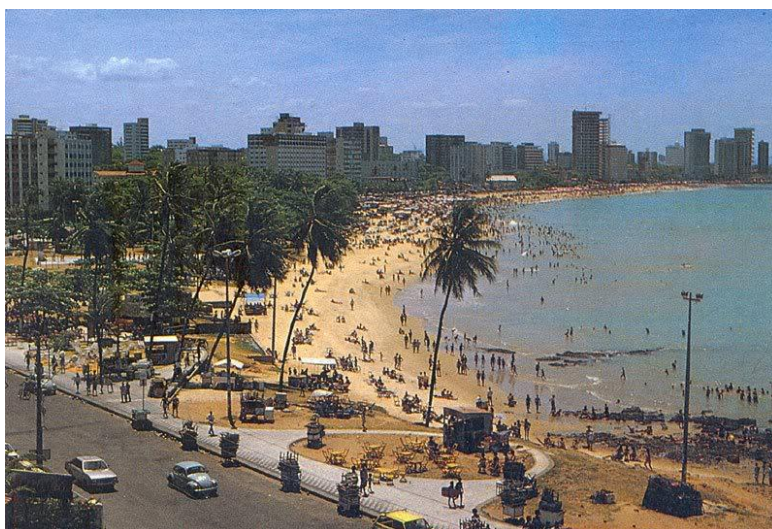


Figura 4. Postal de 1987, onde já é possível observar altos edifícios na Avenida Beira-Mar. Fonte: Acervo Gilberto Simon, disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1015635> , acesso em 13/12/2014.

Com o crescimento da construção de prédios na Avenida Beira-Mar ocorreu uma conseqüente ampliação do número de visitantes à orla marítima de Fortaleza, compreendendo principalmente os bairros Praia de Iracema, Meireles e Mucuripe. No Meireles observa-se a construção crescente de hotéis e prédios residenciais de grande porte e a ampliação do Calçadão da Avenida Beira-Mar. No Mucuripe, com o pleno funcionamento do Porto, houve ampliação das locações no entorno da zona portuária. E na Praia de Iracema, além de edifícios residenciais e hotéis, houve modificações de vários espaços urbanos voltadas para visitas turísticas.

---

<sup>10</sup> É importante esclarecer que a orla marítima de Fortaleza é bem mais extensa do que a Avenida Beira-Mar. Essa avenida, construída entre 1960 e 1963, interliga os bairros Praia de Iracema e Mucuripe, justamente entre o antigo local de ancoradouro de embarcações (no Poço da Draga, Praia de Iracema) e o novo Porto do Mucuripe.

Com o aumento do fluxo de migrantes oriundos do interior cearense aliado ao esvaziamento de ocupações das edificações do Centro da cidade, Fortaleza se firmou na escala do turismo de suas praias para maior arrecadação econômica por parte dos órgãos governamentais e empresas privadas. Vale destacar que ocorreram muitas políticas de incremento turístico, no decorrer de anos, que visaram uma priorização da orla marítima na capital cearense em detrimento a outros bairros da cidade.

Em meados dos anos 1980, o domínio político sobre o Governo do Estado do Ceará, composto alternadamente pelos “coronéis” Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, foi desfeito<sup>11</sup>. Com a eleição do empresário Tasso Jereissati, em 1986, há uma vasta propaganda política fomentada principalmente pela mídia cearense que um “governo das mudanças” estaria se instalando no Ceará a partir daquele momento. Essas “mudanças” estariam vinculadas a uma “modernidade” e a um “progresso” em relação ao “atraso” que os coronéis tinham instalado no Estado. Conforme Oliveira (2006),

a política de modernização do Ceará e de Fortaleza inaugurada nas administrações de Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998 e 1998-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994) foi marcada por transformações no espaço da cidade, em especial, na região litorânea, no sentido de transformar Fortaleza em um centro de recepção turística, buscando reforçar a abertura da cidade para o mar. Embora as políticas públicas realizadas até então reforcem o papel do Estado como produtor do espaço urbano, sua intervenção não se limita a este domínio. Por meio de ações organizadas pela Secretaria de Turismo do Ceará e em parceria com a iniciativa privada, contribuiu igualmente para a construção de imagem turística do Ceará centrada na *Cidade do Sol*, a capital (OLIVEIRA, 2006, p. 16) [ênfase da autora].

Compreendendo a área que abrange o Poço da Draga, o bairro da Praia de Iracema sofreu muitas dessas transformações em suas paisagens urbanas principalmente desde o decorrer das décadas de 1980 até os anos 2000. Em meados dos anos 1980, a antiga alfândega, localizada ao lado do Poço da Draga, é incorporada à Caixa Econômica Federal (CEF), se tornando uma agência bancária. Atualmente é um centro de promoção de eventos artísticos, denominado Caixa Cultural (Fig. 5). O restaurante Estoril, anteriormente chamado de Vila Morena, que foi base norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial, foi transformado em local de visitação turística por ampla

---

<sup>11</sup> Segundo Aderaldo (1993), a permanência alternada dos “coronéis” Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora se deu por 24 anos, em seis mandatos de governadores (de 1962 a 1986).

reforma em sua estrutura, em 1994 (Fig. 6). Localizado na Rua dos Tabajaras, na Praia de Iracema, se entrecruza com a Rua dos Cariris onde se inicia a Ponte dos Ingleses.



Figura 5. O prédio da antiga alfândega, localizada nas proximidades no Poço da Draga, se tornou patrimônio cultural de Fortaleza, denominado Caixa Cultural. Disponível em: <http://www.programasculturaiscaixa.com.br/Home/NovosEspacos> , acesso em 15/12/2014.



Figura 6. Restaurante Estoril. Reformado em 1994 para se tornar ponto de visitação turística da Praia de Iracema, em Fortaleza. Atualmente pertence a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/> , acesso em 15/12/2014.

Fundada em 1920 para ancoradouro de pequenas embarcações, a Ponte dos Ingleses<sup>12</sup> perdeu sua função de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias

---

<sup>12</sup> A Ponte dos Ingleses difere da Ponte Metálica (a ser destacada posteriormente). As duas pontes foram idealizadas pelo governo federal brasileiro, nos anos 1920, para servirem de ancoradouro de embarcações no antigo porto improvisado na região do Poço da Draga. Embora ambas as pontes tenham sido construídas pela empresa britânica *Norton Griffiths Company* em forma de viaduto sobre o mar, apenas a Ponte Metálica serviu, posteriormente, como porto para a cidade. A Ponte dos Ingleses não teve sua

com a implantação do Porto do Mucuripe, em 1950. Com a construção da Avenida Beira-Mar e o impulso do fluxo turístico na orla de Fortaleza, foi amplamente reformada em 1994 (Fig. 7), ganhando uma galeria de arte interna e um observatório marítimo ligado à Universidade Federal do Ceará (UFC).



Figura 7. Ponte dos Ingleses, reformada em 1994 por iniciativa do Governo do Estado do Ceará, no projeto de inclusão do local como equipamento para visitação turística.

As modificações espaciais no decorrer dos anos 1990 também ocorreram em outras locações de Fortaleza, sobretudo na Praia de Iracema. Com a mudança de local do Porto para o bairro do Mucuripe, além das pontes em forma de viadutos sobre o mar, outras locações anexas tiveram modificações em seus usos. Como afirmado anteriormente, a Alfândega foi anexada à CEF. E os principais locais de estocagem de mercadorias, os armazéns nos arredores da Alfândega, foram sendo substituídos gradativamente por construções com outras finalidades, tais como bares, boates e restaurantes. Na maior área compreendida por esses aglomerados de armazéns em forma de galpões foi inaugurado, em 1998, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (sigla CDMAC, fig. 8).

---

construção totalmente pronta, principalmente devido a obra ter ocorrido entre sucessões de governos presidenciais de Epiácio Pessoa e Artur Bernardes e por contenção de verbas federais, pelo fato da Ponte Metálica já estar em funcionamento (ADERALDO, 1993).



Figura 8. Em primeiro plano, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC. Em frente a ele é possível observar a Caixa Cultural, prédio que anteriormente era a antiga Alfândega. Disponível em: <http://reverurbano.com.br/word/?p=267> , acesso em 06/01/2015.

O CDMAC, vinculado ao Governo do Estado do Ceará, é um espaço amplo e aberto que se caracteriza por vários ambientes. É um complexo de fomento artístico que possui museus, teatros, salas de cinema, auditórios abertos e fechados, praças com áreas verdes e um planetário. Conforme Gondim (2001b), o CDMAC, por sua expansão aberta de múltiplos locais, se caracteriza por ser uma tentativa de “recriação da sociabilidade entre os moradores urbanos” (p. 922).

Atualmente, o Brasil aparece no cenário mundial como o país sede de grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo de futebol em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro a serem realizadas em 2016. O governo federal brasileiro, em parceria com empresas privadas nacionais e multinacionais vem realizando uma série de obras que visam à adequação de pontos específicos do território nacional às exigências turísticas internacionais. Especificamente no território cearense, a construção do Acuario Ceará mostra-se como uma tentativa do Governo do Estado do Ceará de colocar Fortaleza na rota de visitantes de todo o mundo, em uma competição entre cidades (e não necessariamente entre países) em escala mundial<sup>13</sup>.

Conforme mencionado anteriormente, o destaque específico deste trabalho é a comunidade do Poço da Draga, localizada nas imediações de onde está sendo

---

<sup>13</sup> Ong (2011) cita o caso das cidades asiáticas como exemplos atuais de competições entre cidades, além das competições entre países.

construído o Acquario Ceará<sup>14</sup>, ambos situados na Praia de Iracema. Atualmente nesse bairro, onde a especulação imobiliária cresce de forma acentuada nos últimos anos por conta do fomento turístico das paisagens litorâneas, há expedientes noturnos de bares e boates além de empreendimentos ligados aos setores artísticos.

A orla marítima de Fortaleza é caracterizada historicamente por ser ocupada com populações de baixa renda. Grande parte da população que habita o litoral de Fortaleza tem precariedade de moradias e ausência de titulação da posse dos terrenos. Nesses locais, há presença de populações historicamente situadas nas regiões, moradores de área de risco e ocupações recentes motivadas por invasão de prédios abandonados. Entretanto, conforme visto anteriormente, nos últimos anos tem havido grandes investimentos por parte da Secretaria de Turismo (SETUR) ligada ao Governo do Estado do Ceará em conjunto com representantes de empresas privadas para que obras mundialmente representativas sejam instaladas no entorno das praias fortalezenses. Um dos principais objetivos dessas modificações na paisagem litorânea da capital cearense é aumentar o fluxo de visitantes em escala internacional. A indicação da capital cearense para ser uma das sedes da Copa do Mundo no Brasil em 2014 promoveu alianças entre o Governo do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza e empresas nacionais e multinacionais visando ampliar a gama de atrações vinculadas ao turismo.

O Poço da Draga é um espaço representativo dos contrastes sociais ocasionados pela implantação de projetos desenvolvimentistas na zona marítima de Fortaleza. Situados em uma área valorizada pelas políticas que abastecem o turismo, os moradores do Poço da Draga já viram anteriormente mudanças ocorrerem em sua região, como a construção do Calçadão da Avenida Beira-Mar (de 1963 a 1979), a reforma da Ponte dos Ingleses (em 1994) e a inauguração do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC, em 1998). Reivindicando direitos de pertencimento à área da Praia de Iracema, a maioria dos habitantes do Poço da Draga se reúne em cada mês de maio para comemorar o aniversário de ocupação do local, cuja referência, como veremos, é a inauguração da chamada Ponte Metálica, em 1906<sup>15</sup>. Além de mostrar que

---

<sup>14</sup> O uso da grafia “Acquario” se refere especificamente ao empreendimento vislumbrado no estudo: o Acquario Ceará, localizado no interior do aglomerado urbano-litorâneo Poço da Draga, no bairro Praia de Iracema, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<sup>15</sup> Em maio de 2014, o Poço da Draga completou 108 anos de existência. A partir de informações preliminares de alguns moradores, a mensuração desse tempo se deve ao período de ocupação dos

habitam o espaço há bastante tempo, as comemorações reafirmam para as próprias pessoas que elas devem guardar relações de memória com o local por possuírem afinidades históricas de suas famílias com vários elementos daquele meio, legitimando a permanência dos ocupantes no espaço.

## 1.2 Breves histórias do passado

O Poço da Draga se localiza nas proximidades da foz do riacho Pajeú, na orla marítima fortalezense histórica pela formação portuária. Originalmente composta por uma colônia de pescadores, os primeiros habitantes se firmaram na região por volta de 1906 com a construção de um pequeno porto à beira do mar no local. Segundo informações de interlocutores, a colônia de pescadores Z-18 se formou em torno da região inicialmente por volta de 1906 devido à construção da ponte metálica, o píer improvisado que servia de ancoradouro de embarcações, embarque e desembarque de passageiros e fluxo de mercadorias. Este porto improvisado foi chamado de Ponte Metálica e tinha estrutura de ferro, servindo de ponto para ancoragem de embarcações<sup>16</sup>. Conforme data esta manchete de jornal, a ponte tinha estrutura especializada para o trânsito marítimo daquele período:

Em 1860 foi iniciada a construção de um paredão no Meireles, e para a fixação das areias do Mucuripe, fazer o plantio de gramas nas dunas. Estudos do engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva resultaram na construção de um viaduto na altura da Alfândega, todo de ferro, com piso de madeira, que ficou conhecido como “ponte metálica”. A construção foi iniciada no dia 18 de dezembro de 1902 e sua inauguração se deu em 26 de maio de 1906. Tinha uma escada móvel para acompanhar as marés, onde as pessoas subiam e desciam para embarque e desembarque. Também existia guindaste para transporte de mercadorias. Tanto as cargas como os passageiros embarcavam em lanchas e botes, indo até o navio. [...] Em 1922 foi reconstruída, desta vez em concreto armado. [...] No governo de Epitácio Pessoa, a ponte foi reconstruída e dado início à construção do porto de Fortaleza, uma nova ponte, que ligaria a terra firme a uma ilha submersa à 900 metros dali. Chamou-se esta outra ponte de Ponte dos Ingleses, devido ser construída por uma firma inglesa, a Morton Griffiths. A outra ponte começou a ser chamada de ponte velha (Jornal O Povo, s/d, apud FEITOSA, 1998, p. 191).

---

primeiros pescadores na região. Destarte, é possível verificar laços geracionais entre os habitantes mais velhos do local com suas respectivas datas de nascimento.

<sup>16</sup> Mais adiante, no capítulo 3, será possível visualizar as mudanças na paisagem do Poço da Draga a partir de um ponto da região: o Pavilhão Atlântico. No período inicial da ocupação do espaço pela formação da colônia de pescadores, o Pavilhão Atlântico se destacava como receptáculo de mercadorias, principalmente local de venda e estocagem de peixes e frutos do mar.



Essa estrutura da ponte ainda está presente atualmente. Serve de lazer para alguns moradores do Poço da Draga. Também atrai atenção de alguns visitantes que frequentam o local, principalmente os interessados em apreciar a paisagem e fazer incursões ao mar por meio de saltos. Contudo, a deterioração da ponte, que não foi mais reformada desde a desativação do porto, é notável (Fig. 9). Vale ressaltar que a outra ponte construída, a Ponte dos Ingleses, fica próxima da “ponte velha”, a Metálica, distanciando-se dela apenas alguns metros.



Figura 9. Imagem atual da Ponte Metálica. Disponível em: [www.fortalezaemfotos.com.br](http://www.fortalezaemfotos.com.br), acesso em 21/11/2014.

Com a instalação do Porto do Mucuripe<sup>17</sup>, em 1950, a região do Poço da Draga, que incluía as duas pontes, foi abandonada pelos investimentos no setor portuário. Porém, o local passaria a ter outros focos de obras<sup>18</sup>. Inclusive o nome do espaço se deve a este período anterior à construção do Porto do Mucuripe. Em história presente em algumas das muitas narrativas de moradores antigos, é possível entender que o “poço” é devido à profundidade do mar próximo à ponte que servia de ancoradouro de embarcações naquele período inicial de ocupação da região e a “draga” é o instrumento de sucção de areia e dejetos marítimos presentes nos tempos em que o porto funcionava no local.

Em mudanças paisagísticas constantes, o Poço da Draga se firmou como lugar de moradia para muitas pessoas. De casinhas na beira da praia aos sobrados duplicados e rearranjados, o espaço urbano se alternou durante gerações. Os moradores

---

<sup>17</sup> Vale ressaltar que o Porto do Mucuripe dista cerca de quinze km do Poço da Draga.

<sup>18</sup> A seguir, na seção 1.4 deste capítulo, serão detalhadas algumas obras marcantes na região do Poço da Draga a partir do ponto de vista dos interlocutores, desde seus informes históricos até vivências específicas em tentativas de remoções recentes.

mais antigos, como **Clóvis**<sup>19</sup>, são os mais surpresos com as modificações do meio. O portuário aposentado de 79 anos retrata suas próprias experiências de convivência durante pescarias e banhos de mar da adolescência à idade adulta. “Aqui [no Poço da Draga] é lugar de lazer desde sempre, quem veio pra cá quis ter trabalho e diversão desde o começo”, afirma ele. Chegado ao Poço da Draga quando criança, Clóvis viu desde menino seu pai pescador ir ao mar em busca do sustento da família. Acometido por problemas de saúde durante a infância e desestimulado à vida marítima pelo próprio pai, Clóvis decidiu ingressar em um emprego como funcionário do recém-criado Porto do Mucuripe logo após haver cumprido serviço militar no exército, aos 18 anos. Com o equivalente ao Ensino Fundamental incompleto, ele passou nas provas de seleção e foi aceito como portuário inicialmente no setor de transporte de mercadorias, descarregando objetos das embarcações.

Eu já ajudava a carregar os peixes e as coisas dos barcos aqui [no Poço da Draga quando era porto]. Depois que mudaram o porto para o Mucuripe, a gente ia tudo pra lá de caminhão. O sindicato [dos portuários] ainda era aqui quando o porto de lá foi inaugurado. Vinha o chefe do sindicato aqui e fazia a chamada para a gente ir trabalhar. Nós íamos tudo num caminhão, que vinha buscar a gente aqui e levar pra lá. Aumentou muito a quantidade de mercadorias quando o porto foi pra lá, nem se compara. Aqui era pouquinho coisa. Eu era menino “véio” quando ia pra lá, achava era bom ir em cima do caminhão. Passeava até chegar ao cais. Quando voltava pra cá ainda ia jogar futebol na praia (Clóvis, em 06/02/2014).

No período em que estava diariamente envolvido na empreitada de ir até o Porto do Mucuripe para trabalhar, Clóvis passeava pelo local de moradia geralmente nos finais de tarde. O pôr-do-sol visto da Ponte Metálica, atesta ele, é inigualável em beleza: “a satisfação de morar aqui desde quando eu era novo é ver essa lindeza de sol caindo no mar todo dia... quando você olha pra um negócio desses esquece até dos problemas que tem no trabalho”.

O senso estético aliado ao lazer da região está compreendido como marca registrada do Poço da Draga, destaca **Francisca**. A pedagoga de 42 anos, cujos pais vieram para a região antes mesmo dela nascer, guarda várias memórias do local anteriormente. “A vida pacífica daqui chamava a atenção antigamente, tudo era

---

<sup>19</sup> Conforme afirmado anteriormente, tanto Clóvis quanto os demais interlocutores aqui dispostos em suas falas reveladoras por este texto que compõe a pesquisa tiveram seus nomes modificados. O uso de pseudônimos, além de promessa do pesquisador durante as entrevistas para deixar os entrevistados livres para falarem o que quiserem, constitui segurança para as pessoas quanto às possíveis declarações que desagradem interesses de outras.

tranquilo, as crianças brincavam na rua até tarde, não tinha esse perigo todo que existe hoje em dia”, ela compara. Francisca recorda que, mesmo acometida por uma grave enfermidade durante boa parte de sua infância, costumava ir à praia quando podia e se admirava sempre com a beleza da região. “Era tudo menos complexo do que é hoje, a gente podia andar por aqui sem se preocupar se podíamos estar atrapalhando algo”, analisa ela ao afirmar que antigamente não havia interesses de governantes em promover modificações urbanísticas na região para deixar o ambiente “apropriado aos turistas” como ocorre atualmente.

Ao comparar as habitações do passado e do presente no Poço da Draga, **Rosa** se emociona. “As casas antigamente eram pequenas, na beira do mar”, enfatiza a vendedora de 49 anos. Rosa também afirma que devido às intervenções na região motivadas pela instalação de um estaleiro e especulações constantes em remover habitações de moradores para fomentar a transformação da área em local de construção de embarcações, as casas do Poço da Draga foram se modificando com o decorrer do tempo. Por ter nascido no local, ela pôde acompanhar de perto as mudanças na paisagem. Alguns aspectos de sua própria trajetória de vida se entrelaçam com as modificações espaciais que ela observa:

Nasci no Poço, meus pais também moram aqui. A gente morava na beira da praia numas casinhas de madeira, tinha colônia, mas depois que essa Indústria Naval que fica aqui nos fundos, nesse estaleiro, conseguiu tirar, indenizar as pessoas, muitas foram para outros cantos, acabou a colônia de pescadores. Quem pôde comprou a casa aqui, porque a gente que mora lá perto da praia, aqui era como se fosse a Aldeota, né? Só morava aqui quem tinha mais condições, então meu pai conseguiu comprar uma casa aqui e a gente mudou pra cá, mudou só de cantinho, mas continuou na mesma comunidade. Eu tinha uns dois ou três anos quando a gente saiu da beira da praia e veio pra cá, minha mãe ficou morta de feliz, o sonho dela era morar aqui porque lá quando a maré enchia a água passava por debaixo da casa. Eu não tenho muita recordação disso, pois eu era pequena; aqui era uma casa velha que meu pai comprou e fez uma mercearia, era a única que tinha, depois foram surgindo outros comércios; quando eu casei, ele me deu aqui para eu morar, porque aí acabou comércio, mas ele ainda mora na mesma casa (passa duas casas da minha). Desde que eu já era menina eu via as casas de taipa, de madeira, que aqui era areia, eram palafitas, de madeira, com o tempo foi que as pessoas foram remodelando as suas casas, mas aqui quando era colônia de pescadores há 100 anos aqui era areia da praia e palafita (Rosa, em 04/11/2014).

A alusão de Rosa à “Aldeota” se refere às ruas principais hoje presentes no Poço da Draga, mais valorizadas que as demais (conforme posteriormente explicitado na seção seguinte). “Aldeota” é um bairro de classe média alta de Fortaleza, conhecido

popularmente por ser foco de investimentos dos governantes e centro monetário da capital cearense. Assim, em divisão interna no Poço da Draga, a “Aldeota” do Poço são as duas ruas principais, mais valorizadas que o restante dos logradouros, inclusive os imóveis à beira da praia que foram retirados com a construção do estaleiro (conforme a própria Rosa).

Relembrar um passado longínquo com habitações diferentes das atuais pode não ser um exercício apenas de nostalgia. Pelo contrário, é possível contemplar aspectos dificultosos nesse período anterior. Rosa afirma que no período em que o Poço da Draga era constituído basicamente por palafitas e casas de taipa havia problemas de abastecimento de água para os moradores. “Não havia água para nós, só tinha a água empoçada nas ruas, só no lamaçal quando chovia”, lamenta a interlocutora. Até hoje sem saneamento, o Poço da Draga sofria anteriormente também por não possuir água encanada para os moradores. Clóvis relaciona essa ausência de água antigamente com o descaso constante dos governantes, independente do tempo. “Nunca nenhum político fez nada por nós!”, reclama ele. E complementa afirmando que “até a água foi os próprios moradores que conseguiram junto à CAGECE”.

Comerciante no Poço da Draga desde meados dos anos 1970, **Valdir** relembra a escassez de água como condição que desiludia muitas pessoas sobre a permanência no local. Abastecidos pelo manguezal anexo à foz do rio Pajeú, em água muitas vezes insalubre, Valdir conta que “o povo do Poço da Draga já se achava excluído desde essa época, até que se juntaram e fizeram um amontoado de gente pra ir até a Prefeitura pegar o direito de ter o que beber”. Este movimento de organização dos moradores para obter água encanada ocorreu somente no final dos anos 1980, devido basicamente a formação da Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA, instituída em 1980). Hoje, aos 70 anos de idade, o comerciante espera que a mesma vontade coletiva que angariou recursos para implantar o abastecimento de água se efetive na consolidação do saneamento básico das ruas. Ele indaga a mim, bem como desafia outros pesquisadores, que “se você perguntar para a maioria das pessoas que moram aqui o que elas mais querem, elas vão te dizer: esgoto! É muito ruim morar num canto em que os becos são como valas de porcarias correndo para o mangue”.

Valdir é proprietário de uma pequena mercearia no Poço da Draga. Vê movimento diário de pessoas nas ruas do aglomerado urbano. Sabe que as condições

dos moradores já mudaram bastante para o que eram no passado. Como exemplo de alguém que viveu situações difíceis nas ruas encharcadas de lama, ele destaca a ferrovia que cruza o Poço da Draga como aspecto de deterioração de um passado que poderia ser mais promissor aos dias atuais. Da realização de transporte de mercadorias a uma velha plataforma desativada em frente ao seu comércio, “a linha do trem”, para Valdir, é sinônimo de que “algo errado” aconteceu àquele lugar. “A gente se sente inútil hoje em dia pela história que isso aqui tem [apontando para o trilho], aqui era pra ser um local importante, valorizado, amado por toda a cidade, mas o que a gente vê é que ninguém quer saber de nós”. Valdir deseja que a história antiga do Poço da Draga conjunta à da capital cearense poderia ser um alicerce para que a permanência dos moradores em condições sanitárias minimamente satisfatórias fosse garantida pelos órgãos estatais de governança.

Na fronteira entre as memórias de infância e o que se vivencia atualmente é que, muitas vezes, se estabelece algum tipo de insatisfação. Potencialmente exposto como causa de problemas sanitários, a ausência de saneamento básico nas ruas do Poço da Draga abrange outra série de ligações das pessoas com o meio onde vivem. Descaso por parte dos órgãos governamentais é uma queixa recorrente e alarmante. Estar em um ambiente à margem da execução de obras de melhorias sanitárias já seria um motivo de questionamento. E isso se amplia com a ausência de tais melhorias em um local que existe há muitos anos, como o Poço da Draga. Por saberem que o local onde moram cada vez mais faz parte de um processo de tentativas para o “enobrecimento” do espaço litorâneo voltado ao turismo fortalezense, as opiniões de muitos moradores se alternam em que possa haver benfeitorias futuras nas ruas do Poço da Draga ou que haja uma inevitável remoção que se complementa em anos de destruição gradativa da vontade deles mesmos em permanecerem no local pela não-efetivação de instalações subterrâneas de redes de esgoto na região.

**Isadora**, dona de casa aposentada de 76 anos, se pergunta diariamente sobre quando deixará de ver fluxos de dejetos, sem limpeza prévia, indo diretamente ao mangue anexo ao Poço da Draga. Isadora mora desde criança nas proximidades do mangue e não se conforma com a situação inóspita que vive. Ela relembra o passado em que “tinha menos gente aqui, o riacho era mais limpo e mais fácil seria do governo colocar os canos” (sic). Viúva de um marido estivador, Isadora mora há muitos anos com dois netos em sua residência que habita desde a juventude, herdada de seu pai e

hoje reformulada. Próxima ao mangue, sua habitação foi modificada com ajuda de uma amizade pessoal de um de seus filhos com um agente de obras da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). A ampliação do teto da residência e a subida do chão evitaram constantes alagamentos que ela sofria no período de chuvas fortes. Com a intensidade da água invadindo a casa<sup>20</sup>, ela constantemente tinha que colocar móveis em suspenso e dormir em redes improvisadas por sobre as camas. Para Isadora, a mudança de sua casa é decorrente de um processo maior de modificações em todo o espaço que também abriga as residências de seus vizinhos. “Do mangue limpo ao sujo, da rua velha encharcada ao calçamento que traz água pra dentro de casa, tudo cheio de gente aqui hoje em dia, as coisas tinham que mudar”, diz a aposentada. É interessante notar o destaque dela para as transformações ocorridas no Poço da Draga como uma perspectiva de aprendizado acumulado:

Quem nunca viu os barquinhos saindo daqui de casa [antigamente]? Era só pescaria animada. Armavam os barcos aqui mesmo, perto do riacho. Hoje tá tudo cheio de gente amontoada numas casas de papelão lá [no mangue]. Se continuar assim, não tem político que dê jeito aqui mesmo, vão achar mais fácil tirar a gente daqui. Eles [os políticos] confundem tudo, acham que o povo que mora aqui é tudo igual. Mas o que aconteceu<sup>21</sup> era pra todo mundo ter cuidado, não ter deixado sujar tudo aqui... Queria ver se eles tivessem deixado tudo bonito se a gente ia ter medo de enchente hoje em dia! Duvido! Eles deixaram tudo se acabar, de propósito. A gente ainda luta, corre atrás, mas é difícil, sabe? Tudo tá diferente aqui, eles querem que fique pior para nós mesmos pedir pra sair (Isadora, em 14/02/2014).

A desesperança de Isadora quanto aos governantes parece se adequar a uma vontade mais ampla deles de que os moradores do Poço da Draga saiam do local onde vivem. Um dos principais aprendizados do depoimento dela (aliado um pouco aos discursos de Valdir e Rosa) é que a não-execução de obras pode ser indício proposital para que, como afirma Francisca, “cada um faça só pra si mesmo” e assim se “perca o senso de coletivo”. O que se percebe, historicamente, no passado desses interlocutores diante do espaço onde moram é que os indicativos de mudanças para melhorias das condições de subsistência e higiene (buscar água e esgoto) estiveram sempre à parte dos

---

<sup>20</sup> As queixas recorrentes de alguns moradores do Poço da Draga com inundações de suas residências se devem a, principalmente, dois eixos de fatos ocorridos na região: a instalação recente de habitações na área do mangue, obstaculizando o fluxo de águas pluviais, que antes iam do mangue em direção ao mar; e a instalação do estaleiro por tomada de parte do terreno do mangue que dá acesso ao mar, pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em meados dos anos 1970.

<sup>21</sup> O acontecimento a que Isadora se refere é a destruição gradativa do mangue por construções: seja na instalação do estaleiro nos anos 1970 ou à ocupação da região por construção de moradias recentes para novos ocupantes do Poço da Draga (conforme nota anterior).

interesses dos gestores públicos<sup>22</sup>. As próprias pessoas é que tiveram que lutar para se ter água independente da iniciativa dos agentes de governança. Além do mais, as mudanças estruturais no ambiente interno do Poço da Draga foram concebidas (segundo os depoimentos destacados) perante iniciativas particulares que tiveram repercussão coletiva.

Francisca destaca o processo precário de pavimentação das ruas do Poço da Draga como mais um exemplo de não-assistência direta e explícita dos órgãos governamentais que são encarregados do planejamento urbano. Ela relembra que “um candidato a vereador prometeu calçar as duas ruas principais”. E Clóvis complementa afirmando “que deu foi briga entre mais de um candidato porque não sabiam quem tinha feito”. Ou seja, as equipes de campanha dos candidatos, na época, entraram em conflito sobre como foi feito o procedimento de colocar ruas de pedras no lugar de areias. Alvo de angariação de votos, alguns moradores relembram esse episódio com ironia.

Nestes episódios, como promover calçamento de ruas visando angariar votos para políticos e movimentação coletiva dos moradores em prol de melhorias sanitárias, se observa que por meio de situações vividas no passado se podem conhecer algumas das relações sociais presentes no Poço da Draga. Vejo também, por meio de alguns relatos do passado, possíveis preocupações das pessoas quanto à ocupação atual do território. Com o fim gradativo da colônia de pescadores<sup>23</sup> e a ampliação de construções nas habitações mediante muitas vezes às invasões de novos moradores em áreas adjacentes ao Poço da Draga, a diversidade de pessoas no local se tornou foco de inquietações principalmente nos moradores mais antigos<sup>24</sup>. Vale ressaltar que o Poço da Draga se consolidou como local de habitação não só por meio da colônia de pescadores, mas também por ser um ambiente fornecedor de mão de obra portuária. Nesse sentido, é possível verificar o caráter urbano do espaço desde a sua fundação. Nunca se tratou de uma aldeia de pescadores com autossuficiência numa prática comunitária de

---

<sup>22</sup> Bonduki (1994) afirma que o processo de exclusão popular em decisões sobre as transformações nas cidades se perpetuou desde o controle da construção de habitações pelo Estado brasileiro durante a República Velha e se intensificou com o Estado Novo de Getúlio Vargas.

<sup>23</sup> O processo de esvaziamento da utilização do espaço do Poço da Draga como colônia de pescadores é abordado nos capítulos seguintes (capítulo 2 com depoimentos dos pescadores e no capítulo 3 com detalhamentos textuais sobre a utilização modificada do antigo local de troca de mercadorias pesqueiras – o Pavilhão Atlântico).

<sup>24</sup> Por questões de escolhas durante o trabalho de campo, reafirmei o compromisso de ter contato mais aproximado com pessoas que habitam o Poço da Draga há mais tempo. Os moradores mais recentes, chamados pelos mais antigos de “invasores” e “forasteiros” do Poço da Draga, serão destacados pelos interlocutores adiante neste texto.

subsistência somente a partir da pesca. As construções da ponte e da ferrovia indicam que os moradores do Poço da Draga sempre estiveram vinculados a cadeias produtivas e comerciais de escala maior do que a da “comunidade”.

Alguns moradores do Poço da Draga comentam atualmente sobre sua nova fonte de preocupações e possíveis modificações urbanísticas futuras: a construção do Acquario Ceará. Em meio à execução da obra de um grande empreendimento se percebe conflitos existentes que se efetuaram anteriormente de outras formas ou se perpetuam velados no presente.

### 1.3 Alguns relatos e observações sobre o atual Poço da Draga

O caminho pelo traçado das ruas do Poço da Draga revela mudanças paisagísticas e de opiniões das pessoas em relação ao passado vivido por alguns na localidade. Desde a fundação estrutural de residências mais amplas, como sobrados elevados, até o calçamento de ruas em pequenas pedras se percebe, a partir do relato dos moradores mais antigos, como muito se transformou atualmente na paisagem daquele espaço. Nos depoimentos das pessoas mais jovens também se denota como as preocupações com o Poço da Draga mudaram no decorrer do tempo.

No âmbito discursivo, atualmente é impossível conversar com as pessoas do Poço da Draga sem que elas falem sobre o Acquario Ceará. De forma explícita ou indiretamente, o assunto sobre a instalação do empreendimento é recorrente. Das pessoas com quem conversei, a maioria revelou preocupação com a possível remoção das moradias<sup>25</sup>. O uso de avaliações estéticas foi muito predominante na análise de alguns interlocutores. Muitos acham que o Acquario Ceará será “lindo demais para deixar esse Poço da Draga feio permanecer aqui”, como diz **Bianca**.

Bianca, vendedora de 35 anos, sempre esteve engajada na manutenção das moradias do Poço da Draga diante da tentativa de remoção por conta de obras na região. Contudo, ela não é otimista na permanência das residências atualmente. Em vez de

---

<sup>25</sup> É impossível não inferir a todo o momento a questão de uma possível remoção dos moradores do Poço da Draga devido à implantação do Acquario Ceará. A inquietação sobre a permanência em suas moradias é constante, além de ser, para mim, o principal problema inicial que despertou o interesse nesta pesquisa.



acreditar em possíveis transformações nas ruas do local com a pavimentação e saneamento, ela entende que “é mais fácil para o governo tirar o pessoal na marra”. Segundo ela, a beleza do Acquario, para os governantes, impede a convivência com a “favela suja” ao lado, atrapalhando a visão dos turistas.

É certo que o percurso pelas vias do Poço da Draga revela incômodos em relação à condição de vida das pessoas diante de moradias precárias. Principalmente devido à falta de saneamento básico nas ruas, a higiene coletiva parece ser afetada com a ausência de tubulações próprias para o fluxo de dejetos. Diante das promessas não cumpridas dos governantes em efetivar essas instalações de esgoto, muitos moradores do Poço da Draga percebem descaso das autoridades que administram a cidade. Bianca corrobora dessa premissa. O raciocínio dela é que “se não colocam nem os canos é porque querem tirar a gente daqui”.

Bianca mora em uma das duas principais vias do Poço da Draga, a rua Viaduto Moreira da Rocha. A outra via importante do local é a Travessa Cidal, que é de menor tamanho e transversal à anterior (Fig. 10). Conforme ressaltado anteriormente, em ambas as vias não há asfaltamento das ruas e nem saneamento básico. Há uma pavimentação incipiente, finalizada apenas parcialmente, por pequenas pedras. No Poço da Draga ainda se faz presente uma série de pequenas vielas, sem denominação oficial, que se inserem em direção ao mangue localizado entre as ruas principais e o estaleiro pertencente à Indústria Naval do Ceará (INACE). Os esgotos das residências acumulados em pequenas encanações improvisadas caminham principalmente por essas vielas, onde muitas pessoas trafegam.

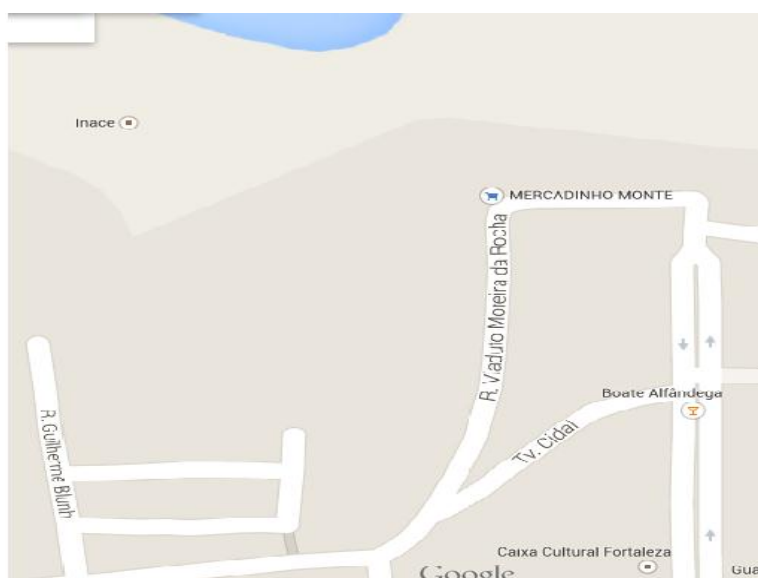


Figura 10. Mapa com destaque para as duas ruas principais do Poço da Draga: a Rua Viaduto Moreira da Rocha e a Travessa Cidal. Disponível em: Google Maps. Acesso em: 22/09/2014.

Há, aqui, uma divisão interna do Poço da Draga percebida espacialmente que se reflete em opiniões entre os moradores mais antigos em relação aos mais recentes. Nas duas vias principais, embora não saneadas e sem esgotamento tratado, se localizam as residências mais antigas<sup>26</sup>. Nas vielas que dão acesso ao mangue se localizam ocupações mais recentes. Os moradores mais antigos chamam essa região próxima ao mangue onde se novos ocupantes se agregaram dentro do Poço da Draga de “Pocinho” (Fig. 11).



Figura 11. Esboço de mapa onde se localiza o aglomerado urbano do Poço da Draga (à esquerda da avenida, separado pela rua transversal que dá acesso à praia). Próximo a área de mangue se localiza o “Pocinho”, caracterizado por ocupações recentes de novos moradores da região. Fonte: acervo pessoal.

A partir de interlocuções com moradores mais antigos é possível perceber algumas queixas deles para com as pessoas que moram na área do Pocinho. Embora a maioria dos habitantes não tenha posse oficial de suas residências em todo o Poço da

<sup>26</sup> Conforme explicitado na introdução deste trabalho, a visitação de residências ocorreu nas duas vias principais, oficialmente nomeadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A escolha metodológica em optar por interlocuções com moradores mais antigos se deu principalmente por eles terem vínculos histórico-familiares mais duradouros com a região. Além disso, questões de segurança e integridade minha, do pesquisador, foram alertadas pelas pessoas mais antigas do Poço da Draga em não visitar outros locais, além das ruas Viaduto Moreira da Rocha e Travessa Cidal, que compreendem o Poço da Draga.

Draga, a improvisação de residências no Pocinho chama a atenção dos moradores mais antigos. Nascido no Poço da Draga, filho de pais que moram no local a mais de cinquenta anos, o agente de saúde **Sílvio**, 32 anos, afirma que “o pessoal do Pocinho não respeita os mais antigos, fazem um monte de casinha de papelão aqui e poluem o manguezal”. Sílvio destaca que brincava na região do Pocinho quando era criança. Atualmente não deixa seus filhos pequenos fazerem isso, pois teme pela segurança dos filhos ante a uma possível hostilidade de tais “invasores”.

O aumento da violência e do tráfico de drogas é outro fator alarmado pelos interlocutores como decorrente da ocupação recente do Pocinho. O comerciante **Ataíde**, de 32 anos, afirma que devido à presença dos “forasteiros” do Pocinho, a truculência policial se acentuou nos últimos anos dentro do Poço da Draga. Ele afirma que

A polícia chega aqui e trata como se todo mundo fosse marginal, delinquente. Como se todo mundo cheirasse droga, fosse vagabundo. E não é assim! Aqui tem famílias, pessoal que mora aqui está há muito tempo. Meu pai tem 70 anos de Poço da Draga! Eu nasci aqui e nunca vi tanto desmando da polícia aqui dentro como agora. E a gente pode fazer o quê, me diz? Nada. Por que os “homens” vem aqui dentro do Pocinho pegar os traficantes escondidos de outros bairros lá. Os “playboy” da Aldeota vem aqui pra pegar droga deles também, até filho de político famoso já foi preso lá dentro [do Pocinho] com drogas... Desse jeito, aí que nossa fama com as autoridades vai para o espaço de vez! Eles pensam que aqui todo mundo é igual, que é tudo bandido (Ataíde, em 08/02/2014).

Ataíde afirma que compreende a situação dos moradores do Pocinho. Porém, ele acha que ali não é lugar para eles. A convivência com insalubridade e condições desfavoráveis de higiene são aspectos que deveriam fomentar alternativas de saída do local para aquelas pessoas. “Morar no Poço da Draga já é difícil e lá é quase impossível”, ele destaca. Segundo o comerciante, as pessoas que moram no Pocinho estão lá mais pela localização do Poço da Draga. “Aqui é perto de tudo, próximo ao Centro e a praia, além de ser uma favela no meio da Praia de Iracema”, avalia Ataíde como fator de permanência dos ocupantes do Pocinho.

O estudante **André**, de 26 anos, cujos pais moram no Poço da Draga há décadas, ressalta que o Pocinho é um “local de discórdia”. Ele afirma que “não há sossego lá” devido ao entra-e-sai de pessoas vindas de outros bairros. Acostumado a frequentar a região do Pocinho desde a infância, André relata que já viu muitos jovens “se perderem” nas drogas e no crime pela influência dos moradores do Pocinho. Em um

local com pouca expectativa de emprego e estudos para as pessoas, a criminalidade parece ser uma oportunidade, segundo a avaliação dele. André lamenta a perda de muitos amigos para o “mundo das drogas” e do crime. E no sobressalto entre a presença de ocupantes indesejados e os transtornos causados por eles, André destaca a homogeneização de opiniões externas sobre a totalidade de moradores do Poço da Draga. Nesse ponto ele parece concordar com Ataíde. Contudo, André vai além da ação policial e destaca as opiniões de quem passa pelo Poço da Draga.

As pessoas que passam por aqui nem sequer veem a gente [dentro do Poço da Draga]. Só se for muita atenção mesmo. Por que nós estamos aqui no meio das coisas bonitas para os turistas, eles [provavelmente, os governantes] querem esconder a gente. Esse pessoal vem de fora [os moradores do Pocinho], cometem crimes lá fora e vem se esconder aqui. Quem sofre os assaltos ou tem os filhos presos por estarem com drogas já fica com raiva da gente. E começa todo mundo a falar mal. Eu já vi gente passar na avenida dizendo que tem medo de vir aqui na Praia de Iracema por que tem essa “favelinha” cheia de bandido, que somos nós (André, em 14/10/2014).

Rosa afirma que até uma colunista social de um jornal famoso da capital cearense já publicou um texto afirmando que o Poço da Draga é uma “favela perigosa, cheia de delinquentes”. Contudo, a interlocutora enfatiza que nessa ocasião<sup>27</sup> houve união das pessoas para exigirem direito de resposta a esta colunista. Concedido e publicado pelo jornal, o direito de resposta veio em forma de uma carta<sup>28</sup> redigida por vários moradores do Poço da Draga. Ela interroga “como é que pode uma pessoa que nunca entrou na comunidade falar mal da comunidade? Entendeu? Ainda bem que a resposta veio, pois a gente é assim, a gente não deixa barato não!”.

A localização do Poço da Draga próxima à área litorânea da Praia de Iracema é percebida por muitos moradores como ameaça dessa “cobiça” e “inveja” de muitos, bem como fato preponderante para tentativas de remoção. Embora elas saibam do risco iminente de perderem suas residências, as pessoas que vivem no Poço da Draga têm alguns benefícios quanto a estarem naquele local. Dentre eles, está a proximidade ao Centro da cidade e à praia. Muitos, como Clóvis, nem sequer pensam na possibilidade de sair da região. Isto porque “dá pra fazer tudo a pé aqui, não precisa

---

<sup>27</sup> O contexto que se insere aqui é referente a outra obra que foi projetada para se estabelecer na região do Poço da Draga, o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE), em 2001, a ser destacado na próxima seção deste trabalho.

<sup>28</sup> É válido salientar que eu não tive acesso a esta carta. Rosa preferiu que eu não a publicasse, temendo possivelmente reavivar essa discussão e haver algum tipo de represália aos autores do documento.

pegar ônibus pra ir ao Centro e a praia é aqui do lado”, afirma ele. Sílvio brinca com a repercussão de obras na região ao afirmar que “todo mundo tem inveja daqui e queria estar nessa região privilegiada da gente”.

No Centro de Fortaleza se localiza o posto de saúde<sup>29</sup> que serve aos moradores do Poço da Draga. Conforme afirmado anteriormente pelos moradores, a praia é fonte de beleza e lazer a alguns passos da maioria das casas. Os estudantes, em sua maioria de escola pública, tem acesso à educação básica por escolas localizadas também no Centro de Fortaleza. Para os moradores católicos, a arquidiocese que coordena a região do Poço da Draga é a própria Catedral Metropolitana de Fortaleza, fato este enaltecido por alguns, como Bianca. Ela diz com entusiasmo que “aqui [no Poço da Draga] é tão bom que somos abençoados é logo pelo arcebispo, não é por qualquer padre não”.

Rosa afirma que todos esses benefícios da localização do Poço da Draga são fatores de risco para a permanência dos moradores em suas residências. Embora ela já tenha visto várias tentativas de implantar empreendimentos na região não darem certo, Rosa destaca que as transformações estão ocorrendo gradativamente e, a cada dia, o território do Poço da Draga parece ser mais curto. Ela compartilha as perspectivas de outros moradores mais antigos ao afirmar que “hoje já não me sinto mais aqui como minha praia”. Isto porque “estão sempre inventando coisas para fazer aqui e tirar a gente”.

O que se mostra em face tanto aos fatos históricos quanto aos relatos das pessoas é que as obras constantes (ou suas tentativas) no Poço da Draga parecem sempre estar ligadas às remoções dos moradores. Em vez de uma tentativa de melhoria das condições de moradias das pessoas e valorização do espaço “privilegiado” do local com incentivos para a manutenção de quem está lá há muito tempo, o que se vê é sempre algum movimento para se tentar a retirada. O que acontece gradativamente com o Poço da Draga é um processo que parece concordar com a perspectiva de Zukin (2000a). Buscando modificar a “paisagem” da cidade para garantir um maior “fluxo de capitais” se observa, também no caso do Poço da Draga, que “o poder assimétrico no sentido visual sugere a grande capacidade dos capitalistas de projetar a partir de um

---

<sup>29</sup> Posto de Saúde Paulo Marcelo, localizado na Rua 25 de março, nº 607, no Centro de Fortaleza.

repertório potencial de imagens e de desenvolver uma sucessão de paisagens reais e simbólicas que definem cada período histórico” (ZUKIN, 2000a, p. 85).

O que se observa é a presença, no Poço da Draga, de obras que estimulam melhorias na região de seu entorno e não propriamente no espaço urbano em que se localiza a moradia das pessoas. Ligadas a etapas e períodos históricos distintos, as obras fomentadas por agentes externos (ligados muitas vezes aos órgãos de governança) para a região do Poço da Draga são, em sua quase totalidade, excludentes das pessoas que lá vivem. A ideia inquietante de Rosa de que “é tudo aqui! As obras são sempre aqui” (sic) se mostra adequada com a problemática atual que acontece com a construção do Acuario Ceará. Porém, o acompanhamento das transformações externas (ou tentativas delas) pode gerar mudança nas condições de sociabilidade, alterando muitas relações entre as pessoas envolvidas, gerando divergências de opinião além de “contra-usos”<sup>30</sup> do espaço (LEITE, 2007). São nessas pluralidades que transformam espacialmente os lugares acarretando em modificações entre as relações interpessoais que se inserem observações importantes para os estudos de mudanças e conflitos sociais.

#### **1.4 As obras e os alertas de remoções**

A disputa por terrenos em Fortaleza para abastecimento turístico permanece no entorno de suas áreas litorâneas. Populações locais já foram retiradas de outras regiões da cidade<sup>31</sup>. As modificações em espaços urbanos na orla marítima de Fortaleza, como vistas anteriormente, ocorreram com intensificação nos últimos trinta anos, principalmente na região da Praia de Iracema. Nessa área, os moradores do Poço da Draga ainda permanecem em suas habitações mesmo diante de algumas tentativas de remoção por parte de agentes de governança (algumas vezes em parceria com órgãos

---

<sup>30</sup> Os “contra-usos” que Leite (2007) destaca se referem ao surgimento de sociabilidades ressignificadas dentro dos espaços modificados por intervenções urbanas que visam “enobrecimento” de áreas. São contra-usos do que fora proposto “como mecanismo observável para entender como as fronteiras e suas demarcações socioespaciais resultam em formas diferenciadas de subverter os usos esperados dos espaços urbanos enobrecidos, cujo patrimônio é transformado em mercadoria cultural” (LEITE, 2007, p. 258).

<sup>31</sup> Rocha Jr. (2000) destaca algumas remoções da orla marítima fortalezense, tais como as do Mucuripe, onde os antigos moradores, com maioria de pescadores e suas famílias, foram colocados em conjuntos habitacionais. No caso do Mucuripe, as pessoas foram para o Conjunto Palmeiras, distante cerca de dezesseis quilômetros das antigas residências delas.

privados) interessados em ter, naquele território, um local para usufruto turístico de visitantes.

Afetados por transformações em suas proximidades nos últimos anos, os moradores do Poço da Draga tem opiniões divididas quanto à permanência na região em virtude da problemática atual: a construção do Acquario Ceará. Dos entrevistados mais de uma vez nesta pesquisa, a maioria mantém a opinião que há um sério de risco de remoção desta vez como não houve anteriormente. Alguns acreditam que não haverá mudanças em suas casas e permanecerão no local e outros até são otimistas quanto a construção de calçamento nas ruas e implantação do saneamento básico nas ruas.

É importante salientar que essas divergências de opiniões das pessoas do Poço da Draga estiveram presentes em outros momentos similares ao atual: perspectivas de outras remoções devido à construção de empreendimentos. Uns acharam que ocorreriam as mudanças de local e outros lutando e desejando à permanência. Desde o projeto de obras mais antigas (como o Porto, a ferrovia e a Alfândega) até as mais recentes (reformas da Ponte dos Ingleses, do Calçadão da Avenida Beira-Mar, do Aterro da Praia de Iracema e do CDMAC) há divisões internas entre os moradores do Poço da Draga quanto ao desejo de permanecer no local ou se mudar para outro bairro.

É possível observar nos depoimentos daquelas pessoas que desejam a saída do Poço da Draga a ideia de que “somos empecilho para o progresso da cidade” (como Valdir) ou que “já que não temos assistência aqui [se referindo ao saneamento básico das ruas] é melhor irmos pra outro lugar” (como Rosa). Já nos que esperam a permanência no local independente de todas as obras das imediações é recorrente ouvir discursos representativos de que “somos tradicionais aqui, estamos com nossas famílias há muito tempo” (como Francisca) ou que “a cidade é pra todo mundo, tem gente de todo jeito e nem todo mundo está interessado em ser desenvolvido” (como Clóvis). De qualquer modo, os contextos de cada um dos períodos envolvidos por obras ou remoções são multiplamente distintos, restando perceber como mudanças (ou tentativas delas) no espaço do Poço da Draga acarretaram em modos de pensar conflitantes diante dos acontecimentos.

Clóvis relembra a colocação dos trilhos no Poço da Draga. Ele era adolescente quando ocorreu. Juntamente com Valdir e Isadora, estavam presentes no local quando a empresa encarregada começou a construir a ferrovia. Escoamento de

mercadorias do Porto improvisado na Ponte Metálica, os trilhos permaneceram como via entre o local de armazenamento (onde hoje se localiza o Pavilhão Atlântico) e a até então recém-construída Alfândega. Clóvis diz que “o pessoal achou estranha” a intervenção, ninguém “nem sequer entendia como aquele trem ia passar sem perturbar as casas”. Em contrapartida, Valdir afirma sua satisfação de ter sua residência próxima ao trilho, “estava vindo o progresso pra cá”. O anseio dele e do seu pai naquela época era ter, o mais rápido possível, a titulação de posse do terreno, cedido pela Marinha do Brasil. Com o trilho, segundo Valdir, o reconhecimento da moradia de sua família poderia vir com maior brevidade.

Na década de 1990, com a reforma da Ponte dos Ingleses, a implantação do Aterro da Praia de Iracema e a construção do CDMAC, muitos moradores do Poço da Draga ficaram em alerta quanto às possíveis remoções. Rosa afirma sobre esse período:

Olha, quando colocaram aquela Ponte [dos Ingleses] linda, toda pintadinha e mais bem acabada que a nossa [Ponte Metálica], eu pensava que iam fazer uma igualzinha aqui na nossa comunidade. Mas não pra nós né? E sim pra os gringos, os turistas verem coisa bonita. Fiquei triste e disse até para o marido “é agora que a gente sai daqui”, não vai adiantar nem chorar, é só pegar nossas trouxinhas e ir pra alguma outra favela bem longe daqui. Deu pena, sabe? Tanto tempo que a gente mora aqui e sair por causa de um negócio desses? Era muita injustiça. Ainda bem que não aconteceu (Rosa, em 06/11/2014).

André afirma que quando era criança e começou a visualizar a construção do CDMAC temia por não poder usufruir do equipamento. “Eu achava logo que aquilo ia ser para os ricos”, destaca ele. Pela arquitetura e espaços amplos, o CDMAC gerava curiosidade e anseios em Francisca. Ela ressalta que esperava geração de empregos para os moradores do Poço da Draga dentro do centro cultural, principalmente para os jovens. Depois de muitas tentativas, elaborando projetos e mantendo diálogo com a PMF, Francisca conseguiu cursos de capacitação em audiovisual e elaboração de oficinas artísticas para os moradores do Poço da Draga. Bianca concorda com Francisca em ver muitos benefícios do CDMAC, tais como a retirada de armazéns inativos no local onde foi construído o empreendimento. Porém, Bianca ressalta que “pouco foi feito até hoje lá [no CDMAC] com a participação das pessoas do Poço da Draga” e que o projeto do espaço foi somente para aumento do fluxo turístico. Como não tinha estacionamento no projeto, Bianca até mesmo suspeitava que as famílias do Poço da Draga fossem removidas de lá para a construção da parada de veículos.



Dos casos anteriores, sobre ameaças de remoções, relatados pelos moradores do Poço da Draga o que possui maior ênfase na divergência interna de opiniões foi a tentativa de implantar o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE), em 2001. Com pesquisas passadas relacionadas sobre esse período (OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2006), intensas reuniões foram elaboradas no início dos anos 2000 entre os moradores do Poço da Draga e representantes do Governo do Estado do Ceará (GEC), visando a retirada das pessoas para outro local.

As reuniões visavam decidir o local para onde iriam as pessoas do Poço da Draga, com as remoções das famílias já decididas pelo governo. Nesse período, surgiram os primeiros conflitos entre os moradores. Uns queriam a permanência no Poço da Draga. Outros aceitavam a remoção, contanto que fosse para um local próximo, na região da Praia de Iracema. E alguns queriam apenas o título de posse de residências, sejam elas onde fossem. Após algumas reuniões na AMPODRA, por votação entre os moradores, ficou decidida (por maioria apertada de votos) a opção por aceitar a remoção para um local próximo, na região da Praia de Iracema. Contudo, o grupo de moradores que desejavam a permanência no Poço da Draga não se conformou com a decisão e fundou uma organização não-governamental<sup>32</sup> para lutar pela permanência. A tensão dessa época é descrita brevemente por Rosa:

Era todo mundo dividido, todo mundo discutindo. Ninguém se entendia. Loucura! A gente brigava uns com os outros que nunca imaginávamos que poderia brigar! Discussão com vizinho que não aceitava a opinião. Era muito tentador, eu mesma mudei de opinião duas vezes. Primeiro queria me mudar, sair daqui para um local melhor, com mais condições. Depois o pessoal da ONG me disse que a gente tinha era que lutar pra ficar aqui e não deixar o governo tomar o que é nosso (Rosa, em 06/11/2014).

O “tentador” a que Rosa se refere é o espaço onde o Governo do Estado do Ceará conseguiu para abrigar os moradores do Poço da Draga. Instalado em um terreno a duas quadras do local do Poço da Draga, o conjunto habitacional teria apartamentos de 60m<sup>2</sup> e locações externas como praças, chafariz, portaria e área de lazer (Fig. 12). O principal atrativo era o encanamento de esgotos, presente no projeto. Muitas pessoas queriam se mudar para lá, alerta Rosa. Francisca, que desde o começo do impasse permaneceu em favor da ONG e lutava por ficar no local, ressalta que até a divisão dos apartamentos já estaria acertada entre as pessoas.

---

<sup>32</sup> O nome da ONG será omitido para preservar o anonimato dos seus integrantes.



Figura 12. Projeto elaborado em 2001, não-efetivado, das casas para os moradores do Poço da Draga em virtude da construção do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos. Disponível em:

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/habitacao/prefeitura-de-fortaleza-tem-dois-projetos-pre-selecionados-no-pac-2> , acesso em: 19/01/2014.

Quando o Governo do Estado do Ceará optou por outro local para a construção do CMFE, alguns moradores do Poço da Draga, defensores da mudança para os apartamentos, se revoltaram com os membros da ONG. Eles acharam que “o pessoal da ONG é que tinha vencido a luta, que a gente tinha era perdido em não ter ficado lá”, afirma Francisca. Entretanto, a escolha do Governo em desistir de implantar o CMFE no Poço da Draga foi devido a irregularidades no projeto de licitação ambiental perante o Ministério Público na área do Poço da Draga. Além disso, a construção do prédio de um órgão ligado ao Poder Judiciário cearense no local onde seriam construídos os apartamentos oriundos da remoção foi também fator determinante para a desistência do GEC em implantar o CMFE no Poço da Draga.

Mesmo assim, os vestígios desse litígio se perpetuam até hoje. Muitas pessoas no Poço da Draga acham que teria sido melhor terem ido para outro local, saneado e permeado por serviços básicos de condições sanitárias. Francisca ressalta que a luta pela permanência no local se deve aos direitos adquiridos pelas famílias que ocupam há muitos anos o território. A implantação da ONG acabou sendo positiva, afirma ela, pois segue em funcionamento na atualidade, prestando diversos serviços<sup>33</sup> aos moradores do Poço da Draga.

---

<sup>33</sup> Posteriormente, no capítulo 3, será abordada as relações dos serviços prestados pela ONG com alguns moradores do Poço da Draga, principalmente na elaboração de atividades dentro do espaço do Pavilhão Atlântico.

O que atualmente a ONG busca junto aos agentes de governança é a efetivação de uma ZEIS no Poço da Draga. Nesses locais, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)<sup>34</sup> seriam fixadas juntamente com projetos de atividades comunitárias. Não se sabe o porquê da demora na realização do intento da ZEIS-Poço da Draga, mas as consequências desse impasse não são animadoras para os habitantes de lá que veem a possibilidade de serem expulsos do local onde vivem devido a construção do Acuario Ceará. Contudo, com os resquícios do litígio envolvendo a instalação do CMFE, muitas pessoas fora da ONG não falam na colocação da ZEIS no Poço da Draga como possibilidade para se evitar remoções. Outra hipótese é a de uma ampla descrença na possibilidade de efetuação do GEC (em parceria com a PMF) promover essa titulação de posse das moradias.

Seja por desconhecimento, desavenças passadas ou por descrença, o que se percebe é que a temática em torno da ZEIS no Poço da Draga é raramente comentada pelas pessoas. Resta investigar o processo de empreendimento do Oceanário com perspectivas conflitantes entre saberes para buscar reflexões quanto às possibilidades dos discursos dos empreendedores de grandes projetos estarem (ou não) associados ao que se aprende no cotidiano das pessoas. Alguns moradores do Poço da Draga podem compor tentativas de aproximação desse exercício entre formas de lidar com instituições e com sociabilidades.

---

<sup>34</sup> As ZEIS são áreas de moradores de baixa renda que são demarcadas pelo poder público como passíveis de regularização fundiária e urbanização.

## **CAPÍTULO 2: A construção do Acuario Ceará e os conhecimentos diferentes entre pescadores do Poço da Draga e cientistas**

### **2.1 O Acuario Ceará entre sonhos e lições da pesca marítima**

No meio da noite, o vento bate mais forte na vela do barco. Gotas de chuva se intensificam. O mar lentamente se torna furioso. A reunião de lamento entre os três pescadores pela baixa pescaria do dia se transforma em batalha contra água que vem do céu e encharca o interior da embarcação. No vai-e-vem da ventania, o barco passa a ser comandado apenas pelo mar. À deriva, os três homens só pensam em retirar o peso da água acumulada da chuva dentro do barco e salvar suas vidas mediante a tempestade. A madrugada prossegue com um mar revolto e a luta por sobrevivência.

De um dramático episódio noturno até uma manhã de calmaria, passagens de sonhos se passam pelos três pescadores após uma noite mal dormida. **João**, o capitão da viagem, espera que sua liderança e experiência marítima acalmem os dois mais novos companheiros e sonha com peixes grandes atravessando um apertado coral, escapando ilesos. **Raimundo**, o homem de muitas funções na empreitada, se vê acordando na manhã ensolarada após da fadiga do trabalho de outrora. Ali, ele se lembra do sonho que teve ao ser perseguido por tubarões raivosos, que espantavam o pescado e assustavam os homens pelo desafio de forças. **Pedro**, o jovem aprendiz em uma de suas primeiras viagens no mar, sonha com um cardume de minúsculos peixes lutando para escapar de um redemoinho que os envolve.

Entrecortados pela tempestade da noite anterior e pela bonança de tempo que se apresenta neste momento, os três pescadores passam a mais um dia de trabalho. Após o quase naufrágio, o mar se apresenta renovado para eles. O que era baixa quantidade de pescado agora se transforma em abundância. Pedro, o mais jovem, está muito empolgado com a fartura de peixes que vê e cantarola sua felicidade entre os enjoos do balanço do barco com o mar. Para João, a relação respeitosa com o mar durante a madrugada, percebendo sua fúria e não “reagindo” à intensidade dos ventos e das ondas, é que trouxe o excesso de pesca do dia seguinte. Raimundo interpreta seu sonho com os tubarões pela luta que teve em tirar do barco a água acumulada. A batalha de forças, para ele, se dá na multiplicidade de trabalhos: a retirada da água da chuva e o

maneado das velas para deixar o barco à deriva. Lutar contra as intempéries pode ser um exercício de sutileza, de respeito mútuo entre os homens e o mar. Além do mais, pode trazer benesses futuras.

Peixes grandes atravessando um coral podem ficar presos. Se eles escapam é porque tiveram algum tipo de sorte ou de habilidade. João sabe que em meio a uma noite intranquila sua ideia de “fenômeno” se altera. Para ele, o bom pescador sabe lidar com desafios, se “torna grande” com tempo e atravessa obstáculos graças a habilidades conquistadas. Também, pela experiência no mar, João prega o respeito por tentar repercutir uma conduta ilibada. Evitar palavrões, ofensas contra colegas e discussões durante a viagem náutica traz, segundo ele, “boas sortes” (sic). Assim, corais emaranhados não conseguiram impedir a passagem de peixes robustos. Pode-se dizer que tempestades duradouras serão testes de sorte e habilidade.

Nesta antiga história contada por João, o pescador mais experiente dentre os relatados, busco um relato particular da leitura de um evento durante a rotina de trabalho ligada à pesca. Entre uma tempestade noturna e uma manhã de calmaria, há abundância de peixes. História de sucesso escolhida por eles para lembrar épocas prósperas ligadas a terra onde vivem. Nos dias de hoje, apenas Raimundo ainda exerce a pescaria e, mesmo assim, reconhece que os tempos mudaram. Barcos a motor e com elevado tamanho, pesca em grande escala e dominada por empresas são atuais queixas dele. Também para os três pescadores, os naufrágios cotidianos da atualidade estão ligados a uma possível perda do lugar onde moram.

João, Raimundo e Pedro<sup>35</sup> são três pessoas que nasceram e viveram sempre no Poço da Draga. Nessa área que vem sendo modificada pela especulação turística ao longo de muitas décadas, se localizam as habitações deles. Nesse espaço, assim como em outros locais da capital cearense, vem ocorrendo a transformação da orla marítima em polos turísticos, com obras de grande porte pautando o cotidiano de antigos moradores. Povoado histórico da área da Praia de Iracema, muitas pessoas do Poço da Draga guardam relações de memória com o local e possuem afinidades históricas com vários elementos espaciais daquele meio.

---

<sup>35</sup> Os nomes dos interlocutores foram modificados. João tem 75 anos, Raimundo 69 e Pedro 58. Tenho tido a oportunidade de conversar com eles sempre que visito o local onde moram. A história escolhida por eles trata de uma das poucas viagens em conjunto dos três.

Alguns homens moradores mais antigos são pescadores ou filhos de pescadores e guardam pertencimentos ao espaço em relação com o mar e a praia. As mulheres deles são predominantemente donas de casa, onde permaneciam em suas residências fazendo trabalhos manuais principalmente relacionados à costura de roupas ou comercialização de produtos ligados à pesca, como a própria venda dos pescados obtidos pelos maridos pescadores<sup>36</sup>.

Baseio o conteúdo deste capítulo a partir de alguns relatos de pesquisa com esses três interlocutores, pescadores que moram no Poço da Draga. O enfoque principal será a distinção de conhecimento sobre a captura de animais marinhos, principalmente os peixes. De um lado, os saberes desses pescadores. Do outro, os argumentos dispostos por cientistas<sup>37</sup> vinculados ao Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em defesa da instalação do Acquario Ceará com a justificativa de que esse empreendimento será instrumento de pesquisa científica da biologia marítima. No que tange as repercussões dessas diferenças de entendimentos dos processos de captura, vale destacar o perpasso por searas de conhecimentos mais amplas. Dentre eles, histórias de pescarias e tentativas de compreensão da vida marinha pela ciência e lógicas diferentes de articulação do espaço (tema sempre renovado na antropologia) não somente no sentido território, delimitado, mas preenchido por valores e simbolismos.

Paralelamente a esse breve contraste de conhecimentos acerca do mar e das relações entre humanos e os peixes, destaco aqui, neste capítulo, a construção do Acquario Ceará como um evento transformador das dinâmicas de relações sociais dentro do Poço da Draga. Assim como em outros processos que envolviam obras na região da Praia de Iracema, o Acquario Ceará tem trazido impactos desde sua publicação midiática até o cotidiano de quem vive perto do canteiro de obras. No que se refere às propagandas positivas do empreendimento, segue o aval de alguns cientistas e a exposição de alguns moradores sobre perspectivas de melhorias internas no Poço da Draga, afastando, para eles, probabilidades de remoção. Por outro, na vivência cotidiana da atual construção do oceanário, surgem alguns relatos de como as obras tem afetado o ritmo de vida de algumas pessoas.

---

<sup>36</sup> A investigação etnográfica me permitiu obter essas informações dos próprios interlocutores.

<sup>37</sup> Os nomes dos cientistas, diferentemente dos interlocutores, não foram modificados.

É importante salientar a base de dados que constitui o material empírico disposto neste capítulo. Enquanto os depoimentos dos pescadores foram obtidos mediante entrevistas pontuais e conversas informais periódicas com eles, os discursos dos cientistas se interpõem pelas fontes virtuais de pesquisa<sup>38</sup>. Assim, pretendo expor, logo de início, possíveis limitações dos dados, reforçando os argumentos das diferenças de conhecimentos com ênfase na distinção de pontos de vista.

Os assuntos das entrevistas seguem nexos percebidos pelas falas dos próprios interlocutores em três momentos que serão dispostos em três seções articuladas entre si. Assim, neste capítulo se fundamentam aspectos ressaltados pelos interlocutores no que se constitui ser um pescador durante a empreitada em capturar animais marinhos. Paralelamente, disponho alguns discursos científicos em defesa da criação de observatórios oceânicos como amostras de pesquisas, especificamente o Acquario Ceará. Daí a importância de descrever o projeto Acquario Ceará pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE). Na base do discurso institucional se pode compreender os motivos de suas propagandas em veículos de imprensa perante a grande parcela da população cearense. Em contrapartida ao arsenal de propaganda positiva sobre o oceanário, retrato algumas lições dadas pelos pescadores ao falar de suas histórias no mar em contraste com a ciência dos biólogos do LABOMAR. Em vez de apenas se utilizar da lógica classificatória para tentar obter entendimento da vida marinha no litoral cearense, os pescadores trazem lições de distanciamento do passado da colônia de pescadores, independente da construção do Acquario Ceará.

Uma importante fonte de indagações advém da perspectiva futura do empreendimento instalado. No enalço de especulações de como seria a visitação de moradores do Poço da Draga ao Acquario Ceará, trago hipóteses sobre o contato entre os conhecimentos distintos: qual seria a reação dos pescadores quando estiverem dentro do já construído Acquario Ceará? Como eles pensam os peixes dentro do oceanário? Além do mais, o que os biólogos teriam a dizer sobre a presença de “homens do mar”, não-cientistas, no interior do empreendimento de pesquisa e visitação turística? Dentro dessa série de questionamentos procuro por possíveis pontos de diálogo entre saberes e

---

<sup>38</sup> Aqui, as falas dos representantes científicos foram obtidas por suas veiculações na *internet* em defesa do empreendimento Acquario do Ceará. A base de dados está disposta nas fontes primárias de pesquisa referenciadas no final deste trabalho. Como os próprios cientistas já expuseram suas opiniões mediante veículos públicos de comunicação, não achei necessário preservar o anonimato deles. Além disso, a informação das fontes de pesquisa também serve como alicerce para a comprovação da veracidade dos dados empíricos obtidos durante o decorrer deste estudo.

interesses tão distintos entre os moradores do Poço da Draga, os cientistas e os apoiadores da construção do Acquario Ceará.

## **2.2 A construção do Acquario Ceará: evento público em andamento e redes de atores que transcendem o local**

Ao observar o início do vídeo *teaser*<sup>39</sup> de lançamento do Acquario Ceará, criado e difundido pela SETUR-CE, há uma frase-convite de Júlio Verne que diz “você vai visitar a terra das maravilhas”<sup>40</sup>. Talvez o convite ao “impossível” verniano de chegar ao centro da Terra esteja, na propaganda, adaptado a um evento aclamado por muitas pessoas como “impossível” de ser executado: a construção do Acquario Ceará. Empreendimento de alto custo e arquitetura arrojada, o Acquario Ceará é gerador de polêmicas desde a elaboração inicial de seu projeto. Dentre essas polêmicas iniciais, as disputas políticas entre a oposição ao Governo do Estado do Ceará e ao governador Cid Gomes, idealizador e principal figura pública defensora do projeto. Lançar o empreendimento mesmo sob circunstâncias suspeitas por várias pessoas que questionam sua viabilidade e retorno financeiro<sup>41</sup> bem como sua aplicabilidade aos padrões ambientais e sócio-integrativos com a população local, pode, sem dúvida, acarretar em uma vitória inicial do projeto tão “desbravador” quanto penetrar no núcleo do Planeta Terra.

Continuando o vídeo que fomenta a propaganda inicial do Acquario Ceará há, em seguida, frases que intensificam a curiosidade e buscam causar desejos principalmente nos visitantes, público-alvo da propaganda, a saber:

“Um mundo de mistérios e aventura uma experiência repleta de vida e descobertas fascinantes. Você está pronto para atingir as fronteiras da sua imaginação? Descubra o que está abaixo da superfície, no primeiro aquário internacional da América Latina” (SETUR-CE. *Teaser* oficial do Acquario Ceará).

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1RqHGNw9uvU> , além do *release* oficial SETUR-CE do projeto Acquario Ceará disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acquario-ceara/Aquario%20Ceara-Area%20Externa%20e%20Atracoes.avi/view> , vários acessos.

<sup>40</sup> IN: *Voyage au centre de la Terre*, de 1864.

<sup>41</sup> Principalmente em relação às parcerias entre os agentes de governança do Estado do Ceará e empresas privadas, sem processos de licitação devidamente explicitados publicamente.



Elaborado em 2010, o vídeo fomenta a propaganda que se vê atualmente em exposição no Museu de exposição da maquete do Acquario Ceará, situado nas proximidades do canteiro de obras do empreendimento. Lá é possível ler os cartazes na entrada “Bem-vindo a um mundo novo, de descobertas”, além de “o retrato do progresso e da modernidade na capital cearense”.

A modernidade como pressuposto ideológico ligado ao progresso vem sendo divulgada como ferramenta de busca de apoio político por parte do governo. O uso de propagandas tais como “Fortaleza rumo ao progresso” ou “trazendo a modernidade para todos” no entorno da obra do Acquario Ceará coloca pontos de reflexão sobre essas particularidades. Giddens afirma que o conhecimento moderno, aplicado à vida social, é moldado por quatro conjuntos de fatores: o poder diferencial na obtenção de instruções; o papel dos valores que garantem inovações cognitivas; “o impacto das consequências inesperadas”, proporcionando não-estabilidade do mundo social com o conhecimento obtido e a circulação do saber social na “hermenêutica dupla” de dinamismo e descontinuidade (GIDDENS, 1991, p. 50, 59-60). É possível perceber a diferença entre o poderio mais influente de instruções dadas pelo governo em relação à vontade da maioria dos moradores em permanecer no local onde vivem. Além disso, pode-se compreender a tentativa de vincular a ideia do “novo” como advento valorativo que impulsiona a derrubada do “velho” ou “tradicional” pertencente ao Poço da Draga.

Classificar o “outro” como “simples” nos faz pensar acerca dessas diferenciações proporcionadas pelo “saber moderno”. Elias (1994), afirma que foi no decorrer do processo civilizador que o conceito de “bárbaro” foi relacionado aos povos simples, assim como os povos ditos “civilizados” seriam os modernos, complexos. Nesse ínterim, o “civilizado” seria o indivíduo possuidor de um mundo interior desenvolvido, profundo, com pleno controle do intelecto e o mundo exterior social complexo, dividido em esferas relativamente autônomas. Por outro lado, o “primitivo” vai estar dotado de uma psicologia básica, mínima e o mundo social indiferenciado. A antropologia é a ciência que vai estudar a “sociedade simples” a partir do século XIX, mostrando que a gênese da oposição simples-complexo no âmbito das sociedades está vinculada a própria gênese do processo civilizador, ao mecanismo de construção e de representação que a própria sociedade europeia faz de si mesma sobre o que vem a ser a “civilização”. Elias atesta que o processo de racionalização do Iluminismo

(classificatório, com especialização dos processos de obtenção do conhecimento) impõe leis universais ao mundo, dando à empreitada colonial um viés globalizante, de equilíbrio social, civilidade, direitos humanos e democracia como ideias-valores que são utilizadas para justificar a força de qualquer ação para implantá-los nos povos colonizados (ELIAS, 1994a).

Embora o contexto seja diferente do processo de exploração imposto pelas metrópoles europeias às suas colônias, são válidas as reflexões acerca do fenômeno de penetração de um ideário externo dominador como mecanismo de modificação da vida de populações locais. Isto porque a semelhança ocorre na forma com que os próprios moradores do povoado são influenciados a aderir aos conceitos impostos pelo governo como a melhor forma deles viverem no ambiente em que habitam historicamente. O conceito de que “a modernidade é a civilização” pressupõe o autocontrole cada vez maior das condutas individualizadas, subjetividade na ideia de intimidade, de um indivíduo próprio presente em meio à diversificação dos espaços de sociabilidade. Com a construção do empreendimento, o que se propõe por parte do Governo do Estado do Ceará é uma diluição da união das famílias que moram no Poço da Draga para que o espaço ocupado por elas seja novo e individual, além de longe da área próxima ao oceanário, garantido pela regularização fundiária em conjuntos habitacionais<sup>42</sup> localizados na periferia da cidade, preferencialmente na região metropolitana da Grande Fortaleza.

As próprias atrações descritas no Acuario Ceará são norteadas para visitaçaõ externa, pois destacam a “vida marinha” separada da “vida humana”, isto é, do oceanário funcionando sem estar ligado à população que mora nas proximidades. Dentre as principais atrações estão: o “Mundo oceânico”; o “domo do mar”; o “*sea walk*”; o “ártico selvagem”; a “aventura submarina”; o “cinema 4D”; o “túnel dos tubarões”; além da área externa centralizada pela “praça das águas” (Figs. 13-19)<sup>43</sup>. Nenhuma das

---

<sup>42</sup> Se houver o intento governamental em expulsar os moradores do Poço da Draga será, sobretudo, por questões políticas. O espaço urbano do Poço da Draga também poderia ser modificado por não se adequar aos padrões de “modernidade” que requerem os empresários do turismo na capital cearense. O Acuario Ceará, para os empreendedores do projeto, deve estar acompanhado de uma “renovação” da urbanidade acompanhada ao anexo do empreendimento. Os agentes de governança concordam com essa ideia “renovadora” do ambiente na medida em que vinculam a possibilidade de saída dos moradores para conjuntos habitacionais, fato já especulado em outros momentos diante de obras na região da Praia de Iracema (conforme descrito no capítulo anterior).

<sup>43</sup> As imagens internas oficiais do projeto do Acuario Ceará estão disponíveis em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/fotos/internas/> enquanto as das áreas externas estão disponíveis em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/fotos/exterior/>. Vários acessos.

atrações remete ao Poço da Draga e as relações dos seus moradores com a “vida marinha” da região que está inserido o Acuario Ceará.



Figura 13. Imagem mostrando simulação interna do Aquário Master, que faz parte do complexo de atrações “Mundo Oceânico”.



Figura 14. Perspectiva interna do Aquário Master.



Figura 15. Atração “aventura submarina”.



Figura 16. Atração interna “Sea Walk”.



Figura 17. Atração interna “Domo do Mar”.



Figura 18. Vista externa do Acuario Ceará, centralizada na “Praça das Águas” (à direita, inferior).



Figura 19. Vista lateral do Acquario Ceará a partir do Oceano Atlântico.

Com palavras-chave “Oceano”, “Equilíbrio”, “Vida marinha”, “consciência” e “preservação”, o projeto do Acquario Ceará se baseia em uma ideia de “edutenimento”. O relatório de impacto ambiental, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) para a Secretaria de Turismo (SETUR-CE), destaca essa expressão “edutenimento” como uma aliança entre:

educação ambiental e entretenimento em uma forma inovadora de sensibilizar e conscientizar a população sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. Além de um oceanário de classe mundial, propõem-se a abrigar um museu oceanográfico que apresentará de uma forma didática os mais variados aspectos da vida oceânica e a importante relação da humanidade com o mar. Também estão previstos aquários para espécies de água doce, abordando aspectos referentes à conservação da rica biodiversidade aquática do planeta e a prática de atividades sustentáveis em águas interiores. O alcance de tais objetivos se dará por meio de diversas atividades interativas que serão disponibilizadas ao público visitante, além de possibilitar a observação de espécies aquáticas e o conhecimento sobre sua biologia e fatores que as ameaçam (SEMACE. Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Acquario Ceará, p. 2) [Grifos meus].

As ideias propagadas pelos idealizadores do Acquario Ceará, que aliam “pesquisa científica” e “educação ambiental”, estão situadas na busca por critérios de “inovação” e não nos saberes locais, das antigas populações costeiras fortalezenses. A propaganda do projeto do oceanário enaltece um evento que ainda está para acontecer: a completa construção e o funcionamento do empreendimento. Embora este evento esperado seja público, pois está propagado pela mídia e sentido pelos moradores do Poço da Draga, há redes de atores que transcendem esse local de obras do oceanário. Dentre eles, há aqui destaque para os pescadores e seus conhecimentos marítimos cada vez mais distanciados da realidade vivida no Poço da Draga com o fim gradativo da

colônia de pescadores. Em contraponto a esses entendimentos do passado, estão as noções presentes nos conhecimentos científicos de pesquisadores que defendem a instalação do Acquario Ceará.

Esta pesquisa, que também esperou pela concretização do evento principal é um retrato de como a composição textual se dá através das incertezas do campo, tanto pelos interlocutores quanto pelo pesquisador. O que se percebeu até aqui, em meio à execução parcial das obras do oceanário, é um complexo representativo de reações das pessoas que vivem no Poço da Draga. No andamento da construção do empreendimento, muitos moradores relatam sobre o barulho das máquinas, como Isadora:

A gente tenta dormir à tarde e não consegue, é só o baticum de furadeiras no nosso ouvido. E eu já sou velha, viu? Era pra tá com as “ouças” ruins. Mas não tem como não ouvir. Esses barulhos tiram o sossego da gente. Eles [os trabalhadores] não tem aí, coitados, são pagos pelo governo para fazer isso. E a gente que mora aqui não tem a ver com esse negócio [o Acquario Ceará] e temos que aguentar. Não acho justo (Isadora, em 24/11/2014).

Além do barulho, a trepidação do solo pelo uso constante dos equipamentos de escavação e a invasão de áreas costeiras, causando a perda de território do Poço da Draga, ressaltam outra gama de transtornos atuais da execução da obra do Acquario Ceará<sup>44</sup>. Durante todo período vigente a esta pesquisa foi possível verificar as mudanças do terreno causadas pelas máquinas escavadoras que perfuram o solo para a passagem dos túneis por onde as passarão as águas dos tanques do oceanário (Figs. 20 e 21).



---

<sup>44</sup> Referente às crescentes diminuições do território do Poço da Draga diante da construção do Acquario Ceará há, neste trabalho, destaques para a retirada da quadra poliesportiva e a quase perda do Pavilhão Atlântico (locais dentro do Poço da Draga), detalhados por depoimentos de algumas pessoas no capítulo seguinte.

Figura 20. Canteiro de obras do Acquario Ceará em março de 2014. Jornal Diário do Nordeste em 07/03/2014. Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/modelo-de-gestao-do-acquario-ceara-deve-sair-ate-dezembro-1.1014411> , acesso em: 09/01/2015.



Figura 21. Canteiro de obras do Acquario Ceará em maio de 2014. Foto de José Leomar, jornal Diário do Nordeste de 13/05/2014. Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/modelo-de-gestao-do-acquario-ceara-deve-sair-ate-dezembro-1.1014411> , acesso em: 08/01/2015.

Motivadas pelas perguntas recorrentes durante as entrevistas “e esse Acquario aí? O que você acha?”, as respostas são opiniões diversas que mostram complexos divergentes das expectativas para o evento esperado: a completa construção e funcionamento do oceanário. Clóvis pensa positivamente, mesmo com os barulhos e trepidações que afetam sua audição, afirmando que “trazendo emprego para as pessoas daqui [do Poço da Draga], que venha esse Acquario! Vai ser bom”. Também pensando entre o otimismo da permanência e o temor da remoção, Bianca afirma que

Dessa vez alguma coisa vai mudar aqui no Poço, com toda certeza. Se não expulsarem a gente, quando estiverem terminando de fazer esse Acquario aí vão ajeitar as ruas daqui, certeza que não vão deixar do jeito que tá, essa coisa feia aqui. Vão abrir outras ruas aqui e deixar tudo ajeitadinho para os turistas verem (Bianca, em 07/11/2014).

Por essas diversas possibilidades de percepção de um evento trazido com expectativas por diversos meios (os da propaganda dos empreendedores e os das opiniões dos moradores) é que se insere a variedade de conhecimentos dispostos entre o mar percebido pelos especialistas defensores do Acquario e o mar dos que vivem na praia. Entre o temor da remoção e perda de moradias e a esperança de emprego e

melhores condições de saneamento das ruas estão os habitantes do Poço da Draga, ancorados pelos saberes marítimos de alguns dos seus moradores mais antigos, os pescadores. Entre ressaltar uma possível singular “importante relação da humanidade com o mar” e propagar os domínios científicos de pesquisa da “vida marinha” e “atividades interativas” para o público visitante estão os empreendedores e cientistas que defendem a construção do Acuario Ceará. Restam tentativas, aqui, de exercícios de percepção comparativa entre essas distintas formas de pensamento e propagação de interesses complexos.

### **2.3 A “cuiola” e algumas dinâmicas dos humanos com o mar: capturar é aprisionar?**

A relação do trabalho exercido com o meio parece ser imprescindível quando se exerce a pesca. Para os três pescadores entrevistados, o fato de eles estarem no mar à procura de capturar peixes é que os torna conhecedores de seu ofício. Com foco diferenciado aos aspectos tautológicos de “pescar por ser pescador ou ser pescador por ir pescar”, observo nas histórias contadas por eles que alguns elementos dimensionam relações com o mar propriamente experienciadas. João, por exemplo, afirma que existe uma “cuiola”<sup>45</sup> entre o homem do mar e os peixes. Em outras palavras, o pescador afirma que há uma influência sedutora sobre o animal a ser pescado. Sua intimidade ao lidar com o peixe – adquirida pela experiência no mar – o leva a seduzir o animal até a rede<sup>46</sup>. Ele argumenta:

Quando cê tá no barco tem que respeitar o mar. Senão ele não te dá os peixes. Na tempestade não adianta lutar contra ele. Tem que deixar o aguaceiro bater nos panos e levar o barco. Só precisa tirar a água de dentro, senão afunda. Os peixes percebem o respeito do pescador com o mar. Se entregam à sua rede, vem logo é com fartura, vem na “cuiola”! É como eles conversam com a gente. Nas vezes que fui ao mar com má vontade, reclamando, falando nome, todo mundo se deu mal. Não veio nada, só areia, pedra e porcaria. Só dava pra pegar uns pratos dos navios encalhados e vender depois. O mar é lugar sem palavrão, é lugar de fé [João, em 08/01/2014].

---

<sup>45</sup> Termo “cuiola” dado pelo próprio João em consonância de entendimento com os outros pescadores. Talvez se refira ao termo “curriola” ou “conluio”, indicando um possível conciliábulo particular entre homens e peixes durante o processo de pescaria.

<sup>46</sup> A predominância de viagens pesqueiras na trajetória profissional dos três interlocutores é de pesca com o uso de redes: a pescaria por tarrafa. Raimundo também fala de alguns relatos de pescaria por cerco ou curral de pesca. Contudo, ele mesmo afirma que na região do Poço da Draga, o curral de pesca sempre foi pouco utilizado, caindo em desuso com o passar dos anos.



Em um local repleto de relações estabelecidas por humanos e não-humanos, como o mar, é possível focar o estudo antropológico no conhecimento oriundo das experiências das pessoas com o meio ambiente. Ao observar possíveis metalinguagens de comparação na ecologia cultural, Hviding (1995) em seu trabalho de campo nas Ilhas Salomão<sup>47</sup> estudou pescadores e suas conexões com tubarões, em que firmavam pactos de proteção contra ataques marinhos. Entre os *Marovo*, que não operam segundo marcos binários definitivos entre “natureza” e “cultura”, o meio ambiente está em todas as partes (HVIDING, 1995, p. 199).

Ao defender a construção do Acquario Ceará pela sua viabilidade de estudos científicos, o professor do curso de Engenharia de Pesca da UFC, José Renato, argumenta que “crianças que crescem próximo a algo assim [o oceanário Acquario Ceará] tendem a respeitar mais o meio ambiente”<sup>48</sup>. Para ele, há uma clara separação entre o que é “natureza”, estereotipada como “meio ambiente” e “cultura”, nos moldes do “museu de cera” (cf. WAGNER, 2010). A ideia do argumento do professor parece ser de classificação, separando elementos referentes ao meio ambiente como fontes de estudos e ensinamentos para as pessoas pela representação amostral de um espaço físico da vida marinha, como em um oceanário. Assim, em um recorte da vida marinha, aprisionada na forma de um aquário, se pode montar um protótipo do “natural” a ser estudado, segundo o cientista. A natureza aparece aqui como recomposição cultural, reconstrução mental.

É interessante observar que a vinculação de “natureza” pode seguir eixos de imperativos cognitivos. Ellen (1996) ressalta três desses imperativos: coisa, espaço e essência. A natureza, para o autor, “não é uma categoria básica” (p. 142). Em vez de apenas opor ou separar dicotomicamente natureza e cultura, Ellen (1996) sugere que haja ramificações para além do campo linguístico, abrangendo princípios que operam rituais e cerimoniais, mantendo campos de interlocuções como fontes de abrangência de novas ordens ramificadas dessa discussão. Aqui talvez possa se exercer a natureza pela

---

<sup>47</sup> Edvard Hviding trabalhou durante 28 meses nas Ilhas Salomão (períodos entrecortados entre 1986 e 1994), exemplificando contextos ontológicos e epistemológicos alternativos às dicotomias (como “natureza” vs. “cultura” e “magia” vs. “ciência”) através da exploração analítica de materiais etnográficos da Melanésia.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/online/pesquisa-e-turismo-sao-trunfos-do-emprego-1.837525>. Acesso em: 15/07/2014.

“coisa-captura” (pesca em relação de predação e o aprisionamento em relação de pesquisa ou visitação turística) ou pelo “espaço-mar” (oceano no fluxo de embarcações e disposto em tanques no oceanário) ou pela “essência-vida-marinha” (retirada como fonte de renda de subsistência na pesca ou mantida em cativeiro para estudos e entretenimento no aquário).

É evidente que essas aproximações do problema empírico aqui retratado com o arcabouço teórico de imperativos cognitivos de Ellen (1996) são preliminares e/ou especulativas. Contudo, podem servir de sugestões para entendimentos reflexivos acerca das diferenças de concepções mentais envolvidas entre os agentes (pescadores e cientistas). O que se parece ver no intento científico favorável à construção do Acuario Ceará é uma amostragem do que se veiculou pela ciência Ocidental como “natureza”. Assim, se percebe que essa “natureza é não só como artefato produzido pela própria sociedade”, mas também é “submetido às leis de mercado” (DESCOLA; PÁLSSON, 2001, p. 20). Conforme Posey (1996), sistemas ecológicos ditos “naturais” podem ser “produtos de manipulação humana” (POSEY, 1996, p. 150).

Por exemplo, ao falar de performance xamânica, Brightman (2008) alerta que o conhecimento não pode ser mercadoria porque não é mera informação e sim é uma “concreta habilidade técnica” (BRIGHTMAN, 2008, p. 165). Com esse exemplo que retrata o fluxo interativo de conhecimentos presentes entre humanos e o meio que vivem, o autor afirma que a “antropologia tem definido *propriedade* como relações entre pessoas em consideração para coisas” (Ibid., p. 158, grifo meu). Como “coisas” relacionadas às pessoas, os peixes em um aquário para estudos científicos podem ser vistos como uma forma de “posse” do meio natural por tentativa de aprofundamento de saberes da vida marinha pela pesquisa. Segundo o professor-doutor em Ciências do Mar, Luís Parente, espécies nativas da vida marinha podem ser manejadas com maior propriedade com a instalação do empreendimento<sup>49</sup>.

Ter na propriedade do manejo a perspectiva de conhecimento do que veicula como “natural” pode ser visto como intento científico ocidental. O professor Luís Parente descarta que o Acuario Ceará seja apenas um projeto de arranjo econômico ligado ao turismo. Indo com o viés de pesquisa da vida marinha, ao associar o

---

<sup>49</sup>Disponível em:

[http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=269&Itemid=37](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=269&Itemid=37). Acesso em 15/07/2014.

empreendimento com o LABOMAR<sup>50</sup>, o Acuario Ceará entra, segundo ele, como propriedade intelectual dos cearenses. O isolamento de formas de obtenção de conhecimento, classificando e separando em esferas autônomas de saberes, é particularidade fundante da ciência ocidental (ATRAN et al., 2004). Com a categorização como chave para a incerteza, as inferências de raciocínio podem ser causais ou ecológicas, não obrigatoriamente taxonômicas (Ibid., p. 10-11). Assim, é possível entender que “diferenças no conhecimento ecológico que emergem de uma categorização e estudos de raciocínio levou-nos a empreender pesquisas entre conhecimento e manejo de recursos” (Ibid., p. 17, tradução minha).

Em contrapartida, a junção de saberes entre o exercício da pesca e o conhecimento do mar é justificada pelos interlocutores do Poço da Draga. No movimento articulado de uma “cuiola” se percebe agregação de humanos com animais, crença em espiritualidades e noções de respeito com o meio visando se obter êxito na captura dos peixes. Na capacidade interligada de perspectivas que a ciência ocidental tenta separar, Atran et al. (2004) ressaltam que os atores sociais relevantes para promover decisões sobre manejo ambiental estão em entendimento sobre a natureza por suas preferências cognitivas e seus valores espirituais, relacionando conhecimentos diretos com inferências experimentais (Ibid., p. 21).

No enfoque de junção para o exercício da pesca, Pedro destaca que entende o estudo do mar como aprendizado. “Só se sabe onde os peixes estão quem tá lá, no mar, se molhando todo de água salgada, suando e queimando no sol. O que se vê hoje em dia é muito marinheiro<sup>51</sup> que não pisa nem na água”, ele afirma. Ou seja, embora o entendimento sobre o mar durante a pesca seja integrativo com o meio, há certa demanda de separação mediante o conhecimento teórico do que se pensa, cientificamente exposto, sobre a vida marinha. Na divergência transversal de saberes dos pescadores e cientistas sobre processos de captura se observam pontos de vista separatistas de ambos os lados. A prática de “estar no mar” se opõe ao “observar do laboratório” em divergências de entendimento da vida marinha.

---

<sup>50</sup> A SETUR-CE (Secretaria de Turismo do Estado do Ceará) e o Instituto de Pesquisas do Mar (LABOMAR) da Universidade Federal do Ceará firmaram oficialmente um acordo de parceria de cooperação técnica-científica em março de 2012, estando vigente o acordo até o pleno funcionamento do empreendimento Acuario Ceará. Disponível em: [http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=269&Itemid=37](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=269&Itemid=37). Acesso em: 15/07/2014.

<sup>51</sup> Pedro se refere a “marinheiro” como homens que dizem saber do mar sem nunca terem estado em uma embarcação marítima. Os “marinheiros”, para ele, são tanto os militares quanto os cientistas.

Nas possibilidades em que o viés “capturar como aprisionar” pela ciência é visto pelos pescadores como forma estática de conhecimento do mar se percebem questões interessantes. Uma delas é que a oposição radical entre pessoa e meio ambiente impede aprendizados. Não há dúvidas de que “a história humana é um produto contínuo de diversos modos de relações humano-ambientais” (DESCOLA; PÁLSSON, 2001, p. 25). E ao se evitar constituir estudos antropológicos como “marcos totalizantes” se anseia por observações das dinâmicas sociais em que se obtenham relações significantes. Assim, uma abordagem unificada do ser humano em sua plêiade de relações com o meio é destacada, conforme Descola & Pálsson (2001), como esforço etnográfico salutar. Os autores afirmam que:

Significativamente, moralidades e metáforas similares se aplicam a contextos teóricos bastante diferentes; os discursos sobre a natureza, a etnografia e a tradução cultural, por exemplo, empregam tipos de imagens similares, notoriamente às metáforas de caça e a relação pessoal, a linguagem teatral da ironia, da tragédia, da comédia e do romance (Ibid., p. 26).

Como estudo complexificado em torno de suas diferenças, o entendimento do discurso divergente acerca da lógica de captura dos animais é exposto por inquietudes dos atores sociais. Resta saber se uma “cuiola” pode ocorrer dentro de um tanque de aquário para pesquisa e visitação turística, se a sedução do peixe em ser abatido na pesca pode ter efeito na rela o de se tentar entender sua vida no mar por observa es dentro de reservatórios. Rela es distintas dos peixes com humanos no mar, como morte e vida na pesca e na pesquisa amostral, podem ser constantemente indagadas como contínuas ou distantes em abordagem e inten o. Entretanto, nessas rela es também se pode perceber reflexivamente o ambiente como lugar em que as concessões entre os humanos variam em cada caso, dependendo do significado e do modo como são percebidas.

#### **2.4 Pescadores, cientistas, peixes e o mar: histórias representativas de vida e morte**

Uma representa o pode ser uma visão de mundo, uma concep o mental que explica tantas outras rela es interligadas. Conforme Bachelard, “a Representa o não   mais que um corpo de expressões para comunicar aos outros nossas próprias imagens” (1993, p. 159). Ao tratar de escrita etnográfica como exacerba o alegórica

sem compor uma possível “novidade” ou um “erro metodológico” (em crítica a CLIFFORD, 2008), Rabinow (1999) afirma que “os significados são culturais e estão socialmente disponíveis, não são inventados *ex nihilo* por um único intérprete” (RABINOW, 1999, p. 96).

Nesse processo em que representações dos interlocutores se localizam entre os fatos sociais problematizados pelos antropólogos, tento compor prosas a partir de relatos dos três interlocutores sobre histórias do mar durante algumas viagens pesqueiras. Nelas, experimento a emoção alegórica compartilhada com outros contextos etnográficos de outros antropólogos em suas pesquisas. Descola & Pálsson (2001) ressaltam “metarepresentações” no exercício etnográfico das relações entre humanos e o que se constitui “natureza” e “meio ambiente”. Assim, “representações de representações, sem ajuda da linguagem” podem ser percebidas como ressignificações da própria empiria antropológica (DESCOLA; PÁLSSON, 2001, p. 16). A tentativa é de mostrar noções humanas cognitivas interligadas com o meio que vivem, abrangendo interações constantes com não-humanos. Como contraponto, disponho algumas falas dos cientistas sobre projetos de pesquisas para aprofundamento constante do conhecimento da vida nos oceanos.

É importante salientar que os pescadores entrevistados no Poço da Draga vivem, atualmente, o distanciamento do mar independente da construção do Acuario Ceará. Com o fim gradativo, ao longo das últimas décadas, da colônia de pescadores, as relações de João, Pedro e Raimundo com o mar por meio de suas histórias pesqueiras estão guardadas em um passado somente resgatado por suas memórias. Assim, se enaltece por meio deles que o Poço da Draga é um lugar onde ocorrem experiências das pessoas, é um espaço em que situações foram e são vivenciadas em um cotidiano múltiplo, que vai se modificando no decorrer do tempo.

Outro ponto que vale destaque nesse momento é a lembrança de que, no contexto desta pesquisa, não se tem profundidade etnográfica para especificar ontologias distintas, próprias de expressões culturais diferentes. O que se tem aqui é um breve conjunto de narrativas de três eloquentes interlocutores, motivados por reviver aproximações com memórias de cotidianos localizados em passados vividos por eles. Cotidianos esses que, pelas próprias transformações deles, não os colocam como um distanciamento cultural tão evidente ao do pesquisador. Ao longo das gerações se

observa o distanciamento com o mar. O que resta pensar, como objeto de análise antropológica, a ser feita em estudos posteriores, são os efeitos desse distanciamento. Assim, se poderia indagar sobre questões relacionadas com o mar, a saber: em um oceanário, o mar é como uma mercadoria? Que mar é esse do Acquario Ceará? É outro mar, diferente do mar do Poço da Draga? Há enobrecimento no mar do Acquario em comparação com o do Poço da Draga?

Em uma noção de mar vinculada à captura livre dos peixes, João conta que numa pescaria artesanal usando linhas, iscas e anzóis, se pode fisgar um peixe grande pelo próprio movimento dele na água. Certa vez, em um fim de semana no Poço da Draga, ele aproveitou sua folga do trabalho para ficar na ponte pescando com linhas. Similar ao velho de Hemingway (1952) que experimenta o êxtase de pegar um enorme marlim e tem a decepção de vê-lo ser devorado por tubarões, João afirma que sentiu o peixe “se atirando” (sic) ao anzol dele pelo batimento da água e se afastando ao perceber a armadilha. Em um vacilo, o peixe escapou. Uma simples conversa rápida pode denotar perigo para a presa.

Em um mar de um oceanário, que aprisiona peixes para estudos e visitação turística, ocorre a pesquisa científica, também pautada por cuidados extremos. “Cuidar de peixe é pior que cuidar de bebê. Tem que acompanhar 24 horas”<sup>52</sup>, atesta o professor Luís Parente. Para uma pesquisa efetiva e longo período de êxito investigativo, afirma o cientista, é preciso que o “Acquario conte com funcionários em três turnos, um sistema de gestão eficiente e manutenção rápida”.

Segundo um informe<sup>53</sup> do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Acquario Ceará terá volume total de água de 15 milhões de litros. O relatório especifica que “existirão 25 aquários na edificação, assim distribuídos: 01 aquário master, 01 aquário de Tubarões, 01 aquário de Pinguins, 02 tanques de toques em espécies e 20 aquários menores, distribuídos nas salas de exposição. Estima-se que, aproximadamente, 500 espécies sejam incorporadas aos aquários, com um número de, aproximadamente, 35.000 animais, dentre espécies exóticas e nativas”. Ou seja, o rastreamento de peixes, mesmo em grandes quantidades, se dá pelos seus movimentos

---

<sup>52</sup> Disponível em: [http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=245&Itemid=37](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=245&Itemid=37). Acesso em: 15/07/2014.

<sup>53</sup> Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece\\_Informe\\_48\\_06\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_48_06_dezembro_2012.pdf). Acesso em: 15/07/2014.

em zonas de interação com adventos humanos, sejam eles ferramentas de pesca ou de pesquisa científica.

Raimundo observa que o balanço do barco dá enjoio nos pescadores inexperientes porque o “coração do mar é o vento” (sic). Como forma de organismo interligado, o “coração” marinho afeta a motivação do pescador. Se não for acostumado com o ritmo da ventania, a pessoa não consegue permanecer sadia dentro da embarcação. Da mesma maneira, retrata Raimundo, o barco à vela é melhor à deriva do que a lancha motorizada. No meio do “aguaceiro” que espanta os peixes, se o motor falhar não há como escapar da “vontade do mar”. O barco à vela, para Raimundo, é mais “respeitador”, interage mais com o mar por deixá-lo “fazer suas vontades”. Ou seja, em meio a tempestades e situações adversas, a lentidão do barco à vela se adequa ao percurso dos peixes acostumados com as intempéries marinhas. A fluidez e a fúria marinhas se diagramam em eficiência pesqueira metaforizada.

Kohn (2007) afirma que a metáfora cinegética pode ser uma interação referencial de animais humanos com não-humanos. Neste caso aqui explicitado, o modo de objetivação de ter posse do animal (caça pela pesca) propicia a conformação simbólica dele (captura). Até mesmo para os biólogos – que não estão interessados em pescar os animais marinhos – essa interação referencial animal-meio pode ser observada, embora explicitada para outras finalidades. Ana Carolina Oliveira de Meirelles, bióloga vinculada ao LABOMAR, afirma que há uma “preocupação ambiental” constante com a instalação do Acquario Ceará, pois a “fauna” de muitas espécies marinhas pode estar em risco com o armazenamento em tanques<sup>54</sup>. “O equipamento [Acquario Ceará] vai gerar muito ruído que, embaixo da água, fica maior ainda. Temos uma população de botos cinzas e eles são muito sensíveis ao barulho. Isso com certeza vai afastá-los”, destaca a bióloga. Com as semelhanças e diferenças dispostas o que se percebe é que tanto um empreendimento como o Acquario Ceará quanto um barco a motor em tempestades podem alterar a dinâmica da vida de animais marinhos.

Pedro ressalta que começou a viajar com os pescadores mais experientes porque sentia fascínio pelo mar desde criança. “Aprendi a nadar menino véio, via meu

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/online/pesquisa-e-turismo-sao-trunfos-do-empreendimento-1.837525>. Acesso em: 17/07/2014.

pai conversar com os peixes até depois que os bichos tavam cozinhando na panela”, destaca o pescador. A vida nas viagens pesqueiras, para ele, “é perigosa, a gente não aprende nada, porque o mar é coisa de surpresa”. No imediatismo do momento que está capturando animais marinhos se vê uma “sedução da caça”.

Em um processo de “sedução” entre caçadores *Yukaghir* da Sibéria e suas presas, Willerslev (2004) observa que a metamorfose entre humanos e animais pode ser irreversível. A própria sedução e morte da presa podem ser consideradas como uma “leitura de contradição”. Em uma ideia de pessoa baseada em um mundo animado por almas viventes que se movem, crescem e respiram, Willerslev conforma transformações entre humanos e não-humanos por mudanças de personalidade aliadas a uma perspectiva de linguagem familiar, social e de códigos morais. O sucesso do caçador, afirma o autor, está nele permanecer em “dupla perspectiva” ou como “agente duplo” em relação à sua presa (2004, p. 11). Percebendo processos de caça e coleta como modos de compreensão de “meio ambiente” e “natureza” (cf. INGOLD, 2000), é possível entender o debate entre biólogos e pescadores sobre as relações dos humanos com os não-humanos como processos de continuidade evolucionista (biologia ascendente do peixe para o homem) ou de relativismo humanista (paralelismo de existência e importância entre inúmeras formas de vida, conforme INGOLD, 1995).

No sentido de inserir agenciamentos que percebam relações concretas entre humanos/não-humanos, é provável se adicionar elementos a uma plataforma de empiria etnográfica (*mimesis*) e linguística (semiótica peirciana) entre o que é humano e o que transcende aquilo que é humano. No salto entre o sentido humano e o sentido não-humano pode haver uma passagem para outro lado com ideia de transformação como “risco” (ideia de transformação porque animais não-humanos e humanos são diferentes entre si). Assim, no esforço antropológico de proporcionar “uma miríade de significados que habitam a floresta dos interlocutores” (KOHN, 2007, p. 7), a diferença de interpretação talvez se instale no mesmo corpo (humano, psicologicamente com consciências interconectadas), em outro tipo de corpo ou em um fluxo de tempo. O que se espera e claramente se projeta é, com o exercício do estudo etnográfico, retratar o deslizamento do contínuo do significado entre comunicação simbólica e a dimensão discursiva, expandindo o escopo da ideia de etnografia para capturar sentidos nas coisas em plataformas semióticas plurais.



## **2.5 É possível se estabelecer uma “cuiola” mútua entre saberes diferenciados? Pescadores no Acquario Ceará, cientistas no Poço da Draga**

Ao afirmar que sempre gostou de ir para pescarias com homens mais experientes, Pedro destaca a visão que tinha do mar dentro do barco durante as expedições. Como “bombeiro do barco”, isto é, encarregado de tirar a água de dentro da embarcação para evitar que ela afunde, Pedro via no movimento da água o fluxo de deslocamento dos próprios peixes. Nas primeiras viagens pesqueiras, enquanto Raimundo exercia múltiplas funções<sup>55</sup> e era “atarefado” demais, o jovem pescador Pedro ficava impressionado com o balanço do barco e como os peixes “se atiravam” na rede, “querendo ser pegues”. Com o passar do tempo, Pedro conseguiu ter seu próprio barco e foi líder de uma equipe de pescadores. Mas o que sempre o fascinou foi o reflexo do sol na água do mar nos períodos de descanso nos intervalos do exercício da pesca. Ele diz hoje (ao falar de sua dificuldade atual em enxergar) que o “espelho do mar queima as vistas da gente”. Ou seja, a visão que ele tinha dos peixes e de suas vidas marinhas era de movimentação, especulando indiretamente pela chegada dos peixes à rede de pesca e por se tornar quase cego por sua curiosidade de observação diante do reflexo dos raios solares no “espelho d’água”.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de visitar o Acquario Ceará após a sua instalação, Pedro se emociona. Ele afirma:

Estou quase cego, meu fí. Mas queria muito conseguir finalmente ver o que tanto quis de cima do barco. Nas viagens, só mergulhar era pouco, tem muita tarefa pra fazer na pesca, não se pode espantar os peixes. Vê eles vivos deve ser uma maravilha! [Pedro, em 11/07/2014].

Atualmente, Pedro não pesca mais. Ele tenta uma aposentadoria por invalidez e luta judicialmente para obter esse direito. Uma de suas maiores vanglórias é ter conquistado a posse de sua casa, cedida como terreno pela Marinha do Brasil em 1996. O possível contato com a visualização dos peixes em reservatórios, vivos, o deixa entusiasmado e faz com que ele até se motive com a chance de visitar um dia o Acquario Ceará.

---

<sup>55</sup> Raimundo ressalta que durante as viagens de pescaria exerceu, no decorrer de muitos anos, funções de “mestre de navegação, fiscal de praia, bombeiro de barco e até carpinteiro naval” (sic, em 11/07/2014).

Contudo, Pedro sabe que o empreendimento não está sendo feito para a visitação de pessoas com baixo poder aquisitivo financeiro e lamenta que “pobre não vai entrar lá”.

Raimundo e João parecem menos empolgados quanto a uma possível visitação ao Acquario Ceará. Raimundo diz que não tem interesse algum em ir lá, pois “os engravatados [pesquisadores cientistas] não podem nunca ensinar como é o mar”. João, que ainda passa alguns finais de semana no mar em pescarias por esporte, teme que com a instalação do empreendimento turístico se “espante os peixes e perca a graça de ir para o mar” na região. A proximidade do local onde está sendo construído o Acquario Ceará é um aspecto ressaltado por João com assombro. O contato com as noções de conhecimento científico por meio de tanques com animais marinhos é, para ele, perigoso. Afeta a região duplamente, pois altera o ecossistema marinho além de contribuir para que os jovens do Poço da Draga percam atualmente o encanto pela pesca e talvez queiram se tornar cientistas.

Entre a curiosidade emocional e o choque de realidade social (comentado por Pedro), a não-aceitação de formas para além da prática pesqueira (de acordo com Raimundo) e o temor de alterações drásticas do meio e das pessoas que o cercam (segundo João) é possível perceber formas diversas de conexões entre saberes diferenciados. A resposta de um cientista defensor da construção do Acquario Ceará por sua viabilidade técnica de ser fomentador de pesquisas na região compreende um ponto de vista diferente sobre o empreendimento. Ao falar dos fatores da parceria de cooperação técnico-científica do LABOMAR com o Acquario Ceará, estabelecida por acordo entre a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR) e Universidade Federal do Ceará (UFC), o professor Luís Parente enfatiza:

Todos estes fatores vão permitir a criação de um *know how* (saber prático) local em maricultura, com mão de obra capacitada. O Ceará se tornará um importante polo de pesquisa da vida marinha e desenvolverá como nunca o setor pesqueiro do Estado [professor Luís Parente]<sup>56</sup>.

Assim, se pode supor que o anseio dos pesquisadores em ter instalado o Acquario Ceará reside também na adequação de um “desenvolvimento” técnico sobre a pesca no litoral cearense. A proposta de interlocução dos cientistas com os pescadores

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://inclusaoprofissional.diariodonordeste.com.br/v4/cadernos/mar-de-opportunidades-com-o-acquario/>. Acesso em: 15/07/2014.

parece partir de uma tentativa de “aprofundamento” dos processos de captura de animais marinhos, possivelmente oceanógrafos “ensinando” os pescadores sobre “manejo ambiental”. Longe de considerar alguns “etnoconhecimentos” (BERLIN et al., 1973) dos pescadores que moram no Poço da Draga, a preocupação dos cientistas parece se encaixar no viés da produtividade em larga escala, característica marcante do pensamento progressista ligado às políticas voltadas para ideologização do “desenvolvimento”<sup>57</sup>.

Esse dimensionamento de formas de conhecimentos se sobrepõem a outras pode revelar aspectos de dominação. Muitas vezes disfarçadas e outras vezes explicitadas em suas tentativas de dominar umas às outras, as relações entre saberes podem ser reveladoras. Daí se compreende os esforços antropológicos que buscam obter entendimento do movimento em que aspectos selecionados por alguns povos são modificados ou adaptados a outros contextos. Exemplificado em etnografias diversas, muitas reflexões antropológicas podem convergir para a tentativa de saber por que o conhecimento científico quer “dar lições” nos demais “etnoconhecimentos”<sup>58</sup>. Todavia, esse possível ponto de convergência entre interesses de pesquisas antropológicas se insere, muitas vezes, nas possibilidades de diferenças entre saberes como formas não-hierarquizadas de compreensão do mundo e das relações dos humanos com não-humanos ou com o meio em que vivem.

Por exemplo, ao colocar algumas lições amazônicas sobre aspectos ecológicos entre humanos e meio onde vivem, Descola (1996) dispõe um exercício de vai-e-vem entre as representações das relações de uma sociedade com seu “meio ambiente natural”. Em uma possível “práxis”, sem causalidade e hierarquia, o antropólogo francês percebe que entre os *Achuar* há uma “totalidade orgânica em que se mesclam estritamente os aspectos materiais e os mentais” (p. 19). Descola conclui que o agenciamento desses índios com o meio que vivem é inseparável entre as modalidades de utilização dos recursos ambientais e suas formas de representação.

---

<sup>57</sup> Posteriormente, no capítulo 4, serão analisadas algumas perspectivas do Acquario Ceará se inserir como possível composição mundial, parcial e/ou específica em um contexto dinâmico de transformações e intervenções urbanísticas em prol de enobrecimento vinculado ao turismo. Hipóteses teóricas dos estudos de antropologia do desenvolvimento estarão dispostas para tentativas de aproximação do caso empírico aqui estudado.

<sup>58</sup> Em um processo de privatização do conhecimento no meio moderno científico, Little atesta que há uma “ideologia” por relegar conhecimentos tradicionais à subalternidade (2010, p. 12-13).

Somente com esta condição [a de inseparabilidade das modalidades de utilização do meio ambiente e suas formas de representação] se pode explicar por que procedimentos a prática social da natureza se articula ao mesmo tempo com a ideia que uma sociedade tem de si mesma, com a ideia que ela tem de seu meio ambiente e com a ideia que tem de sua intervenção sobre este meio ambiente (DESCOLA, 1996, p. 19).

A meu ver, há aqui uma importante lição colocada por Descola. O autor quer dispor de diferenças perceptivas entre humanos e o meio ambiente para além do conhecimento científico ocidental, demonstrando que existem outras formas de manejo ambiental, não preocupadas com dominação e/ou hierarquia de saberes.

Quando João teme que a construção do Acquario Ceará na região onde ele mora afete a pescaria e “transforme a mente” dos jovens do Poço da Draga, ele também se mostra ciente que há uma imposição de uma forma de conhecimento sobre outra. João sabe que o “manejo científico” sobre o espaço marítimo é diferente de suas percepções. O que talvez se possa pensar pela diferença entre essas epistemologias é, à guisa de Descola (1996), visualizar o “doméstico” como “metafórico e não-domesticável”. Em outras palavras, pode se perceber no argumento de cientistas defensores da construção do Acquario do Ceará uma ideia de projeção de relações sociais na “natureza” vistas nos reservatórios (domesticação nesse sentido) pela expansão produtiva e relação com “natureza” em uma mudança não só local, mas, sobretudo, global (inserindo paradigmas de conhecimentos científicos globalizados sobre os saberes locais).

O que também se pode entender em análise dos discursos dos interlocutores (principalmente na fala de Raimundo e João) é que o contato entre eles e o Acquario Ceará talvez se dê pelo impasse de permanência no próprio espaço. Receosos de perderem suas moradias com a construção do oceanário, os três pescadores concordam que merecem permanecer no local por serem “tradicionais”, por suas famílias “morarem no Poço da Draga há mais de cem anos”. Esse âmbito, da territorialidade, como espaço demarcado e bem definido, se faz presente nos depoimentos deles. O Acquario Ceará, para eles, pode até ser construído, contanto que não “invada” o “território” onde eles moram há tanto tempo.

A interconexão entre conhecimentos se faz presente ao tratar de territórios. Lógicas de entendimentos distintas se interagem, pois o conceito de “território” faz parte do vocabulário ideológico do Estado-Nacional (SASSEN, 2006) e, mesmo assim,

está presente nas falas dos pescadores do Poço da Draga. É possível entender, então, que o sentimento de pertença a um local específico e delimitado, afirmado como um “território”, possa estar relacionado a uma lógica da nação pré-concebida pelas pessoas. “Território”, em linguagem étnico-política<sup>59</sup>, também pode ser como um “tecido” e não como “áreas”, dinamizado como um “desejo primordial”, tal como um “ser vivente”, um “corpo humano” sem escalas (ECHEVERRI, p. 259-264).

Estar em um espaço definido por fronteiras bem delimitadas, similar a uma nação, ou a um local “vital e relacional [que] não é apenas cartográfico” (Ibid., p. 269) pode ser o reconhecimento de uma “cosmografia” própria ligada a conhecimentos “coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p. 4). Resta entender, por meio do estudo etnográfico, como essas configurações foram pautadas e possivelmente propagadas pelos ideais de “desenvolvimento”, afetando às pessoas e suas relações com seus espaços. Afinal, conforme Sahlins (1997), a antropologia se constrói nessas relações específicas que se contrastam com grandes sistemas pré-concebidos.

Como forma de obter direitos das reivindicações e falar a linguagem protocolar dos instrumentos de poder, muitas vezes as pessoas mantêm suas ações de acordo com o agenciamento burocrático. João, Raimundo e Pedro esperam permanecer no Poço da Draga mesmo diante da iminente construção do Acquario do Ceará por estarem envolvidos na Associação de Moradores do bairro (AMPODRA). Eles sabem que os instrumentos que possuem – seus entendimentos de pesca, noções de território e tradição histórica em morar na região – só serão aceitos mediante acordos com as instituições ligadas aos órgãos de governança. Em um processo de requerimento de direitos ou espaços por meio de conhecimentos intercambiáveis sobre processos de captura de peixes, talvez haja uma possibilidade de permanência das pessoas no Poço da Draga por meio de uma partilha mútua de conhecimentos entre cientistas e pescadores durante o funcionamento do Acquario do Ceará.

---

<sup>59</sup> Entre os *Miraña*, observa Echeverri, a noção de território para o manejo está centrada na vida humana e sua reprodução. O “território” é “como espaço de vida humana que se expande em negociação com outros espaços (naturais e sociais)”. Desse modo, os indígenas percebem a interculturalidade não como diálogo de saberes e sim como intercâmbio de alimentos e objetos (ECHEVERRI, 2004, p. 271-274).

Similar ao que Nadasdy (2003) observou entre os *Kluane* no Canadá<sup>60</sup>, a Associação de Moradores do Poço da Draga (assim como o “*Ruby Range Sheep Steering Committee*” em que os *Kluane* participavam no Comitê para observar interações burocráticas) pode ser um veículo de diálogo entre os anseios dos moradores e os agentes ligados institucionalmente aos poderes governamentais. Assim, é possível observar que a relação de conhecimento do manejo ambiental necessita, muitas vezes, de salvaguarda nas disposições burocráticas. E, como Nadasdy argumenta, a partir da percepção de crenças e experiências divergentes entre os membros do Comitê, informando ideias amplas de manejo das ovelhas, foi que se tornou necessária a elaboração de um discurso institucional para diálogo com as autoridades estatais (sociedades burocráticas) em torno do termo “sustentabilidade” (NADASDY, 2003, p. 157-158).

Como experiência fomentadora de discussões acerca das relações entre o meio ambiente, os humanos e os não-humanos, as técnicas de pescaria de alguns habitantes do Poço da Draga poderiam entrar na pauta das reuniões da Associação dos Moradores com os agentes de governança<sup>61</sup>. Quem sabe por meio desses conhecimentos não se abram possibilidades de diálogos com os cientistas que irão trabalhar no Acquario Ceará, visando redefinir conceitos de manejo socioambiental pela mescla de saberes, pela interação entre ciências distinguíveis.

Sobre as possibilidades dessas interações entre conhecimentos ditos “tradicionais”, locais, e os científicos, também emerge a sofisticada aposta ideológica de “intercientificidade” de Little (2010). Em uma simetria entre conhecimentos pensados por vivências cotidianas com os postulados pela ciência moderna (sendo esta apenas mais uma forma de conhecimento), os saberes locais são vistos como formas de conhecimentos complexos em que há possíveis equalizações ocupando a arena política para além da pesquisa etnográfica. Assim, a “intercientificidade” deve ser feita fora do âmbito científico, não como periférica ou alternativa, mas como gênese voltada para a

---

<sup>60</sup> Nadasdy (2003) propõe, a partir de etnografia em Yukon no Canadá, uma redefinição das relações entre Estado e aborígenes, por meio da tensão exposta entre o movimento cinegético e a pauta protocolar de um Estado envolto de discursividades moralizantes.

<sup>61</sup> Chamo de “agentes de governança” os agentes de instâncias governamentais em diferentes níveis, moldados por uma complexidade de interesses distintos. A ideia aqui é não uniformizar o Estado como estrutura monolítica, absoluta e sim mostrar como ele pode ser fragmentado e possuidor de divisões internas que divergem entre si.

centralidade. Ao historicizar a ciência moderna ocidental<sup>62</sup>, Little (2010) pretende que a “intercientificidade” seja um “espaço cognoscitivo” eminentemente pragmático, em que acordos sejam possíveis e onde haja compreensão mútua (TURNBULL, 2000 apud LITTLE, 2010, p. 22). E ao proporcionar cenários de configurações sociais, a proposta de Little reside em mapear a “natureza incorporada dos conhecimentos tradicionais”, com um patrimônio pautado no “saber-fazer” (COELHO DE SOUZA, 2010, p. 154).

Contudo, a agenda antropológica proposta pela “intercientificidade” de Little (2010) não se insere como perspectiva de fusão de conhecimentos tradicionais e científicos. O que há na ideia de Little é a proposição de uma arena política para conformação dos saberes, em que o “híbrido” de conhecimentos apareça como agenciamento político produzido pelo chamamento para estudos etnográficos que demonstrem articulações entre construtos ontológicos diferentes, adotando um “paradigma contextualista, baseado nas interações” (LITTLE, 2010, p. 23).

O que pretendo abordar neste momento é que a articulação entre conhecimentos diferentes é possível em termos do que se propõem os estudos etnográficos. Seja essa articulação em agenciamento burocrático para requerer direitos (NADASDY, 2003), seja na compreensão entre a inseparabilidade das interações e representações dos homens com o meio em que vivem (DESCOLA, 1996), ou seja na percepção de territórios como novas possibilidades de integração aos atores sociais (ECHEVERRI, 2004), as chances de ocorrência desse paralelismo não-hierárquico de saberes locais e científicos advém de diálogos. O esforço etnográfico aqui talvez se insira numa aposta constante em monitoramentos, observados tanto empiricamente quanto na leitura de situações em contextos singulares.

Perceber os “diferentes mares” envolvidos na captura de peixes para pesca ou no aprisionamento para pesquisa científica expõe conflitos, principalmente o territorial e o de possível dominação intelectual. A partir da percepção desses embates, podem surgir diálogos entre conhecimentos diferentes. Como aposta textual, há aqui uma tentativa de estudo de alguns movimentos: os da compreensão do exercício da pescaria em contraponto com a constituição da pesquisa marítima em reservatórios aquáticos; os das lições dadas pelas histórias de viagens pesqueiras, nas metáforas

---

<sup>62</sup> Little (2010) propõe que a ciência moderna ocidental seja vista como uma conjunção de elementos particulares que possui cerca de 250 anos. Dessa maneira, Little exercita a possibilidade de espalhar a ciência ocidental entre várias linhas de força.

cinéticas; os dos processos de entendimento da constituição do oceanário para pesquisa científica, abrangendo possíveis formas de contato entre os saberes dos pescadores. A dificuldade principal se insere na transcrição do aprendizado dinâmico oral, dado pelos interlocutores, em escrita etnográfica que, muitas vezes, fixa as pessoas e suas histórias em períodos de tempo limitados (cf. GOODY, 2012).

Procurando estabelecer um panorama de visões de mundo onde as convergências se dão na diferença e não na igualdade, percebo que o surgimento de problemas analíticos é oriundo da desconfiança de pontos de vista epistemológicos. Perceber que concepções tais como “natureza”, “meio ambiente”, “sustentabilidade”, dentre outras, são muitas vezes utilizadas como produtos de manipulação hegemônica do conhecimento científico ocidental para determinados fins em específicos contextos sociais faz com que novas ontologias (para além da ciência moderna) se manifestem. Como Lenaerts destaca ao discutir algumas dimensões cognitivas do ambiente no conhecimento dos *Ashéninka*, há

uma rede de relações entre espécies tratadas de maneira muito autônoma, que não se associam quase nunca de acordo com fórmulas fixas (nomeadamente lexicalizadas), e que permanecem pelo contrário sempre prontas para entrar num jogo combinatório novo (2006, p. 7).

O anseio para um possível diálogo entre os saberes de João, Raimundo, Pedro e dos cientistas aqui destacados é que esses conhecimentos diferentes, futuramente, não se “associem com fórmulas fixas” em torno de capturar ou aprisionar animais, não-humanos, marinhos. Quem sabe ao recapitular suas histórias de viagens pesqueiras entre pesquisadores, visualizando o mar pela pesca e/ou pelo aquário, se possa estabelecer uma “cuiola” mútua, estabelecida nas diferenças de entendimento do assunto e ressignificada em relações dialógicas respeitadas. Entre a passagem por corais tortuosos e a fuga de tubarões raivosos ou redemoinhos envolventes, existem peixes grandes que talvez queiram ficar ilesos aos obstáculos para, junto com o cardume dos pequenos, serem capturados e manterem importantes interações com os humanos.



### **CAPÍTULO 3: O Pavilhão Atlântico: entre espaços visíveis e invisíveis no Poço da Draga**

Após a publicação do livro *O Direito à Cidade*, em 1967, foi possível pensar, por meio de Henri Lefebvre, que o espaço urbano pode ser transformado em “consumo de lugar”. Ao situar a cidade entre uma “ordem próxima” e uma “ordem distante”<sup>63</sup>, o autor francês quer mostrar a capacidade de um espaço urbano em ser mediador de relações sociais. Ao perceber essas transformações na cidade motivadas por intervenções urbanas, Harvey (2002) ressalta influências de pressupostos ideológicos por trás de tais intentos modificadores dos espaços. O que se aprende da percepção filosófica de Lefebvre e da compreensão macropolítica de Harvey é que existem aspectos importantes a serem estudados entre obras em execução nas cidades.

A importância de se investigar como ocorrem as modificações no meio urbano foi destacada por muitos outros pensadores, além de Lefebvre e Harvey. As informações teóricas de argumentos variados de tantos intelectuais no decorrer de muitos anos enaltecendo virtudes acerca de se estudar os fenômenos sociais envolvidos no contexto citadino é, de veras, importante. Entretanto, nos casos etnográficos em que grandes empreendimentos são construídos e afetam populações locais, é possível se vislumbrar a emergência de tais estudos. Como Castells (2006) ressalta

é urgente estabelecer uma *teoria sociológica da cidade*, que ultrapasse, por um lado, os simples critérios geográficos e, por outro lado, não a reduzam à expressão de um processo econômico, por exemplo, a industrialização ou o capitalismo (CASTELLS, 2006, p. 129) [ênfase do autor].

Esse anseio de Castells se mostra adequado com a preocupação de se investigar as relações sociais obtidas por transformações no meio urbano por critérios não-estranques, como processos econômicos ligados ao “capitalismo”, “industrialização” bem como processos de ordem simplesmente geográfica. Entre um “espaço urbano” e

---

<sup>63</sup> Lefebvre (2006 [1968]) afirma que a “ordem próxima” se caracteriza pelas “relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles” e que a “ordem distante” é “a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes”, em um “nível dotado de poderes” (2006, p. 46).

um “lugar”<sup>64</sup> pode haver inúmeros processos associados que se ressignificam constantemente. E, mesmo que isso recaia em um possível relativismo extremado, posso dizer que as teorias dos agentes são reelaboradas em decorrência dos singulares acontecimentos que ocorrem nos seus contextos específicos.

Por predispor dessa especificidade relacionada a esta pesquisa empírica, me atenho a argumentos dos interlocutores e eventos ocorridos entre eles para chamar atenção aqui sobre um espaço particular, denominado Pavilhão Atlântico<sup>65</sup>. A escolha deste espaço, localizado entre as ruas do Poço da Draga e a praia, se deu ao fato que o mesmo tem importância histórica e várias possibilidades de uso para atividades dos moradores, bem como de visitantes. O local também é um espaço intersticial, que permite pensar as relações entre os moradores do Poço da Draga e outros atores externos à localidade.

Presente nas falas de moradores do aglomerado urbano Poço da Draga, em Fortaleza, o Pavilhão Atlântico se destaca por ser um espaço de *encontro* de várias pessoas na região. Com forma atual similar a uma “praça coberta” em forma de alpendre, o Pavilhão Atlântico foi denotado com importância por Rosa, Francisca, Márcia, Ataíde e Clóvis em seus discursos. Esse é o motivo da escolha dos depoimentos dessas cinco pessoas aqui neste capítulo: elas gostam e querem falar sobre o Pavilhão Atlântico. De acordo com elas, o Pavilhão Atlântico é um espaço de múltiplos significados, representativo de convivência, de lazer, de execução de atividades das pessoas, de reuniões, de origem afirmativa da história do Poço da Draga.

Conforme dito anteriormente pelo reforço intelectual de alguns autores, não pretendo colocar os argumentos enfocados pelos interlocutores em uma teoria fixa que foi composta em outro contexto. O que espero é perpassar alguns aspectos situados, brevemente pelo tempo e espaço que compreende este trabalho, na localização de um espaço de *convivência*, o Pavilhão Atlântico, entre as ruas do Poço da Draga e a região onde está sendo construído o Acquario Ceará. Entre um evento de fato, a tentativa de retirada do Pavilhão Atlântico para construção de um refeitório dos trabalhadores da

---

<sup>64</sup> Entendo aqui como “lugar” a caracterização de um espaço próprio a um determinado grupo de pessoas que se relacionam com ele pela vivência cotidiana de sociabilidades, bem como pelo sentimento de pertença e enraizamento em razão das relações com o ambiente e à referência histórica.

<sup>65</sup> Vale ressaltar que o nome “Pavilhão Atlântico” é recente, datado dos últimos trinta anos. Anteriormente, o local era conhecido como “Irmãzinhas”, pois era onde freiras católicas, conhecidas como “irmãs Josefinas”, moravam e construíram uma escola.

obra do Acquario Ceará e um evento “espetacular” esperado, a implantação efetiva do empreendimento, situo os discursos dos agentes envolvidos. Outros episódios de possíveis “etnografias multissituadas” (MARCUS, 1995) aparecem como reflexões complementares, sendo assim argumentos fomentadores de mais questionamentos ao invés de propor soluções definidas teoricamente em espaços e tempos diferenciados.

Assim, divido este capítulo em três seções. Elas estão relacionadas pelo espaço escolhido para questionamentos e reflexões, o Pavilhão Atlântico, sendo dispostas cronologicamente aos eventos ocorridos neste local e escolhidos pelos interlocutores. Na primeira seção, destaco a utilização do Pavilhão Atlântico para reivindicação, com a sua ocupação por milhares de manifestantes em julho de 2013. Na segunda seção, o evento escolhido pelos interlocutores foi a tentativa de tomada do Pavilhão Atlântico pelos órgãos governamentais (mediante força policial) com a instalação de tapumes fechando a área com o objetivo de lá instalar o refeitório dos trabalhadores do Acquario Ceará. Na terceira seção, destaco o Pavilhão Atlântico como espaço localizado entre a praia e a rua, cuja circulação de pessoas traz convívio social importante. O evento escolhido pelos interlocutores nesta última seção é a festa dos 108 anos do Poço da Draga que aconteceu, como em todos os demais anos, no último final de semana do mês de maio. Para além de ideias que diferenciam o “espaço público” do “espaço privado”, objetivo aqui afirmar que as valorizações das dinâmicas sociais também se dão entre espaços associados a “encontros de diversidade”, a uma “mediação privilegiada” (LEFEBVRE, 2006, p. 61) que a cidade e o bairro podem oferecer.

Como forma de entendimento destas seções, destaco processos etnográficos oriundos de entrevistas com os interlocutores em atmosferas que compreendem o “habitar” no Poço da Draga por suas histórias de vida representativas nos espaços lá localizados em contraponto com possíveis dimensões de uso de um espaço a ser implantado futuramente, o Acquario Ceará. A proposta aqui, neste capítulo, é mostrar que as inquietudes que porventura existam nas pessoas diante de modificações no local onde vivem podem ser geradoras de reflexões sobre o modo como nos relacionamos socialmente.

### **3.1 O Pavilhão Atlântico como espaço de manifestação**

Ao falar do Pavilhão Atlântico, Rosa relembra inicialmente de sua infância. Ela estudou na escola<sup>66</sup> das “irmãzinhas”, freiras que moravam onde hoje se localiza o Pavilhão Atlântico (Fig. 22). Emocionada ao lembrar o local onde estudou, Rosa destaca que o espaço anteriormente funcionou como depósito de mercadorias na época do Porto e, posteriormente, abrigou a casa das freiras católicas.



Figura 22. Escola Comandante Fernando Cavalcanti, supervisionada pelas freiras conhecidas como “irmãzinhas”. Fonte: acervo pessoal de Rosa.

Com as constantes transformações na região em que mora, Rosa detém destaque no Pavilhão Atlântico como símbolo dessas mudanças. Assim, ela enfatiza o local pelos seus usos modificados: a chegada de viajantes interessados nas mercadorias do Porto, a ida diária à escola vizinha a casa das “irmãzinhas” e o papel delas em ensinar várias pessoas a lerem e, atualmente, às diversas utilizações do espaço para atividades dos moradores do Poço da Draga.

Em 2013, com a completa destruição do antigo prédio do DNOCS<sup>67</sup> para a construção do Acquario Ceará no local, vizinho à área que compreende o Pavilhão Atlântico, Rosa (assim como outros moradores) se viu ameaçada em perder o espaço de estima. Juntamente com algumas outras pessoas que vivem no Poço da Draga, Rosa passou a questionar a construção do oceanário a partir do temor de perder o Pavilhão Atlântico. “Naquela época, muita gente aqui só falava nisso: se eles derrubaram o prédio do DNOCS imagina o nosso Pavilhão”, destaca Rosa. Devido a isso, ela entrou

<sup>66</sup> Escola Comandante Fernando Cavalcanti.

<sup>67</sup> DNOCS: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

em contato com outras pessoas (moradores e filiados a movimentos sociais) que também questionavam o início das obras do Acquario Ceará sem a participação da população fortalezense nas discussões. “Empurraram esse negócio [o oceanário] goela abaixo da gente, não avisaram nada”, lamenta a interlocutora.

Com esse contato aprofundado em torno da reivindicação de mais participação popular nos passos da obra do Acquario Ceará, Rosa aderiu ao “Movimento Quem Dera Ser Um Peixe”. Este movimento social, fundado em 2012 pelas redes sociais da *internet*, protesta contra a construção do oceanário. Com estudos recentes sobre ele (RODRIGUES, 2013), o “Quem Dera Ser Um Peixe” deu suporte à Rosa para revelar seus temores em ter sua residência tomada pelo canteiro de obras posteriormente a uma possível retirada da área que compreende o Pavilhão Atlântico. Rosa permaneceu no Movimento até o fim de 2013, saindo por incompatibilidade de ideias com alguns idealizadores. Mesmo assim, Rosa coleciona, até hoje, alguns cartazes do mesmo que enaltecem o Poço da Draga como local de moradia afetuosa entre as pessoas, moldado por sentimentos como “amor” e “carinho” (Fig. 23).



Figura 23. Imagens de Rosa guardadas quando ela fazia parte do Movimento “Quem Dera Ser Um Peixe” contra o Acquario Ceará.

Por temer uma possível destruição do espaço (Pavilhão Atlântico) onde possui afetividades construídas durante anos principalmente por laços geracionais históricos dentro do Poço da Draga, Rosa apoiou a manifestação “Ocupe Acquario”, idealizada pelo movimento social do qual, até então, ela fazia parte. Reafirmando protestos realizados no Pavilhão Atlântico (em junho de 2013), o “Ocupe Acquario”

propôs<sup>68</sup>, no mês seguinte (julho/2013), a ocupação do espaço do Pavilhão Atlântico durante vinte e quatro horas ininterruptamente, protestando contra o início das obras do Acuario Ceará. Durante a permanência dos manifestantes no Pavilhão Atlântico, haveria atividades de acampamento criativo cultural em que um dos principais objetivos era de divulgar a ideia de um plebiscito para saber dos fortalezenses sobre a continuidade das obras do oceanário<sup>69</sup> (Fig. 24).



Figura 24. Imagem da noite de vigília e acampamento do “Ocupe Acuario”, em 12/07/2013. Ao fundo, no formato de alpendre, é possível visualizar o Pavilhão Atlântico. Foto: Igor de Melo/ Jornal O Povo.

Disponível em: [http://www.opovo.com.br/app/galeria/2013/07/12/interna\\_galeria\\_fotos,972/veja-imagens-do-movimento-ocupe-acuario-na-praia-de-iracema.shtml](http://www.opovo.com.br/app/galeria/2013/07/12/interna_galeria_fotos,972/veja-imagens-do-movimento-ocupe-acuario-na-praia-de-iracema.shtml), vários acessos.

Também presente no movimento, a costureira **Márcia**, de 36 anos, moradora do Poço da Draga desde que nasceu, destaca o início da manifestação, por volta das 19h do dia 12/07/2013, em que pessoas de diversos bairros de Fortaleza traziam materiais para a vigília:

Eram só aquelas pessoas chegando com bandeiras e um monte de barracas. Eu não sabia que tinha tanta gente para nos ajudar contra esse Acuario. Fiquei impressionada. Peguei meus filhos e fui ver de perto. Acabei passando a noite toda lá, conversando com um e com outro, contando do medo da gente de sair dali se começassem a construir esse negócio. (...) O pessoal

---

<sup>68</sup> O convite para o manifesto nas redes sociais chamava os participantes: “É hora de mobilizar, de ocupar, de pressionar. O #OcupeAcuario é uma virada criativa e cultural que chama a atenção da sociedade para o velho fazer político que não nos representa. #NãoésópeloAcuario, mas sim por tudo que esta megalomaniaca obra simboliza e que repudiamos: a distorção das prioridades, a falta de transparência e de fiscalização, o autoritarismo governamental, o desrespeito às histórias e ao Meio Ambiente”. Disponível em: <http://lauriberto.blogspot.com.br/2013/07/ocupe-acuario.html>, acesso em: 14/01/2015

<sup>69</sup> Conforme notícia do portal G1, em 13/07/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/07/manifestantes-acampam-em-frente-obras-do-acuario-em-fortaleza.html>, acesso em 10/01/2014.

muito educado, atencioso, deixava a gente falar e, de vez em quando, gritavam contra a construção. Foi uma noite muito diferente (Márcia, em 11/11/2014).

Márcia destaca as pessoas, com suas atividades constantes durante esta noite. Com interesses diferentes dos dela, muitos preocupados com a quantidade de recursos gastos com o empreendimento (Fig. 25), os manifestantes, para Márcia, acabam sendo aliados aos moradores do Poço da Draga que temiam a perda de suas moradias naquele momento. A interlocutora ressalta que o “Ocupe Acuario” realizado no Pavilhão Atlântico em 2013 foi o retrato da união de um interesse comum, o fim da construção do oceanário, motivado por ideias diferentes:

O pessoal tava aqui era por causa da dinheirama que o governo já tinha gastado naquela época. Os estudantes só falavam de educação, mais dinheiro pra as escolas, mais professores, essas coisas. E ainda tinha os que queriam coisa de política, só falando mal do Cid [Cid Gomes, governador do Ceará naquele período] o tempo todo, direto. Só quem tava preocupado mesmo com a gente daqui [do Poço da Draga] era quem mora aqui, a gente sabe disso. Mas o que interessava era a “muvuca” contra esse desmando do governador em fazer esse “troço” [o Acuario Ceará] aqui do lado do nosso Pavilhão, em tempo de derrubar nossas casinhas (Márcia, em 11/11/2014).

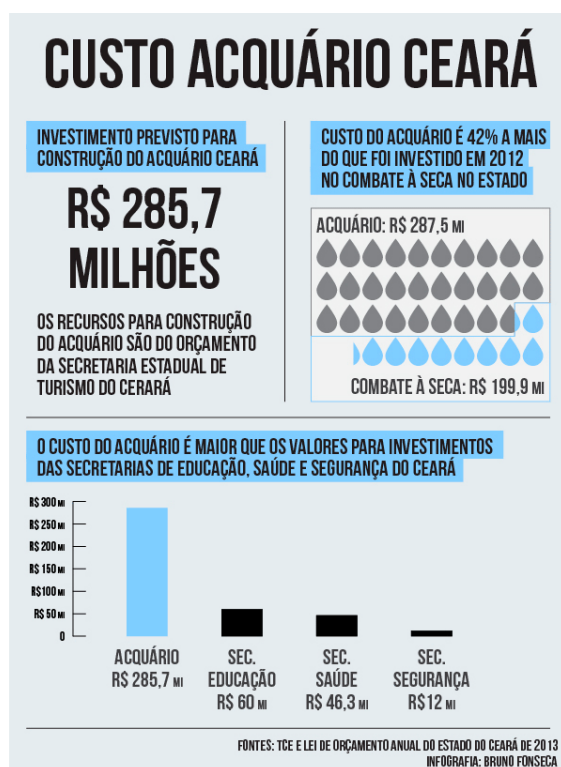


Figura 25. Tabela comparativa de custos do Acuario Ceará. Fontes: Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13135>, acesso em 14/01/2015.

Em meio ao aglomerado diverso de pessoas contra a instalação do Oceanário se estabelece, pelos depoimentos de Márcia, algumas perspectivas de visibilidade do Poço da Draga para os visitantes. Com o movimento “Ocupe Acquario” predominantemente formado por pessoas que não moram no Poço da Draga se nota, pela percepção de Márcia sobre o movimento, que o Pavilhão Atlântico agrega as pessoas de fora porque está visível aos olhos dos visitantes. É possível, então, a partir de uma segregação de lugares dentro do Poço da Draga, se questionar: o que tem de “bonito” no Poço da Draga é o Pavilhão Atlântico? O Pavilhão Atlântico é o orgulho da comunidade por estar visível aos visitantes? O “feio” deve ficar escondido? Para se atingir mais reflexões acerca dos espaços que compõem o Poço da Draga a partir do Pavilhão Atlântico é necessário perceber como “lugar de residências” para as pessoas se afetam mediante a espera por um evento não-concretizado, embora espetacularmente divulgado e questionado, a construção do Acquario Ceará. Essa concretude em pequenas escalas, vivenciada em eventos coadjuvantes que antecedem ao principal, manifesta traços de invisibilidade das casas do Poço da Draga concomitantemente à visibilidade de seu espaço público, exteriorizado aos visitantes, o Pavilhão Atlântico.

### **3.2 O lugar de residência à espera do “evento espetacular”**

Em dezembro de 2013, por determinação dos empreendedores, a área de construção do Acquario do Ceará teve que ser expandida para a colocação do refeitório dos trabalhadores da obra. Assim, representantes do governo do Estado do Ceará autorizaram a instalação de tapumes ao redor da área que compreende o Pavilhão Atlântico e a quadra poliesportiva dos moradores do Poço da Draga. Devido a isso, a vista para o mar e o acesso à praia ficou comprometido aos moradores. Revoltados com essa situação, alguns habitantes do Poço da Draga se uniram para reagir contra a colocação desses tapumes. O confronto com a polícia foi inevitável quando se tentou retirar as barreiras impostas. Por fim, os moradores conseguiram evitar a tomada do Pavilhão Atlântico graças ao movimento reivindicatório conjunto. Em contrapartida, a quadra poliesportiva foi anexada ao canteiro de obras do Acquario Ceará, sendo destruída para a construção do restaurante dos trabalhadores do empreendimento.



Francisca relembra com tristeza esse episódio. Ela afirma que a vista do mar para ela vai além do lazer e do senso estético. Com a implantação do refeitório e retirada da quadra, fica praticamente impossível ver o mar da saída da rua principal<sup>70</sup> do Poço da Draga. Francisca guarda lembranças do pôr-do-sol na Ponte Metálica, próxima ao Pavilhão Atlântico, onde via botos pulando no mar ao entardecer. Lamenta que, com os tapumes instalados, a vista do mar das residências fica afetada pela intervenção das obras (Fig. 26).



Figura 26. O Pavilhão Atlântico (à esquerda) envolto pelos tapumes, recém-colocados, que impedem a visão do mar e o acesso irrestrito dos moradores à praia. Foto de 08/01/2014. Fonte: acervo pessoal.

Contudo, a “conquista” da manutenção do Pavilhão Atlântico foi, para Francisca, “histórica, mostrou a força da união dos moradores” (sic). A explicação principal dada por ela é que no Pavilhão Atlântico é possível fazer atividades importantes para manutenção do “convívio social” das pessoas do Poço da Draga<sup>71</sup>.

Márcia afirma que a manutenção do Pavilhão Atlântico foi exemplo da “força popular dos moradores”. Ela diz que “tem coisas que o governo não pode tirar tão fácil das pessoas”. A tentativa de englobar o Pavilhão Atlântico nas obras do Acuario do Ceará mostrou, para ela, que há uma divergência clara de interesses envolvida na execução da obra desse empreendimento. Enquanto os defensores da construção do Acuario se movimentam no sentido de “manter o Poço da Draga

<sup>70</sup> Rua Viaduto Moreira da Rocha.

<sup>71</sup> Na próxima seção deste capítulo há destaque para as algumas atividades exercidas no Pavilhão Atlântico.

invisível” ou mesmo “destruir a comunidade” (sic), os habitantes do Poço da Draga querem melhorias significativas para seu espaço urbano<sup>72</sup>.

Ataíde lamenta que “a comunidade<sup>73</sup> seja invisível aos governantes” por não ter acesso a nenhuma melhoria no decorrer dos anos mesmo com a região estando voltada para o fomento turístico. Ataíde destaca, ao falar do Poço da Draga: “eles [os governantes] melhoram a paisagem do entorno daqui, deixam tudo maquiado e bonito para os turistas. Mas aqui dentro não fazem nada”. O que causa espanto ao visitar a região da Praia de Iracema que abrange o Poço da Draga é exatamente a tal “maquiagem” paisagística a qual Ataíde se refere. As ruas e as casas dos moradores não são facilmente vistas. Elas ficam por trás de armazéns murados, de equipamentos turísticos para eventos e de restaurantes da região.

Nesse “espaço invisível” aos olhos dos turistas se localiza o Poço da Draga. Contudo, o Pavilhão Atlântico, recém-reformado, está plenamente visível para quem visita as obras do Acquario Ceará. Clóvis conhece o Pavilhão Atlântico como “Irmãzinhas” devido ao fato de que, conforme visto anteriormente, o espaço ter servido como moradia para duas missionárias católicas que faziam pregações na região. Ele destaca que o Pavilhão Atlântico, visível, “já foi muitas coisas”. Dentre essas “coisas”, Clóvis conta que o espaço já foi um local de espera das embarcações pesqueiras (servindo de contagem de peixes e comercialização inicial da pesca), além de ter sediado a Associação de Moradores do bairro (Fig. 27). Hoje, ele afirma que o Pavilhão é um “alpendre para execução de atividades” dos moradores. Entretanto, Clóvis denuncia que o “governo faz tempo que quer tomar” o Pavilhão. Segundo ele, com a construção do Acquario Ceará haveria anexos ao empreendimento e um deles seria o “Café Atlântico”, uma cafeteria cedida pelo Governo do Estado do Ceará, na área do Pavilhão Atlântico, para empresas privadas comercializarem com os visitantes do oceanário.

---

<sup>72</sup> Conforme descrito anteriormente pelos depoimentos dos interlocutores, os primeiros habitantes do Poço da Draga datam de 1906. Atualmente, são cerca de 500 casas com duas mil pessoas abrangendo a região. Mesmo assim, eles denunciam o descaso das autoridades de governança em nunca terem executado projetos de saneamento nas ruas. Embora denunciem que vários governantes tenham prometido tais obras de saneamento, elas nunca “saíram do papel”. Além disso, outros equipamentos prestadores de serviços públicos aos moradores, tais como postos de saúde, também nunca foram construídos no Poço da Draga.

<sup>73</sup> O uso do termo “comunidade” é recorrente nas falas dos interlocutores ao se referirem ao Poço da Draga. Talvez as pessoas “imaginam-se comunidade”, de acordo com a perspectiva de Benedict Anderson (2008), para criar relações de pertencimento ao local.

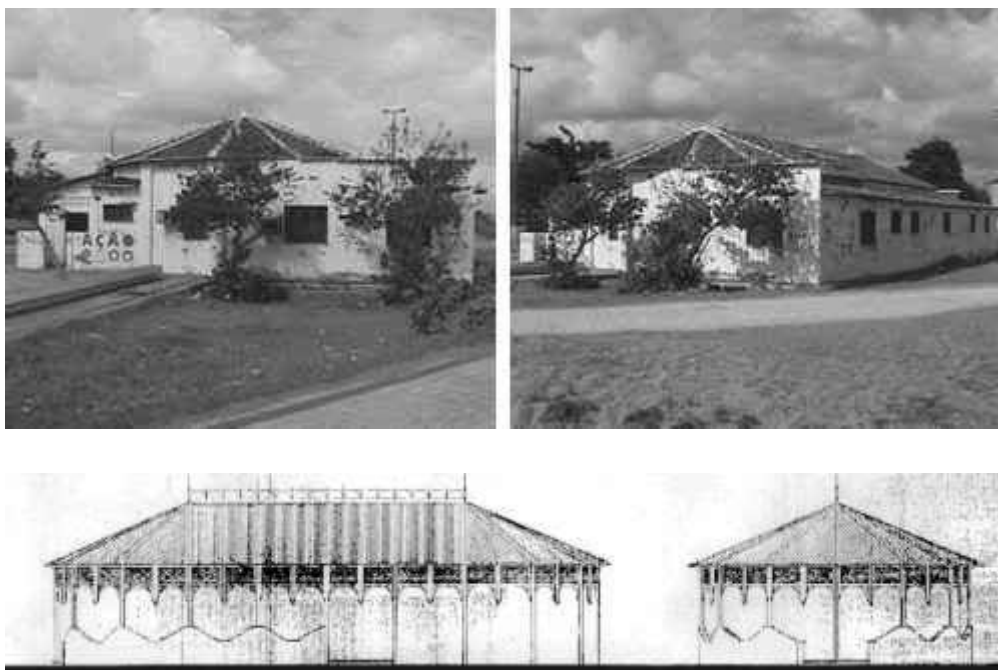


Figura 27. Em cima, imagem do prédio da antiga associação de moradores (demolido com o processo de implementação do Acquario do Ceará, em 2010), local onde seria construído o Pavilhão Atlântico. Abaixo, a estrutura arquitetônica atual do Pavilhão Atlântico, em formato de alpendre. Fonte: Acervo pessoal de Clóvis.

Mesmo com a tentativa de tomada de “espaços visíveis” da região pelo enobrecimento privado dado ao turismo há a proliferação de sociabilidades. Como afirma Leite (2007) ao tratar de processos de *gentrification*<sup>74</sup> no Bairro do Recife, existem formas de interação a partir de usos diversificados ao mesmo tempo em que se expandem vivências em espaços “revitalizados”. Por outro lado, essas interações podem gerar “sociabilidades efêmeras” circunscritas em atos de consumo (LEITE, 2007, p. 23). Aqui, as relações sociais de Rosa, Clóvis, Ataíde, Márcia e Francisca interagem com os outros planos que os agentes de governança tentaram dar ao Pavilhão Atlântico. A possível perda de senso estético da paisagem e do lazer, além das atividades realizadas pelos moradores do Poço Draga (segundo Francisca) resultou em “maior união” das pessoas (por Márcia) em torno de reivindicar direitos básicos, como saneamento de ruas

<sup>74</sup> Conforme Leite (2007), o termo *gentrification* foi usado por diversos autores “para designar formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privadas” (p. 61). Como características das políticas de *gentrification* estão a “centralidade” e as “paisagens de poder” (ZUKIN, 2000b). Leite (2007) ressalta que a crise no Estado-nação aliada à fragmentação no gerenciamento econômico pelos governos públicos nacionais gerou um aumento da participação da iniciativa privada em processos de *gentrification* como política urbana, promovendo “revitalizações” que “parecem segmentar certas áreas centrais das cidades históricas, reeditando, no plano cultural, as exclusões sociais que se têm agudizado em outros campos da vida social, em decorrência do esvaziamento das políticas sociais” (LEITE, 2007, p. 74-75).

e postos de saúde (de acordo com Ataíde). Assim, foi possível reunir pessoas em torno do “multifuncional” Pavilhão Atlântico (conforme Clóvis) em busca de melhorias de vida local antes que o Acuario Ceará esteja em funcionamento.

E esse “evento espetacular”, a instalação do Acuario Ceará<sup>75</sup>, é aguardado pelos interlocutores com particulares expectativas. Márcia espera que com o empreendimento em funcionamento, o Poço da Draga passe por melhorias de infraestrutura de saneamento e urbanização. Ela se interroga: “será possível que vão colocar um negócio tão bonito aqui [o Acuario] e vão deixar essas casas e ruas tudo feias? Eu não acredito”. Assim, ela denota um tom de esperança que com o oceanário funcionando, haja finalmente a legalização da posse de moradias e concretização das reformas de saneamento e pavimentação de ruas no Poço da Draga. Ou seja, o aguardo dela pelo empreendimento é permeado por motivações.

Clóvis parece concordar com Márcia em achar que não haverá remoção das casas dos habitantes do Poço da Draga com a instalação do Acuario. Ele diz, ao ser indagado sobre possíveis remoções de moradias com o empreendimento: “uma coisa não tem nada a ver com a outra. Lugar de moradia de gente de bem tem que permanecer. Lugar de turismo é outra história”. Talvez a experiência de Clóvis com seus 79 anos, trabalhando desde criança como portuário no Porto do Mucuripe e morando no Poço da Draga, seja um fator preponderante para sua convicção de depoimento. Ele já viu a região da Praia de Iracema, que abrange o Poço da Draga, passar por outras transformações urbanas, tais como a reforma da Ponte dos Ingleses, a colocação do Aterro da Praia de Iracema e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Em comum nessas três intervenções<sup>76</sup> são as reformas urbanísticas na cidade que visaram o fomento do turismo. Por isso, para Clóvis, o “Acuario é só mais outra obra dessas. Fizeram várias aqui e nunca tiraram a gente daqui”, finaliza. Diante de tantos eventos que antecedem a “espetacular” inauguração do Acuario do Ceará, as

---

<sup>75</sup> As estruturas do Acuario do Ceará estão sendo colocadas atualmente, neste período entre meados de 2014 e de 2015. Elas já vêm prontas dos Estados Unidos da América e apenas montadas no local da construção. Segundo a empresa estadunidense ICM Reynolds, responsável pela construção e montagem das estruturas do Acuario Ceará, o agendamento da primeira remessa de contêineres trazendo esses materiais estava previsto para abril de 2014 e não foi cumprido. Em breve pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Ceará. Estas incertezas também perpassam os discursos de alguns moradores do Poço da Draga que, mal informados, tem dúvidas sobre como ocorrerá o decorrer da obra em seu atual cronograma indefinido. Fonte disponível em: [http://cnews.com.br/cnews/noticias/64714/entrega\\_de\\_pecas\\_para\\_o\\_acuario\\_e\\_adiada](http://cnews.com.br/cnews/noticias/64714/entrega_de_pecas_para_o_acuario_e_adiada). Acesso em: 05/05/2014.

<sup>76</sup> Conforme explicitado anteriormente no capítulo 1.

peças expressam através da perspectiva de remoção de suas casas, ou mesmo no “rumour” dessa possibilidade (VELHO, 1989 [1973], p. 44-46), os seus próprios receios e temores.

### **3.3 Do mar ao Poço: o Pavilhão Atlântico entre a praia e a rua**

Ao pensarem o Poço da Draga como “habitat”, os interlocutores parecem não procurar uma separação entre um lugar de “convivência” e um de “residência”. É evidente que na particularidade de suas casas, com seus domínios familiares específicos, as pessoas se adentram em torno de suas privacidades. Contudo, em seus esforços para manterem suas relações sociais de vizinhança e constituírem associações com intuito de reivindicar direitos, os entrevistados concordam que a inauguração do Acquario do Ceará, como evento histórico e específico, pode abalar, modificar ou ressignificar os laços deles com o Poço da Draga em suas dimensões múltiplas de “convivência” e “residência”. Como marco espacial característico de um momento que está alterando o cotidiano das pessoas, a manutenção do Pavilhão Atlântico foi uma “conquista” que desencadeou a busca por mais melhorias sociais para os moradores do Poço da Draga.

Em uma seleção importante de atividades executadas no Pavilhão Atlântico, Francisca traz à tona a festividade de comemoração dos 108 anos do Poço da Draga, no final de maio de 2014. Por uma projeção organizada do que ocorreu durante os festejos, ela destaca que a utilização do Pavilhão Atlântico foi pluralizada nesse evento, muito por conta da “conquista” ocorrida em dezembro de 2013 ante à tentativa de invasão desse espaço, pelos empreendedores do Acquario Ceará, com a colocação de tapumes visando a construção do refeitório para os trabalhadores da obra (anteriormente relatada aqui). Assim, Francisca enaltece a presença de muitas pessoas no Pavilhão Atlântico durante o evento comemorativo, dentre elas o prefeito de Fortaleza. Ela quis demonstrar, assim como outros organizadores da festa, que o Pavilhão Atlântico “é de uso intenso pela comunidade, temos atividade o tempo todo aqui”. Logo, é possível elencar algumas dessas atividades comentadas por Francisca, a saber:

- Uso pela política local (reuniões entre moradores pertencentes à AMPODRA e lideranças políticas, como a presença do prefeito em 26/05/2014)<sup>77</sup>;
- Projeção de imagens históricas (evento ocorrido durante a festa dos 108 anos do Poço da Draga);
- Aulas de capoeira (duas vezes por semana, curso gratuito oferecido por uma ONG localizada no próprio Poço da Draga);
- Espetáculos teatrais e de dança (periodicamente ocorrendo, embora sem programação fixa);
- Narrativas e recitais contando histórias locais, paralelamente com apresentação de grupos musicais (uma vez por semana);
- Local de encontro de visitantes para passeios guiados por moradores do Poço da Draga adentrando as ruas do aglomerado urbano (feito durante a festa e possivelmente repetido quando há interesses em excursões);
- Organização de cortejos artísticos e shows (tanto como local de elaboração quanto de execução desses roteiros);
- Celebrações religiosas (quase diariamente, principalmente cristãs, servindo como ponto de encontro congregacional para manifestações litúrgicas).

Aliando atividades frequentes com esporádicas, a festa dos 108 anos do Poço da Draga quis retratar, na opinião de Francisca, a “união dos moradores, a luta por existência e resistência em permanecer na região”. O Pavilhão Atlântico, como espaço onde ocorreram todas essas atividades, é o local de encontro desses interesses coletivos das pessoas do Poço da Draga, manifestados e exibidos para visitantes, espectadores e gestores dos órgãos governamentais. Como “espaço público” diferenciado de um mero “espaço urbano”, o Pavilhão Atlântico aparece como fomentador de “práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço”, agindo na “convergência entre as categorias espaço e ação” (LEITE, 2007, p. 287).

Márcia relata que, durante essa festividade comemorativa dos 108 anos de existência do Poço da Draga, o prefeito da cidade fez várias promessas de “revitalização” da região. Com obras no valor de R\$ 8 milhões, o atual prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, prometeu fazer saneamento, drenagem e pavimentação, além de realizar “a construção de uma quadra poliesportiva em área contígua ao

---

<sup>77</sup> Notícia disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/roberto-claudio-poco-da-draga/>. Acesso em: 17/07/2014.

Pavilhão Atlântico”<sup>78</sup>. Embora o enfoque da notícia e dos relatos de algumas pessoas presentes no evento seja o de que as obras trarão melhorias para a área, é importante salientar que a prefeito de Fortaleza sugere uma “cogestão” com a “comunidade” para manutenção do Pavilhão Atlântico.

Nesta tentativa de “revitalização” do Poço da Draga a partir de uma “cogestão” com a “comunidade” de seu espaço de maior visibilidade, é possível constatar que há um empenho de interesses em se construir para remover “áreas abandonadas”. Esses interesses partem tanto dos moradores – como Márcia (que acredita nas obras de intervenção urbana no Poço da Draga como possibilidades de melhorias na qualidade de vida das pessoas) – quanto dos órgãos governamentais fomentadores do turismo. Como argumento de obras de “revitalização” urbana tentando ampliar espaços de convívio da população, Leite (2007) informa, no exemplo ocorrido no Bairro do Recife, que muitas vezes essas obras de intervenção urbana “revitalizadoras” não se aplicam em seus ideais pressupostos porque as edificações existentes podem ser compostas por pessoas que não tinham “benefícios públicos”, mas tinham “sociabilidades cotidianas” (LEITE, 2007, p. 97). A partir de exemplos diversos de reformas urbanas em cidades, Leite (2007) mostra que os processos de *gentrification* não geram deslocamento total de habitantes de baixa renda e sim implicam em reapropriação dos lugares da vida cotidiana do bairro, muitas vezes com reordenação de atividades.

Nesse possível “reordenamento” de atividades executadas pelas pessoas em seus processos de sociabilidade, é possível pensar no Pavilhão Atlântico como espaço de *passagem*. Atualmente, como um ponto de ligação entre a rua e a praia, o Pavilhão poderá se modificar com a instalação do Acquario Ceará, se tornando um espaço de ligação entre os moradores do Poço da Draga e os visitantes do empreendimento. Mediante essa possibilidade de contato com turistas, é provável se especular algumas possíveis relações estabelecidas entre eles e os habitantes do Poço da Draga, tais como comércio de produtos artesanais e/ou manufaturados além do estabelecimento de visitas guiadas ao Poço da Draga “urbanizado”, “revitalizado”, na tentativa de mostrar que políticas de empreendimento turístico podem estar aliadas ao “planejamento urbano”, conforme iniciativas dos interessados em promover o turismo.

---

<sup>78</sup> Idem a notícia da nota anterior.

Duvidando das promessas do prefeito, Ataíde acha que mesmo com melhorias de pavimentação das ruas, o quadro de “abandono” e “descaso” do governo com o Poço da Draga vai continuar em longo prazo. “Se duvidar, eles pedem para reformar as casas e tiram o povo daqui, vendendo tudo para os turistas”, desconfia Ataíde. O Pavilhão Atlântico, como ponto de agregação das pessoas, é visto por ele como espaço de *desconfiança*. É a partir de uma consideração sobre o acordo de agentes do governo com moradores, realizado no Pavilhão Atlântico durante a festa de aniversário dos 108 anos do Poço da Draga, que traz a premissa de mais uma tentativa de “fabricação de popularidade” dos gestores públicos. Ataíde acha que os políticos que vem ao Poço da Draga (geralmente proferindo discursos no Pavilhão Atlântico) tentam iludir as pessoas sobre a gestão dos espaços da região. Para ele, a promessa dos gestores públicos em intermediar espaços a serem construídos como geridos partilhadamente, de acordo com os interesses dos moradores, nunca se estabelece. Pelo contrário, o que se efetiva na prática, segundo Ataíde, é o atendimento dos “interesses dos mais ricos”. Ataíde parece concordar com Leite (2007) ao afirmar que os objetivos das reformas urbanísticas envolvem interesses muitas vezes de se ter uma “nova imagem da cidade” e não apenas elementos para uma “funcionalidade urbana”.

Portanto, nesse breve panorama de depoimentos, é possível perceber o Pavilhão Atlântico como espaço que denota muitas manifestações de sociabilidade estabelecida pelas pessoas. É expresso pelos interlocutores, também, que o Pavilhão Atlântico se apresenta como um lugar, construído por essas interações de atores sociais com os espaços públicos. Conforme Leite (2007), “a noção de lugar” pressupõe “a existência de uma intersecção entre uma configuração espacial ‘qualificada’ simbolicamente e de ações que lhe atribuem sentidos” (LEITE, 2007, p. 287). Como reforçado pelos interlocutores, o Pavilhão Atlântico é um espaço múltiplo tanto por suas funções históricas e atividades executadas atualmente quanto pelas possibilidades de ser local de convívio social. É espaço de *convivência* e de *encontro* ao mesmo tempo em que também é espaço de *mobilização*, de *passagem* e de *desconfiança*.

Mesmo dispondo brevemente desses argumentos aqui, é perceptível nos discursos que há possibilidades de existência em “formas cotidianas de apropriação política de lugares” (LEITE, 2007, p. 15). O Pavilhão Atlântico em dois eventos narrados pelos entrevistados se apresenta como um espaço que pode ser direcionado para motivações políticas e imposições de novas dinâmicas sociais para além das já



executadas cotidianamente. Na tentativa de retomada do Pavilhão Atlântico pelos agentes de governança interessados na construção do Acquario do Ceará se verifica que cidade não como é apenas “lugar de produção” e sim de “consumo”.

Em uma distinção anti-dicotômica produção/consumo, Castells (2006) mostra que as características propostas por Wirth (1987) para compor estudos em urbanidades, “dimensão, densidade e heterogeneidade”, não são suficientes *a priori* para compor uma “teoria sociológica da cidade”. Isto ocorre devido que a “dimensão” apenas denota a multiplicação de interações e o “caráter esquizoide” da cidade pela especialização funcional de atividades dos sujeitos representados; a “densidade” é retrato de uma análise de “justaposição sem mistura de meios sociais diferentes”, de cunho relativista que denota “selvageria individual” agressiva das pessoas. Enquanto isso, a “heterogeneidade” traz somente a fluidez do sistema de classes pelos aspectos da taxa elevada de mobilidade social; da instabilidade de afiliação de grupos; das posições transitórias das pessoas e “predomínio da associação sobre a comunidade” (CASTELLS, 2006, p. 130).

O escape à repressão como condição de Lefebvre para o direito à cidade é, para Castells (2006), uma particularidade que amplia a discussão de que apenas o espaço poderia ser condicionante de relações sociais. Entretanto, a questão do “urbano”, para Castells, não passa apenas pelas “formas” (força produtiva marxista) e sim por dinâmicas e escalas da prática política. Destarte, o movimento teórico do pensamento de Castells (2002) pôde compor uma reavaliação que obteve aprendizados pelas descrições etnográficas da Escola de Chicago<sup>79</sup>, em que as cidades podem ser percebidas como conteúdos de significações específicas, ligados a processos interligados a um sistema capitalista plural, que se amplia nas proporções das escalas de urbanização.

Em alguns acontecimentos relatados pelos interlocutores sobre a festa dos 108 anos do Poço da Draga é observável que o Pavilhão Atlântico se comporte como um espaço de prática política. Nas promessas do prefeito e nos acordos de “cogestão com a comunidade” se inserem elementos que compõe uma arena de interesses

---

<sup>79</sup> Vale ressaltar que ao analisar processos de “desorganização social”, ou até mesmo percepções de “anomia” em situações contextuais urbanas, a influência da Escola de Chicago observa a competição com questionamentos econômicos. Assim, a junção de “ordem moral” com “ordem material” se completa com a análise de valores na elite urbana. Isso quebrou, ao ver de Gilberto Velho, a noção de que a competência analítica etnográfica se dava apenas no âmbito de sociedades “*folk*” (à guisa de REDFIELD, 1942). Logo, Velho (2005) denota que as preocupações ao perceber a heterogeneidade do contexto urbano se fundem entre métodos qualitativos e quantitativos.

conflitantes que tentam mediar um diálogo. O que no primeiro evento destacado se tentou pela violência e imposição (colocação de tapumes cobrindo o entorno do Pavilhão Atlântico) agora se dá pela mediação política. Ou seja, o mesmo espaço urbano (Pavilhão Atlântico) se insere em uma agenda de dois eventos interligados em muitos outros e a um cotidiano de sociabilidades fomentado pelas pessoas que o constituem como “lugar” de multiplicidade funcional histórica e atual além de “espaço público” para tomada de decisões e negociações com os agentes de governança visando melhoria de condições sociais para as pessoas.

De um possível “lugar de consumo” (moradores reivindicando melhorias sociais) para um “consumo de lugar” (empreendedores invadindo o espaço visando abastecimento do turismo), Rosa, Francisca, Márcia, Ataíde e Clóvis percebem o Pavilhão Atlântico dentro de um espaço maior, vital para eles: o Poço da Draga. Com orientação econômica do turismo de mercado na escolha de bens, o Poço da Draga historicamente é um espaço modificado por intervenções urbanas. Embora se localize onde se realizam políticas urbanas sob a égide do “desenvolvimento”, o Poço da Draga, para essas pessoas aqui destacadas, parece se enraizar em seus pertencimentos diários, nas ruas, praia, mar, Pavilhão e Acquario interconectados em lutas diárias por visibilidade social em meio a uma invisibilidade estética ainda “não-enobrecida”.

## **CAPÍTULO 4: Algumas contribuições da antropologia do desenvolvimento para a problemática construção do Acquario Ceará**

Processos de intervenção em populações locais impulsionados por forças externas a elas podem ser identificados em diversos tempos e locais. Como disciplina que permite estudar tais processos por meio de abrangências analíticas dispostas nas diferenças de pensamento, a antropologia se insere nessa seara de discussões sobre o “desenvolvimento”. Dentro da complexidade de ações permeada por múltiplas ideologias desenvolvimentistas propagadas, a antropologia amplia reflexões ao perceber diversificados saberes locais presentes em pessoas afetadas por tais ideologias, inclusive em processos onde ocorrem modificações no espaço que residem.

As transformações espaciais muitas vezes alteram as dinâmicas sociais. As decisões políticas frequentemente exercem acentuada influência sobre populações. Pessoas, vivendo em locais específicos, estão sujeitas às mudanças geradas por sistemas de poder de abrangência mundial. Perceber essas divergências de interesses e suas repercussões é papel importante para a antropologia. Trazer à tona discussões a respeito das zonas de dominação político-econômica sobre sujeitos específicos não consiste em reforçar pontos de vistas de pureza ou dar contornos maniqueístas ao expressar opiniões, mas sim perceber como múltiplos conflitos de interesses geram reflexões acerca de como seres humanos interagem uns com os outros.

Neste capítulo procuro obter, a partir de alguns autores que trabalham com a temática do “desenvolvimento” e da “globalização”, formas de pensamento que dialoguem com a importância do estudo etnográfico desses temas. Assim, a ideia é reforçar pontos teóricos explanados por eles como encontros importantes para a relevância dos estudos antropológicos na atualidade.

Partindo de um nível “macro” para um possível “micro”, busco aqui verificar inicialmente como a teoria sobre temas relacionados ao “desenvolvimento” e à “globalização” se manifestaram no âmbito conceitual ao longo do tempo. Posteriormente, procuro possíveis reflexões teóricas, a partir de contextos etnográficos distintos, que possam ser comparadas em semelhanças e diferenças com os processos de intervenção urbana ocorridos no Poço da Draga, principalmente o mais recente: a construção do Acquario Ceará. Assim, a teoria disposta inicialmente aqui pretende

refletir sobre possíveis origens das ideologias governamentais, embasadas por protótipos de “progresso” e “modernidade”. Na tentativa de captar os fluxos de pensamentos dos moradores a respeito dessa construção do oceanário, dispõe-se de alguns conceitos de autores que trabalharam etnograficamente com populações específicas, servindo de exemplos que podem ser apreendidos.

Este capítulo está dividido em duas seções. Uma que procura enfatizar a importância da antropologia nos estudos que perpassam a temática de “desenvolvimento” e “globalização” e outra que mostra como autores observaram que o “desenvolvimento” propagado como “valor humano” pode ser uma ideia fomentadora para que o espaço seja utilizado pelas pessoas que já vivem nele. O que se procura aqui, além de outros detalhes, é expor que a partir de um trânsito constante entre perspectivas de alcance interventivo global e local<sup>80</sup> se concebem estudos sociais que podem perceber o lugar do singular e do criativo na produção de diferença de pontos de vista dos sujeitos em meio aos conflitos de interesse deles.

#### **4.1 A importância da antropologia nos estudos sobre desenvolvimento e globalização**

Ao ir além das dimensões da diversidade cultural, que enfocava relatos de nativos distantes geograficamente dos pesquisadores, a antropologia ampliou seu escopo de atuação para a observação das distinções de discursos e ações. Em contextos e lugares específicos, a alternância da ação dos sujeitos mediada pela propagação de pronunciamentos, falas e fomento de ideias chamou a atenção dos antropólogos ao longo do tempo. Lidando com a alteridade entre beneplácitos e recusas, movimentando-se em diversas intencionalidades, a antropologia pôde se aprofundar em estudos que abrangem a influência das instituições sobre *as pessoas*. Assim foi possível estudar as relações sociais que decorrem do processo de propagação de ideologias por fomento institucional (muitas vezes estatal) e as repercussões oriundas dessa veiculação em populações. No âmbito ideológico do que se propaga “desenvolvimento”<sup>81</sup> não é

---

<sup>80</sup> Marcus (1991) admite que a etnografia atual está repleta de parâmetros da modernidade e que, por isso, deve focar suas reflexões para as divergências entre pontos de vista entre nível local e global.

<sup>81</sup> Vale ressaltar que Ribeiro (1991) propõe que a noção de desenvolvimento perpassa os modelos de avanços tecnológicos e atinge o patamar de ideologia.

diferente. E as conexões desse “desenvolvimento” em escala global, vinculado na égide da “globalização”, também são temas de interesse social relevante ao cabedal teórico antropológico da atualidade. Por exemplo, o que se chama de “poder público” passa a ser entendido como uma forma não-monolítica<sup>82</sup>, e o postulado inicial externo população *versus* Estado é vislumbrado, sob a perspectiva antropológica, como repleto de conflitos, alterações, negociações e alianças.

Marcus & Fischer (1986) apontam que a antropologia não deve enfatizar uma história estereotipada do “Outro” e sim focar na integração de ideias e instituições próprias nos contextos das sociedades dos antropólogos. Lewis (2005) propõe que o enfoque antropológico de Marcus & Fischer (1986) é de traçar caminhos “em que o poder é adquirido e exercido sobre as dimensões do local, nacional e global” (LEWIS, 2005, p. 9). Com essa interligação entre ideários e práticas sociais, Lewis (2005) ressalta que “os papéis dos atores sociais para a produção do conhecimento sobre a prática do desenvolvimento” ocorrem pela “criação de modos em que o trabalho antropológico pode criar estruturas para empoderamento e análise dos problemas em nível local” (Ibid., p. 9-10).

Para que esses atores sociais possam ser percebidos com mais poderio elucidativo em suas práticas afetadas pelo “desenvolvimento”, Olivier de Sardan (2005) defende a especificidade de um domínio particular dentro da antropologia, a “antropologia da mudança social e desenvolvimento” (OLIVIER DE SARDAN, 2005, p. 23). A configuração de desenvolvimento como objeto de estudo inclui, para o autor, noções de “mundo e cosmopolitismo” onde elementos como o “novo e o específico” passam a ser incluídos no debate sobre o desenvolvimento. Assim, ocorre a agregação de múltiplos termos, eventos, práticas e dinâmicas sociais, cabendo à antropologia o papel de tentar interpretar como “desenvolvimento” as ferramentas analíticas que possibilitam o estudo crítico de configurações sociais em constante mudança (Ibid., p. 25). O ponto de impacto, segundo o referido autor, seria como as políticas chegam às populações através dos operadores: em vistas de implementações e mudanças. Para ele, a prática etnográfica permite obter a percepção de lógicas envolvidas nas interações entre os operadores do desenvolvimento e os “grupos-alvo” dos projetos de desenvolvimento (Ibid., p. 26-27).

---

<sup>82</sup> Conforme Abrams (1988), o Estado pode ser visto a partir de suas instâncias de poder sobre o que é público, dentro de um processo de intermediações e diferentes posições possíveis internamente.

Nesse panorama, Olivier de Sardan (2005) ressalta que “desenvolvimento” não deve ser um conceito homogeneizante e sim um objeto heterogêneo, um campo com uma série de valores, linguagem discursiva e ações (Ibid., p. 29). É justamente a heterogeneidade dos fatos que abrangem o termo “desenvolvimento” que torna a antropologia do desenvolvimento interessante. As análises que perpassam a antropologia do desenvolvimento devem levar em consideração a presença de diversos interesses e racionalidades envolvidas nas questões dos atores sociais. Dessa forma, a antropologia do desenvolvimento não pode ser vista como uma subdisciplina. A transversalidade do “objeto de estudo”<sup>83</sup> é um ingrediente de comparação objetiva.

A antropologia do desenvolvimento pode ser vista como ampliada, permeada por multiplicidade histórica de significados, abrangendo sentidos<sup>84</sup> e críticas como discurso envolto de interesses de distribuição de poder desigual. Com a escala global de pobreza, Lewis (2005) destaca que sistemas de poder econômico, ao longo de vários períodos históricos, usaram o termo “desenvolvimento” como imposições de valores materiais, idealização científica-racional, poder e criação sem precedentes de níveis de destruição ambiental (LEWIS, 2005, p. 5-6).

Exatamente por existirem essas possibilidades práticas de ações desenvolvimentistas é que Olivier de Sardan (2005) alerta que apenas teorizar sobre os problemas causados pelas ideologias desenvolvimentistas não basta ao papel antropológico. “A qualidade dos processos e do conhecimento produzido é capaz de garantir a influência da ação” (OLIVIER DE SARDAN, 2005, p. 35). No entanto, a necessidade de mobilização por parte dos interlocutores pode contagiar os antropólogos e fazer com que eles tentem resolver os problemas observados durante suas pesquisas. Isso gera, conforme Olivier de Sardan, o problema da “elucidação”. De acordo com ele,

---

<sup>83</sup> Pode-se considerar o “desenvolvimento” tanto como “objeto de estudo” como uma problemática que envolve atores sociais em dinâmicas envolvendo instituições e interesses conflitivos com populações.

<sup>84</sup> Lewis (2005) dispõe o termo “desenvolvimento” como cercado de múltiplos significados. Como *verbo* se relaciona com atividades que acarretam em mudança ou progresso, fortemente ligadas com o crescimento econômico; como *adjetivo* tem a ver um padrão com o qual diferentes taxas de progresso podem ser comparadas e “e, portanto, assume um elemento subjetivo, crítico em que as sociedades ou comunidades são muitas vezes comparadas e, em seguida, colocadas em diferentes estágios de um esquema de desenvolvimento evolutivo”; em *termos darwinistas* como metáfora biológica de crescimento orgânico e evolutivo; no *sentido durkheimiano* pelo aumento da complexidade social, política e econômica no fluxo entre relações de sociedades ditas “tradicionais” para as ditas “modernas”; e, através da *mudança social planejada*, em que há ideia de intervenção externa de um grupo nos negócios de outro, isto é, intervenção de estrangeiros em países de “baixo desenvolvimento” para a produção de “mudança social positiva”. O foco principal de perpassar esses sentidos para “desenvolvimento”, segundo Lewis, é criar um sistema organizado de poder e práticas que foi formado na dominação (neo)colonial do Ocidente sobre países pobres (LEWIS, 2005, p. 4).

o caráter elucidativo deve aparecer como possibilidade e não como promessa constituída do estudo. O “populismo” se dá quando intelectuais (e/ou governantes) decidem pelas pessoas o que é o melhor para o próprio bem-estar delas, permitindo, assim, possíveis intervenções das elites. O foco principal do estudo antropológico sobre o que se idealiza como “desenvolvimento”, para Olivier de Sardan, deve estar na pergunta “como as proposições de mudança entram em confronto com as dinâmicas locais?” (Ibid., p. 35-36).

A partir dessa indagação a ser feita, é necessário verificar que tipos de estratégias para se estudar a temática do “desenvolvimento” podem ser elaboradas pela antropologia. Sabe-se que o discurso desenvolvimentista é propagado e debatido, mas a antropologia deve propor alternativas e não apenas ser o vetor de destruição das práticas do desenvolvimento (GARDNER; LEWIS, 1996). Conforme Escobar (1992), a emergência de movimentos sociais pode competir com o campo discursivo desenvolvimentista, minando os “programas de verdade” vinculados aos “sistemas de poder” econômico capitalista. Numa articulação evidente entre historicidade, caracteres culturais e suas funções simbólicas, Escobar (1992) propõe uma reflexão por meio das contradições elaboradas pelos movimentos sociais sobre a crise originada pelo ideário desenvolvimentista (ESCOBAR, 1992, p. 345-346). Assim, a crítica de Escobar à noção de desenvolvimento se propaga ante ao discurso de “ciência do Estado”<sup>85</sup> que procura dominação entre países no sentido colonialista-imperialista, onde a possibilidade de “fuga” está na “reflexão crítica” intrínseca aos movimentos sociais. E na “noção de autopoiese” predisposta nesses movimentos é que Escobar (1992) ressalta os conhecimentos e políticas populares (Ibid., p. 349).

A antropologia, de acordo com Escobar (1992), deve perceber racionalidades, regras para além da política e lógica do Estado. Em contrapartida, a antropologia não deve se privar da “autopoiese” e da política popular dos movimentos

---

<sup>85</sup> A partir de *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (1995 [1980]), de Gilles Deleuze e Félix Guattari, Escobar propõe seu alicerce teórico anti-desenvolvimentista. Pela esquizofrenia e capacidade de “sair fora”, em interface com a loucura, os autores de *Mil Platôs* destacam caminhos para se pensar em “exterioridade” ao discurso. Assim, o estudo e a vivência nos movimentos sociais, segundo Escobar, seria uma tentativa por parte da antropologia em abafar a ação política do Estado que pretende estruturar as dinâmicas sociais pela ontogênese capitalista-desenvolvimentista. O que Escobar propõe, sob a ótica de *Mil Platôs*, é a busca de uma possibilidade de alternativa a essa lógica do desenvolvimento imposta, procurando um “devir” de singularização subjetiva nos movimentos sociais, evitando definir a fuga dessa lógica pelo próprio mecanismo de captura, isto é, pela própria ação “arborescente” da “ciência do Estado”.

sociais, pois neles estão as singularidades dos processos. Para Escobar, o discurso desenvolvimentista nada mais é do que a “captura da lógica” em termos do capitalismo.

Como uma das estratégias para o estudo de processos onde há discursos de desenvolvimento em execução, vale analisar alguns outros casos de pesquisas antropológicas. Por exemplo, na direção oposta ao crescimento econômico, Franke & Chasin (1994) veem possibilidades de melhoria considerável de índices de desenvolvimento humano. Como “uma experiência de reforma radical como estratégia de desenvolvimento moderno”, o *Kerala* na Índia redistribuiu riquezas igualmente “entre homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, e baixas e altas castas”, promovendo que a relação entre crescimento e modernidade não é obrigatória (FRANKE & CHASIN, 1994, p. 368-369). Entretanto, como afirma Gledhill (2001), a autocracia não é predominantemente na lógica do desenvolvimento<sup>86</sup>. A redistribuição não pode ser um fim em si, pois o Estado atua como lógica retroativa onde a regulação com o próprio Estado se torna mais importante do que com a população.

Dentro dessa retroação dos agentes estatais entre si se insere a definição polissêmica que Colmegna (2005) adota sobre o termo “desenvolvimento”. Em seu artigo sobre o papel dos antropólogos em projetos de desenvolvimento, a autora destaca concepções finalistas e de transformações sociais, de acordo com vertentes históricas, para dialogar as mudanças propagadas pelas nações. Ao dialogar com outros autores que tem experiências etnográficas em processos que populações locais foram afetadas por ideologias desenvolvimentistas, Colmegna (2005) afirma que o desenvolvimento do tipo “finalista”, para os idealizadores dele (muitas vezes agentes de governança), é aquele que indica ideia de finalidade, progresso. O desenvolvimento “finalista” seria o meio que leva algo que era “ruim” para ser “bom”. Ainda de acordo com a autora, essa visão naturalizada de “evolução das sociedades” foi propagada por países ditos de “Primeiro Mundo”, diante do fato de não haver reflexão de fatores sobre o “desenvolvimento” após a Segunda Guerra Mundial. Com ideários moldados por rótulos estanques acerca dos Estados-nações no pós-guerra, o fluxo desenvolvimentista “finalista” só se propagaria a partir do “Primeiro Mundo” em direção unidirecional ao

---

<sup>86</sup> Gledhill (2001) se baseia em seu argumento nos conceitos de Giddens (2000) sobre neoliberalismo globalizado e na experiência mexicana de não-intervenção do Estado com a respectiva queda nos índices de desenvolvimento humano. A lógica contrapõe a via finalista de caminhos desenvolvimentistas que levam países do “Terceiro Mundo” ao “Primeiro Mundo” (cf. CALLINICOS, 2001; COLMEGNA, 2005).



“Terceiro Mundo”, isto é, de países “desenvolvidos” para os “subdesenvolvidos” (ESCOBAR, 1995; GUPTA, 1998 apud COLMEGNA, 2005).

Já o tipo de desenvolvimento propagado por seus idealizadores pelas “transformações sociais” está ligado, segundo Colmegna (2005), aos meios econômicos. Desse modo, a completa transformação de vida das pessoas somente seria possível com o desenvolvimento social que eliminasse totalmente qualquer forma de pobreza. Os aspectos econômicos, capitalistas, ligados ao bem-estar social e qualidade de vida regem esse paradigma de desenvolvimento por “transformações sociais” (FERGUSON, 1990 apud COLMEGNA, 2005).

Nesse momento, é possível entender a importância dos órgãos de governança (muitas vezes fomentadores da ideologia desenvolvimentista) em gerir: tanto o que eles concebem como “progresso” a partir do conceito “finalista” de desenvolvimento; quanto o propagado “bem-estar” social das pessoas afetadas por seus projetos desenvolvimentistas que visam “transformações sociais”. O que se percebe, também, é que em ambos os tipos de “desenvolvimento” propagados pelos gestores públicos muitas vezes se usa a ideia de que há um compromisso firmado em promover mudanças significativas que visem à melhoria das condições de vida da população.

Porém, independente da razão geradora desse distanciamento entre interesses diversos das pessoas e dos agentes vinculados aos órgãos de governança, sabe-se da influência mundial dos discursos desenvolvimentistas. E nesse âmbito, frequentemente se vincula, a partir da ideia de “globalização”, uma suposta homogeneidade de interesses entre as pessoas e os patrocinadores de projetos de “desenvolvimento”. Mesmo sendo considerados como uma ideia anterior, os processos relacionados com a denominação “globalização” se inserem em um discurso estruturado, específico, cujas propriedades intrínsecas também podem ser estudadas pela antropologia.

Como conjunto de práticas e saberes, proporcionando sensações de mudança e abarcando termos como “desenvolvimento” e “urbanidade”, a temática da globalização é composta de diferentes escalas e processos. Vários autores se debruçaram sobre o fenômeno da globalização, relacionando-o com movimentos de

“modernização”, “sistema mundial”<sup>87</sup> e “colonialismo”<sup>88</sup>. Dentre eles, Wolf (2005) ressalta os povos envolvidos no “sistema-mundo”<sup>89</sup> antes do capitalismo se instalar neles. A partir daí, Wolf (2005) verifica que os modos de produção de significado são oriundos de aspectos simbólicos, afirmando a seguir sobre a impossibilidade deles de não se afetarem pelo “sistema mundo” globalizado, mesmo que com velocidades e maneiras diferentes dessa propagação.

De acordo com essa complexidade sistemática dos efeitos da globalização sobre a população, Harvey (1993) propõe como uma “condição pós-moderna”<sup>90</sup> uma mudança de mentalidade com base política e material. Assim, as relações de poder abrangeriam mudanças de sistemas simbólicos, instaurando uma nova fase do capitalismo por meio de um processo amplo. Como características desse processo, Harvey (1993), destaca a “compressão espaço-tempo”<sup>91</sup> como alteração na dinâmica mundial promovida pelas transformações tecnológicas, principalmente na comunicação e transportes. Para Harvey (2011), a meta do capitalismo é, por meio da globalização, dominar o espaço através do tempo (HARVEY, 2011, p. 131). Nesse processo contínuo do capitalismo, a aceleração da circulação de mercadorias se torna possível pelas transformações tecnológicas que fazem o capital se multiplicar mais rápido. Dessa forma, as mudanças acontecem com “saltos” que ocorrem através de crises sucessivas que promovem maior circulação e escala de influência do capitalismo. Dentre essas escalas de maior influência, Harvey (2012) destaca as *intervenções urbanas*, tais como instalação de grandes empreendimentos, promovidas por agentes de governança que expandem a área de atuação capitalista (a fim de superar as barreiras das crises), se utilizando da força política de dominação do Estado.

---

<sup>87</sup> Ao tratar do “lado escuro do Renascimento”, Dussel (2004 [1998]) destaca que tratar do termo “sistema-mundial” só foi possível a partir da conquista da América pelos europeus. Após esse processo histórico, a Europa pôde se tornar o centro do planeta, veiculando suas ideias sobre o Iluminismo e a “civilização” europeia por meio do colonialismo.

<sup>88</sup> Nesses termos, vale destacar o trabalho de Immanuel Wallerstein com a denominação de “sistema-mundo” para relacionar processos de influência global. Do centro para a periferia ou do imperialismo para o colonialismo, Wallerstein (1974) utiliza a expressão “sistema-mundo” como marco teórico inicial para a compreensão dos fenômenos sociais envolvidos na globalização por meio de um esquema marxista que envolve noções de “capitalismo industrial” e “transnacionalidade”.

<sup>89</sup> Em sentido similar ao aplicado por Wallerstein. Idem a nota anterior.

<sup>90</sup> IN: HARVEY, D. W. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change* (1989) [original, em inglês]. Utilizo, aqui, a versão em português (de 1993). Vide referências bibliográficas.

<sup>91</sup> A característica “compressão espaço-tempo” também está presente em outras obras de David Harvey. Dentre elas, o livro *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* (2011).

E ao observar transformações produzidas pela globalização na atualidade é possível perceber mudanças na administração do sistema capitalista. Ao analisar os “nódulos de gestão” do sistema financeiro mundial, Sassen (2005) observa o “tempo absoluto” na comunicação em tempo real, que permanece vinte e quatro horas por dia funcionando ininterruptamente e simultaneamente entre diferentes centros de controle. Com lógica própria, os gestores transcendem as regulamentações estatais (de Estados Nacionais específicos) e não são regulados por instâncias internacionais. Assim, Sassen (2005) enfatiza uma transformação de função e áreas de interesse do Estado-nação: de protagonista no sistema financeiro passa a ser coadjuvante do Capital, isto é, refém das escolhas dos mercados.

Em meio a esses processos múltiplos e contínuos, Sassen (2008 [2005]) destaca a “renacionalização” como processo provocado pela globalização. Esse movimento está fortemente relacionado com a presença marcante de atentados terroristas na atualidade. Usando da “armadilha da dúvida” como discurso próprio capitalista a partir de 11 de setembro de 2001, a autora ressalta que “interconexões afetam-nos psicologicamente, fazendo migração mais plausível para aqueles que buscam uma maior oportunidade ou a liberdade” (SASSEN, 2008 [2005], p. 173). A partir desse movimento anti-terrorista e afetado por traumas psíquicos e comoção das pessoas, novas formas de combinações de tecnologias foram elaboradas para a gestão de territórios, autoridades e direitos. Para além do Estado-nação e do feudalismo, Sassen (2006) vê ambas as gestões como modelos de internacionalizações que partem do Ocidente, impondo pela lógica europeia um “sistema-mundo” específico. Essa dominação se faz: territorialmente, com uso de fronteiras bem definidas<sup>92</sup>; por autoridade, com o advento da soberania econômica de uns países sobre outros; pelos direitos, onde a cidadania é específica para os nacionais, não sendo universal mesmo pautada em um discurso humanizante e geral.

Para Sassen (2006), os Estados atuais, geridos pela globalização, têm uma composição mutável e são regulados por acordos internacionais propostos por agências que veiculam ideais de associativismo. A globalização, então, não se encerra com essa lógica. As configurações processuais da globalização, sem formas fixas e que articulam

---

<sup>92</sup> Uso de “fronteiras bem definidas” e composição territorial fortemente idealizada remete a ideia de Deleuze & Guattari (1995 [1980]) sobre a lógica dos aparelhos de Estado vertical.

essas “composições globais”<sup>93</sup>, são “multiescalares” e não obedecem a hierarquia da concentricidade nas suas formas de articulação. Cidades globais não subordinadas aos Estados-nação onde se encontram são “nódulos de gestão” que se articulam em alguns momentos entre fluxos e combinações e não em concentricidades. Resta perceber a lógica dessas articulações no contexto em que o Estado-nação não acaba e ainda quer exercer alguma forma de soberania.

Uma tentativa de perceber tais elementos que se combinam nessas composições está na compreensão das “esferas de atividade da atualidade” de Harvey (2011). As sete esferas concebidas por Harvey (2011) estão relacionadas a “tecnologias e formas de organização”, “relações sociais”, “arranjos institucionais e administrativos”, “processos de produção e de trabalho”, “relações com a natureza”, “reprodução da vida cotidiana e da espécie” e “concepções mentais do mundo” (HARVEY, 2011, p. 104). A combinação dessas esferas ocorre, segundo Harvey, para a propagação da acumulação de capital. Contudo, essas esferas se afetam, mas não se controlam. Assim, o autor esboça um método para entender a história dos processos de mudança social<sup>94</sup> do mundo. O choque entre essas esferas provocam as crises, gerando uma “coevolução”<sup>95</sup> em curto circuito”, afetando seus processos evolutivos que visam acumular capital.

E é nesse macro-processo de acumulação de capital, com a mudança das hegemonias nacionais, que se insere o estudo antropológico dos efeitos da globalização. Friedman (2008 [2003]) afirma que com a produção de fragmentos e movimentos descentralizados globalizados, cabe ao “moderno Estado-nação” fragmentado recorrer à competição interétnica. Assim, ele detecta que desigualdades sociais, tais como o estrutural encolhimento da força de trabalho, promovem a distinção não-polarizada que compõe a “formação de redes transnacionais” que são, ao mesmo tempo, “econômicas, sociais e culturais” (FRIEDMAN, 2008 [2003], p. 166). E em meio a uma “cultura de democracia” que negligencia o movimento “anti-globalização”, torna-se imprescindível

---

<sup>93</sup> “Composições globais” que possuem funcionamento diferente dos Estados-nação (SASSEN, 2006). Também, Patriota de Moura (2010; 2013) expõe uma aplicabilidade da noção de “composição” para pensar espacialidades urbanas.

<sup>94</sup> Harvey (2011) parte da prerrogativa de Latour (2005), que para se entender como ocorrem os processos de mudança social é preciso, primeiramente, entender o que é o “social” em sua “totalidade socioecológica” (HARVEY, 2001, p. 108). Assim, Harvey (2011) ressalta características dessa totalidade, tais como fronteiras não-definidas, fluidas, que aparecem mediante o contato com alteridades em contextos específicos.

<sup>95</sup> A “coevolução” que Harvey (2011) propõe se assemelha a proposta ontológica de Deleuze & Guattari (1995 [1980]) em que o mundo é composto por “agenciamentos”, que se associam para buscar suas continuidades.

compor um estudo microssociológico que ressalte etnograficamente as consequências desses fenômenos para as pessoas. A antropologia tem importância ao abordar tanto diferenças de práticas e discursos em nível macro quanto em verificar nos saberes locais, por meio do cotidiano das pessoas, os fatos decorrentes de políticas desenvolvimentistas que se inserem em escala global.

Por trás de denominações tais como “desenvolvimento”, “globalização”, “moderno” e “tradicional” estão processos que caracterizam dinâmicas sociais. A via etnográfica, como metodologia antropológica, tem como papel estudar esses processos e observar como eles estão interligados e afetam vidas de pessoas em seus contextos de vivência. Além disso, o uso dessas terminologias como entidades estanques muitas vezes é veiculado como um pressuposto que não corresponde às ações executadas por elas. Por meio do conhecimento antropológico é possível perceber, por exemplo, que “globalização” não é sinônimo de homogeneização. Muitas vezes ligadas a “complexos disjuntivos”<sup>96</sup>, divergentes em escalas econômicas, a globalização pode estar atrelada a movimentos transnacionais, gerando mercados e fluxos (APPADURAI, 1990; HANNERZ, 1997).

Muitas vezes a propagação conjunta de ideais globalizantes e desenvolvimentistas é que mantém ativa a dicotomia entre “moderno” e “tradicional”. Isso é verificável na cena turística de produção de mercados consumidores, onde se pode vender o “tradicional” em locais “modernos” e vice-versa. Dentro do negociado como “tradição” estão tantos aspectos materiais do lugar escolhido como conhecimentos das pessoas que o habitam. As “culturas como unidades de distribuição” (HANNERZ, 1997, p. 18) e até mesmo o “museu de cera” (WAGNER, 2010), que foi engodo ao estudo antropológico por muitos anos, são comercializados para mostrar que o “mundo globalizado” permite “levar modernidade” a todos pelo desenvolvimento propagado como progresso material e de amplitude de conhecimentos diversos. A possibilidade de estetização dos saberes locais, deixando-os frequentemente homogêneos, é uma adequação do turismo às expectativas dos consumidores em processos de mercantilização cultural, produzindo para os visitantes o “exótico” em espaços delimitados para a visita (SANTILLÁN; GUARDADO, 2010).

---

<sup>96</sup> Appadurai (1990) compreende que os fenômenos ligados ao que se chama de “globalização” estão relacionados a uma nova “economia global cultural”, fomentados por processos específicos de desterritorialização e diásporas para além da relação entre centro e periferia.

Ao ver caso a caso é que a antropologia monta seu arsenal teórico para observação de processos múltiplos em que o “desenvolvimento” está contido como ideologia modificadora. A construção do Acquário do Ceará e sua relação com os moradores do poço da Draga evidenciam embates que envolvem noções de progresso, modernidade e desenvolvimento, afetando uma população que invoca a “tradição” como tática para permanecer onde está e, possivelmente, captar recursos e reconhecimento em uma dinâmica urbana.

#### **4.2 O “tradicional” em territorialidade<sup>97</sup>: perspectiva de desenvolvimento como valor humano**

Quando um viajante chega a um lugar propagado como um espectro de beleza e virtude, ele tende a se tornar deslumbrado ou a questionar tal propaganda. Pela opinião positiva experimentada anteriormente e sua manifestação vivenciada no momento, o desejo dele pode ser em buscar no local onde foi influenciado a ir o máximo de sua satisfação pessoal. No contexto do turismo, esse panorama é de fácil percepção. Áreas designadas ao “consumo”, valorizadas por noções vinculadas ao “bem-estar”, ao estado de “natureza própria” ou “tradicional”, muitas vezes são expandidas para usufruto de visitantes. Assim, as mudanças de paisagem se tornam evidentes quando o que foi proposto como “exemplo” de beleza não corresponde à realidade anteriormente encontrada. Surgem, então, as intervenções. E nelas, aparecem os impasses. E nos impasses, séries de desejos e inquietações são contrapostas. Por todos os lados, em múltiplas direções, e com variados interesses das partes envolvidas.

É compreensível que, conforme detalhado anteriormente, as forças que exercem poder umas sobre as outras se imponham, na maioria das vezes, pelo poderio econômico. Sob a égide do “desenvolvimento” vinculado à ampliação da riqueza financeira, os complexos de governança exercem suas formas de poder com a construção de grandes empreendimentos. Como baluartes de representação do que se

---

<sup>97</sup> Utiliza-se o termo “territorialidade” como tentativa de entender o caso específico estudado nesta pesquisa como parte de um panorama de outros processos envolvidos em questões de territorialização (como formação de lugares) e desterritorialização. Algumas discussões sobre concepções de território perpassam esses processos e são importantes fontes de reflexão antropológica no âmbito do que se propaga “desenvolvimento”.

constitui como “avanço progressista”, os enormes aparelhos turísticos aparecem em ambientes já habitados por pessoas com dinâmicas sociais próprias instituídas no local. E no encaço dessas diferenças de interesses, uma pesquisa composta por metodologia etnográfica pode denotar como repercussões a favor e contra o discurso desenvolvimentista estão transitando em conflitos e diálogos no ambiente onde se quer implementar as grandes obras de “desenvolvimento”.

Numa aposta em monitoramentos, dando relações respeitadas às teorias elaboradas localmente pelos moradores do Poço da Draga, as percepções estão elaboradas sem se conhecer previamente algumas possíveis conclusões. O que se sabe e se entende pela amplitude de direitos das pessoas é que muitos devem ter acesso ao local onde vivem há muitas gerações. E, mesmo assim, deve se observar os debates específicos sobre em que medida o direito ao território ocorre e quais pontos de apoio permeiam as relações do discurso de “desenvolvimento” com a espacialidade urbana ocupada pelas pessoas.

Ao tratar de “direito ao território”, é possível observar nos depoimentos das pessoas que a afirmação de estarem habitando o Poço da Draga há tanto tempo os tornam moradores “tradicionais”. Sabe-se que o conceito de “território” faz parte do vocabulário ideológico do Estado-Nacional (SASSEN, 2006). É possível entender, então, que o sentimento de pertença a um local específico e delimitado, como um “território”, esteja relacionado a uma lógica da nação e as fronteiras espaciais que a compõem.

No discurso dos entrevistados que afirmam não temer sua retirada do Poço da Draga, é comum a explicitação de que “a tradição” deles em morar lá é um sinônimo de permanência e intocabilidade no local, mesmo diante das intervenções urbanas. “Nós já passamos por inúmeras outras obras, turistas vem e vão e nós continuamos aqui porque nosso território é habitado há mais de cem anos por essas famílias, temos tradição aqui”, afirma Raimundo. Isto faz lembrar que o reconhecimento do que seja “tradicional” pode estar vinculado ao que a lógica do Estado-nação denominou como “território” (LITTLE, 2002). Além do mais, o “conhecimento tradicional” pode ser uma forma de reivindicar direitos (inclusive o de posse de terras) perante os agentes de Estado, onde o agenciamento burocrata aparece como um instrumento de obtenção de uma linguagem similar a dos órgãos governamentais (NADASDY, 2003).

A partir de uma possível entrada no mundo burocrático que permeia as instituições estatais, a pauta da obtenção de espaços fortalece o surgimento de movimentos sociais internos. No Poço da Draga, as atuações pontuais da Associação de moradores (AMPODRA), bem como a ONG instalada lá, mobilizam reivindicações e articulam a permanência no local pela tentativa de instalação de uma ZEIS no local.

Mesmo assim, o impasse territorial dos moradores do Poço da Draga mediante a construção do Acuario Ceará motiva uma indagação proporcionada pela disputa de poder na modernidade: em que medida as ações entre os órgãos de governança podem se contrapor? Especificamente ao estudo dessa problemática, como a possível solução para o impasse territorial firmado na instalação da ZEIS do Poço da Draga pela Prefeitura de Fortaleza pode ser conflitante aos interesses de execução da obra do Acuario Ceará por parte do Governo do Estado<sup>98</sup>?

Assim, resta investigar se as regulamentações jurídicas da implantação da ZEIS vão além de manifestações políticas e como os moradores da comunidade se sentem mediante o embate contra o Estado de lado e, paradoxalmente, a vinculação de uma solução institucional ao mesmo poder público de outro. Nos anos 1950, os estudos de Max Gluckman foram fecundos quanto a essas situações de comunidades permeadas pelo conflito interno constante. Gluckman (1987) afirmava que as situações conflitivas já começam a ocorrer pela própria compreensão dos sujeitos sobre suas tradições. Devido a isso, a análise de mudança social pela antropologia deveria ser prévia, observando as modificações estruturais evidentes<sup>99</sup>. O antropólogo, para Gluckman, é aquele capaz de formular uma abordagem processual da vida social, observando relações de clivagem e cooperação<sup>100</sup>. A relação de cooperação, para ele, está em torno da “clivagem”. O comportamento individual está dentro da mudança social. Dada à oposição de grupos, o indivíduo tira o seu proveito dessa relação.

---

<sup>98</sup> Vale destacar que a atual coligação política que compõe o Governo do Estado do Ceará é aliada do grupo de pessoas gestoras da Prefeitura de Fortaleza. Isto é, o fato de estarem aliados, governador e prefeito, tende a direcionar os interesses do Poder Executivo local para os mesmos ideais desenvolvimentistas, atrelando políticas de turismo ao “progresso” ligado ao ideário de “modernidade”.

<sup>99</sup> Como, por exemplo, o autor cita o uso do arado e que as “relações sociológicas” mudaram essa concepção de utilidade dessa ferramenta do trabalho rural.

<sup>100</sup> No estudo da Zululândia, Gluckman afirma que no sistema social há uma clivagem dominante (branco/negro) e subsidiária (zulu cristão/pagão) e que no princípio da inércia social, o sistema se desenvolve ao longo da clivagem dominante até chegar um sistema novo, além do que todas as categorias seriam moldadas pela clivagem dominante (GLUCKMAN, 1987, p. 307-340).



As percepções diferenciadas de alguns moradores do Poço da Draga junto às divididas esferas de poder não estão ligadas a graus de pureza de raciocínio. Muitos pensam em tirar proveito com a instalação do Aquário Ceará. Outros não querem a instalação do oceanário em hipótese alguma. Os complexos de opiniões, movidas pelo conflito existente, esboçam que os moradores do Poço da Draga não pensam uniformemente contra e nem a favor da construção do Acquario Ceará. O conflito estabelecido pelo impasse territorial gerou discordâncias de pontos de vista entre eles. Apenas o temor de perderem suas casas talvez seja recorrente na maioria dos depoimentos das pessoas. Logo, é perceptível a manifestação de graus de poderes situados nesse impasse: o Poder Executivo representado pelas esferas estadual (principal agente a favor da construção do empreendimento) e municipal; o Poder Legislativo municipal, encarregado de dar andamento aos anseios da AMPODRA para elaboração efetiva do projeto de inclusão da ZEIS no Poço da Draga e o Poder Judiciário cujo papel inclui a fiscalização da execução das medidas institucionais que garantam a posse fundiária dos moradores. No meio ao conflito, estão os moradores que ocupam o território há muitos anos e, mesmo assim, dependem da resolução do impasse de permanência que transita entre esferas fragmentadas de atuação que compõem os órgãos de governança.

A importância da AMPODRA, da ONG gerida no Poço da Draga e de outros movimentos sociais é fundamental nesse período de incertezas que caracteriza a luta pela permanência das pessoas na área em que está sendo construído o Acquario Ceará. Ao observar a atuação de um movimento social específico, o *Proceso de Comunidades Negras* (PCN), Escobar (2008) reforça a necessidade de esforços coletivos para reivindicações de direito em áreas estigmatizadas pelo termo “recôndito Pacífico” colombiano. Localizado nessa região, o PCN é composto por uma gama de subjetividades heterogêneas em suas opiniões. Os discursos aparecem como maneiras de conceber para além de conceitos autônomos (unidades autônomas), constituindo um tipo específico de etnografia: a histórica. Atribuindo a “colonialidade” como chave interpretativa, Escobar (2008) pensa o PCN como um processo de “Modernidade-Colonialidade-Descolonialidade”. Dessa maneira, Escobar (2008) pretende a libertação das condições modernas de conceitos como “lugar, natureza, desenvolvimento, capital, identidade”, pensando a partir das ideias do próprio PCN, que incluem “Comunidade, Raça, Território”.

Abrangendo situações específicas relacionadas ao PCN e procurando a “construção de uma não-hegemônica prática antropológica”, Escobar afirma que o *lugar* produz processos específicos, tais como desterritorialização, fluxos, percursos, diásporas, movimento, identidades nômades (ESCOBAR, 2008, p. 22). O *território* passa a ser visto não como marcação de colonialidade e os coletivos étnicos são como sobrevivências culturais. Já a *natureza* é vislumbrada por Escobar como agente a partir do qual as comunidades se constituem. Assim, uma nova concepção de natureza é elaborada com o ser humano inter-relacionado intimamente com ela. Essa dimensão de natureza faz parte dos processos de desenvolvimento (seguindo o exemplo do PCN).

O objetivo político da etnografia de Escobar (2008) reside na aposta entre a *diferença* de pontos de vista, ao contrário da colonialidade (por sinal, é uma maneira de “descolonializar”). Logo, o intuito da pesquisa antropológica dele não é mais separar a diferença pela colonialidade (pela violência e/ou dominação), e sim, dispor as diferenças como alternativas à modernidade: como aspectos de criatividade, singularização, constituída em relações com a natureza e “imbricamentos” (*redes*, como uma possibilidade). Vale ainda salientar que mesmo na justificativa altruísta de “missão civilizadora” há, segundo Escobar (2008), ideologias da identidade, inclusão, civilização e desenvolvimento. Daí também se entende que a dicotomia modernidade *versus* tradição foi fomentada pela matriz Ocidental de pensamento. Nela, a tradição é patrimonializável, tende à uniformidade e a graus de pureza<sup>101</sup>.

Neste microcosmo de aprendizado proveniente das diferenças que emanam dos movimentos sociais se inserem reflexos de processos macro<sup>102</sup>, bem como dinâmicas da vida cotidiana e de seu imediatismo de relações. Não é a toa que o turismo pode ser entendido, na perspectiva de Lefebvre (2006), como “consumo de lugar”. Como uma atividade deslocando limites e, até mesmo, destruindo lugares, o turismo afeta pessoas. Algumas, ao se sentirem afetadas negativamente, buscam obter nos espaços onde vivem possíveis demandas de pertencimento ao lugar. Por isso Lefebvre

---

<sup>101</sup> Este risco de “tradição” ligada ao patrimônio está problematizado nas interlocuções feitas com os moradores do Poço da Draga durante o trabalho de campo. Quer-se pensar, a partir deste momento, em possibilidades em que essa problematização aparece para além da prerrogativa dos moradores em se manterem no local pela via de estarem habitando a região há muitos anos. Noutras palavras, a partir dos discursos dos entrevistados e nas ações oriundas da Associação dos moradores nas tentativas de constituição da ZEIS-Poço da Draga tenta-se observar como “território” é possivelmente concebido como “patrimônio tradicional”.

<sup>102</sup> Entende-se aqui como processos em nível “macro” a instalação de grandes empreendimentos sob a égide da “modernização” e/ou ligados ao “progresso” pelo aumento de capital.

(2006) afirma que como instituição da virtualidade<sup>103</sup>, mas defensora da materialidade, a cidade foi capturada pela lógica da industrialização. Contudo, as relações das pessoas com os lugares onde vivem são cambiáveis e constantemente negociadas, não sendo meramente produtos provenientes de matérias-primas em processos predefinidos de produção.

O apelo antropológico para ampliação de reflexões sobre o que se propaga “desenvolvimento” se coloca, também, em situações nas quais as modificações propagadas pelos ideais de projetos desenvolvimentistas afetam diretamente às pessoas e suas relações com seus espaços, sem pensar nas sociabilidades criadas entre esses elementos espaço-pessoais. Afinal, conforme Sahlins (1997b), compor um possível “*developman*”<sup>104</sup>, para além da perspectiva materialista e pensando em desenvolvimento no sentido de valor humano, talvez seja uma alternativa para se refletir sobre a viabilidade social de grandes projetos de empreendimentos.

A “memória espacial” pode ser considerada como um desses valores humanos que deve ser levada em conta em processos de desenvolvimento quando voltados às pessoas<sup>105</sup>. Por exemplo, Tianshu (2011) retrata no processo de enobrecimento ligado ao turismo em Xangai que entre quadras superiores e inferiores existem degraus de moral que são localmente elaborados e reificados (TIANSHU, 2011, p. 155). Entre o local rural e o cosmopolita, denota Tianshu, 150 anos de Xangai se moldam em discursos cotidianos, “vestígios” de antepassados chineses e o impacto da corrente de conhecimento globalizada na população.

Manifestar o interesse em compor esses vínculos de “memória espacial” pode também ressaltar perspectivas de senso estético e relacionadas ao lazer. No Poço

---

<sup>103</sup> A “virtualidade” que Lefebvre atenta refere-se às expressões de desejos refletidos em obras que modificam espaços urbanos. Tais intervenções, segundo ele, induzem vontades subjetivas das pessoas ao mesmo tempo em que refletem subjetividades quando escalas mundiais são padronizadas na urbanização de cidades. Por isso, há um manifesto do autor em que se concebiam outras formas do urbano, que compreendam “a simultaneidade e o encontro”, isto é, que se projetem reformas urbanas pensando primeiramente nas pessoas (LEFEBVRE, 2006, p. 79).

<sup>104</sup> “*Developman*” (desenvolvimento do ser humano) é o termo nativo usado por pessoas de ilhas do Pacífico em um “processo de ampliação de mundo” que inclui viagens pelo mundo e troca de conhecimentos interpessoais constantes em vez de apenas obtenção de recursos fixos (SAHLINS, 1997b, p. 108-118).

<sup>105</sup> Permite-se aqui entender a nostalgia proporcionada pela memória como ligada ao aprendizado no local onde as pessoas vivem mediante lições de antepassados. Nessa perspectiva, resalta-se o trabalho de Bateson (1987 [1935]) no qual a transmissão de conhecimentos pode ocorrer em unidades menores de pensamento, em processos de aprendizado adaptados ao cotidiano das pessoas envolvidas, às ações diárias.

da Draga, é possível perceber como alguns moradores guardam a beleza da paisagem da praia e a visão do mar como riquezas próprias do ambiente onde vivem ao mesmo tempo em que sabem da importância do uso desse espaço como atividade de recreação das pessoas durante muito tempo.

Além do mais, a reunião desses desejos das pessoas sobre a utilização e representação do espaço onde habitam pode se transformar em luta política. Alguns acontecimentos ocorridos no Poço da Draga se articulam com essa possibilidade. Conforme destacado anteriormente<sup>106</sup>, em dezembro de 2013, a área de construção do Acquario Ceará teve que ser expandida para a colocação do refeitório dos trabalhadores da obra. Assim, representantes do governo do Estado do Ceará autorizaram a implementação de tapumes ao redor da área que compreende o Pavilhão Atlântico e da quadra poliesportiva dos moradores do Poço da Draga. Devido a isso, a vista para o mar e o acesso à praia foram dificultados aos moradores.

É possível pensar esse episódio como uma movimentação de pessoas insatisfeitas com ações interventivas de alguns agentes de governança. Concebendo espaços (principalmente em contextos citadinos) como locais majoritários onde ocorrem lutas políticas, sociais e de classes, Harvey (2012) propõe a necessidade de examinar as dinâmicas da luta urbana para entender o ponto de vista do capital<sup>107</sup>. O que é público não é necessariamente o que é “comum”. O “*common*” deve estar ligado ao social, à ocupação de espaços públicos, à ação de transformação social dentro de movimentos revolucionários (HARVEY, 2012, p. 72-73). Por isso, Harvey (2012) realça que a retomada dos centros urbanos ante ao sistema do capital por meio de uma revolução popular, constituindo a formação de cidades rebeldes, é a forma plena de conceder o direito das pessoas de usufruírem o local onde moram.

---

<sup>106</sup> Vide capítulo anterior.

<sup>107</sup> A partir de escalas de intervenção urbana, em que a centralidade se dá pelos projetos de urbanização, Harvey (2012) mostra como diferentes fases do capitalismo começaram com grandes intervenções urbanas. Na França, Paris com Haussmann numa nova escala pensando a cidade com enormes avenidas; concomitantemente o Canal de Suez no Panamá, com a possibilidade do fluxo capitalista se expandir por vias comerciais. O que Harvey (2012) conclui é que para fazer grandes obras há motivações de estilo de vida, tentativas de “*asepsia social*” com áreas verdes, cuidados com meio ambiente e limpeza urbana, além de preocupações sociais, atendendo interesse da burguesia. Dessa maneira, o capital precisa inventar novas formas de ganhar dinheiro (financiamentos, crédito, etc.), ou seja, o sistema financeiro se transforma concomitantemente com a escala de intervenção urbana. A cidade, para Harvey (2012), não é só um lugar onde o capital gasta dinheiro, mas com a escala de intervenção urbana se provoca necessidades de modificar os sistemas de crédito e financeiro, interferindo na forma e na capacidade de circulação do capital.

Nessa arena de conflitos e afirmações de interesses diversos, se percebe que as relações entre as pessoas com o local onde vivem são repletas de significados e que se coadunem com o desejo delas de habitarem continuamente para manter laços ou ressignificá-los com o passar do tempo. Embora a ideia de Harvey (2012) seja de uma revolução que abranja cidades inteiras, se entende essas revoltas localizadas em eventos específicos como manifestações de atores sociais insatisfeitos com as políticas desenvolvimentistas que, muitas vezes, possuem semelhanças em escala global.

No balanço teórico das noções de “desenvolvimento” e “globalização”, se compreende a inserção do Acuario do Ceará como um empreendimento envolto pela ideologia de “progresso” e “modernidade”. Repercutindo a abordagem dos autores aqui dialogados, a importância da antropologia no estudo atual do cotidiano do Poço da Draga está nas mudanças promovidas internamente no aglomerado urbano com a construção e, conseqüente, instalação e funcionamento do oceanário. Os moradores do Poço da Draga estão observando, por meio das contínuas transformações ao longo dos anos em sua região, um conjunto de políticas governamentais em prol do desenvolvimento turístico. Mesmo diante de algumas rupturas das alianças tradicionais firmadas entre os moradores da comunidade ao longo dos anos<sup>108</sup>, observo que o discurso das pessoas do Poço da Draga em permanecer no local onde vivem é permeado de um sentimento de pertença, de enraizamento por ter relações de afinidade com o ambiente.

Por meio das reflexões de alguns autores aqui destacados também se pensa que aprendizados etnográficos podem ocorrer a partir de divergências teórico-práticas. Na perspectiva de Escobar (2008) percebem-se movimentos sociais como produtores de *diferença*, compondo redes associativas. Nesse ínterim, o meio de pluralidade de interesses do Poço da Draga, repleto de associações transitórias, discórdias e desencontros torna a complexidade interna o fator de riqueza conceitual para se entender a dinâmica externa propagada pela construção do Acuario Ceará.

Com a participação em decisões, não a cargo apenas das entidades governamentais, formando similares “commons” de Lefebvre (2006), será possível alertar para a necessidade de um debate mais aproximado entre instituições e pessoas,

---

<sup>108</sup> Dentre essas rupturas, uma das mais marcantes destacadas neste trabalho foi a perda gradativa de interesse dos moradores mais jovens pela atividade pesqueira, em um processo que durou décadas desde o esvaziamento da colônia de pescadores.

para as intervenções urbanas serem mais dialogadas com os sujeitos antes de serem impostas. Assim, se estabelecerá algo mais próximo de um desenvolvimento como valor humano. Os resquícios de nostalgia das pessoas poderão ser inseridos como relatos participativos sobre relações sociais firmadas cotidianamente e bem anteriores às construções dos empreendimentos e das tentativas de enobrecimento da área. E neles, nos vestígios da memória dos interlocutores, é possível relacionar diversas formas de racionalidade múltiplas e contraditórias acerca do que se pensa como “tradicional” (FISKE; SHWEDER, 1987).

E no âmbito de um conceito maleável com as circunstâncias em que é aplicado, atribuir o “tradicional” para alguns moradores do Poço da Draga pode ser uma tentativa para eles definitivamente obterem a posse de suas habitações. Diante do movimento de implantação do “moderno” oceanário na região, o discurso pregado a favor da permanência no território habitado historicamente há mais de cem anos, “tradicional”, provavelmente aparece como uma oportunidade de reivindicar direitos. Ou seja, mais uma das possibilidades em que os atores sociais modificam suas ações de acordo com seus contextos. Na vivência antropológica dessas ações, mesmo que elas sejam propagadas apenas em âmbito discursivo, se percebe uma infinidade de conhecimentos elaborados por aqueles que vivem no local e concomitantemente se mobilizam no interior de suas pluralidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – perspectivas de estudos posteriores no Poço da Draga e aprendizados obtidos**

Percebo neste trabalho que estabeleci algumas relações amistosas com os interlocutores. Obtidas no curto período em que permaneci fazendo entrevistas no Poço da Draga, tais relações se mostraram verdadeiras quando dispostas em objetivos comuns. Dentre esses objetivos está a continuidade de estudos posteriores dentro do Poço da Draga, provocando mais reflexões. Conforme Geertz (2001), um dos papéis marcantes do antropólogo em suas pesquisas é o de provocar inquietudes e a partir delas estabelecer conexões de sentido com a coletividade.

Para “dar sentido” inicial nesta pesquisa, achava vital que o Acquario Ceará tivesse sido totalmente construído ou definitivamente descartado como obra. Nenhuma dessas duas situações aconteceu durante o período desta pesquisa (de 2012 a 2014). À espera de um evento apoteótico que mudasse radicalmente um espaço, fiquei na expectativa que algo definitivo ocorresse quanto à instalação do oceanário. Sem êxito nesses anseios, percebi mais uma vez que a pesquisa social não tem controle por parte do pesquisador. A sorte que obtive foi de observar e monitorar as reações dos interlocutores que também acompanhavam este processo com expectativa. Nesse ínterim, pude aprender lições de um cotidiano dificultoso, dentro do Poço da Draga, com ou sem o Acquario.

Essa grande mudança que não aconteceu, a construção completa do Acquario Ceará, indicou que a pesquisa antropológica acerca do “desenvolvimento” pode não apenas se dar no fato e sim nas *transformações que o antecedem*. Como dinâmica que se arrasta em inserção no campo, o clímax não-acontecido no processo de pesquisa é interessante por ser possuidor de desdobramentos. A que se pensar sobre este estudo como resultado de uma etnografia da *antecipação* de um evento crítico, que se estabelece nas vivências de pessoas com os espaços ocupados historicamente por elas. Por meio de monitorar seus medos, anseios, boatos e rumores, foi possível perceber de algumas pessoas como elas antecipam determinados processos de mudança social. Em outras palavras, este trabalho problematizou alguns microprocessos dispostos nos cotidianos de pessoas afetadas pela antecipação da construção de um grande empreendimento.

Por esses fatores, equilibrei as forças de desamparo, minhas e dos interlocutores ante a um evento não concretizado, com a perspectiva de me aprofundar no cotidiano vivido por diversas motivações nas ruas do Poço da Draga. A situação precária de muitas moradias, a falta de saneamento básico, os esgotos “correndo por becos” (Rosa) a céu aberto, os “perigos” do Pocinho e as inundações do manguezal invadido denotaram elementos importantes para a configuração deste estudo por terem sido inesperados. Talvez se a efetivação do Acquario Ceará ou mesmo sua não-implantação tivessem ocorrido, esses aspectos do cotidiano difícil destas pessoas não viriam à tona no estudo com tamanha atenção.

Nesta pesquisa, as minhas realizações se deram nas próprias dificuldades encontradas, pois estive sempre com a sensação que múltiplas ações de diferentes pessoas moldavam o intenso dia a dia de trabalho de campo. As ideias que os próprios interlocutores me deram para a construção desta pesquisa foram marcantes. Francisca, em meio aos afazeres ONG e atribuições de atividades para os moradores, me sugeriu fazer um trabalho similar a um inventário histórico do Poço da Draga. E por que não retratar as histórias de lá em um momento tão significativo para os interlocutores?

O legado do Poço da Draga para a posteridade parece estar vinculado às próprias expectativas das pessoas quanto ao futuro delas no espaço onde vivem. O esforço em compor um trabalho etnográfico em constante andamento, em uma temática escolhida sobre a construção de um empreendimento que está em desdobramento atual, reside em conceber múltiplas vozes dissonantes quanto a este futuro. O que pensar sobre como estarão suas moradias daqui a alguns anos? Permanecerão no local ou serão removidos? Se permanecerem, estarão em que condições de vida?

Sem dúvida, este estudo pode repercutir novas possibilidades de pesquisa, temas não abordados aqui podem fornecer valiosos estudos sociais sobre o Poço da Draga. A minha própria limitação de tempo para obter mais aspectos das sociabilidades dentro do Poço da Draga gerou mais inquietações sobre o que se pode esperar sobre pesquisas futuras no Poço da Draga. Uma dessas perspectivas de estudos se insere em investigar os motivos que levam muitas pessoas, principalmente os moradores mais antigos, a situarem o Poço da Draga com 108 anos de existência. A partir dessa



premissa informada por vários interlocutores, insiro aqui possibilidades de estudos mais detalhados do cotidiano das famílias, anseio que tive aqui e não pude concretizar<sup>109</sup>.

O que pretendo destacar, como lição aprendida neste estudo, é que os anseios iniciais da pesquisa são moldados de acordo com os acontecimentos que ocorrem no trabalho de campo durante seu tempo de execução. Ter um plano de estudos a ser feito inicialmente é importante, mas parece também ser fundamental saber lidar com as adversidades. Entender o Outro em suas diferenças e nos modos que vivem sempre foi uma característica marcante do ofício antropológico. Entre os aprendizados obtidos aqui, nesta pesquisa, está também que as propostas de investigação devem ser oriundas tanto das inquietações do pesquisador quanto dos dissensos e concordâncias por parte dos pesquisados. Logo, a abrangência do trabalho de campo se dá em torno de algumas particularidades das relações sociais envolvidas na pesquisa, tais como mediações e delegações situacionais proporcionadas pelas pessoas que vivenciam a experiência etnográfica conjuntamente com o antropólogo.

Assim, percebo a prática antropológica como empreendimento de reflexões compartilhadas de saberes, reconhecendo os méritos em formular ensinamentos pelo estudo etnográfico e pelo complexo de atitudes designados pelos interlocutores. Se houver manifestação política dos agentes em seus contextos sociais estudados, ela deve ser destacada em ação, ou seja, o enfoque da pesquisa deverá possibilitar a percepção desde mecanismos informais de estabelecimentos de limites e fronteiras (como os estudos de rumor, fofoca e boato, por exemplo) até a permissão de pensar a respeito dos conflitos efetivos e/ou latentes.

A antropologia, ao ver diferenças de escalas conceituais entre pesquisador e pesquisado, pode retratar diversas multiplicidades das composições sociais de acordo com particularidades linguísticas e históricas. Perceber a atividade de pesquisa etnográfica como relacional, proporcionando divergências de centralidade teórica, caracteriza a complexidade de visões do antropólogo diante do contato com contextos sociais plurais. Assim, relações sociais específicas, analisáveis muitas vezes em espaços

---

<sup>109</sup> É importante destacar que o mérito da ideia inicial em estudar as famílias mais antigas do Poço da Draga foi da minha orientadora, professora Cristina Patriota de Moura. Através de orientações sobre possibilidades de estudos no Poço da Draga, ela me estimulou a conversar com moradores mais antigos na tentativa de estabelecer um panorama de casamentos entre famílias, acompanhando as mudanças geracionais entre elas. Assim, se permitiria averiguar as sociabilidades firmadas historicamente na afirmação de muitas pessoas que o Poço da Draga possui 108 anos. Infelizmente, limitações de tempo não permitiram fazer agora este estudo. Contudo, nada descarta a realização dele em um futuro próximo.

intersticiais de esferas de conhecimento, podem ser percebidas como microprocessos possivelmente comparados com outros contextos de acordo com parâmetros não-fixos, ajudando a “perceber a antropologia como uma atividade que é parte daquilo que estuda” (FABIAN, 2013, p. 173).

Além disso, é pertinente considerar que a especificidade no recorte da pesquisa antropológica se dá também devido ao ritmo de produção do meio acadêmico. Focar em estudos de grupos sociais particulares, em seus complexos de interesses motivados durante o período do trabalho de campo, pode ser um esforço para se evitar o malogro da “etnografia como mercadoria” a qual Fabian alerta (cf. FABIAN, 2013, p. 122), bem como abranger as exigências formais das agências de fomento e das instituições de ensino e pesquisa.

Contudo, destaco que não é necessário “dar sentido” ao trabalho de campo realizado por concebê-lo como “espelho” para a elaboração da escrita etnográfica. O que percebo como concernente ao trabalho antropológico é mostrar relações respeitadas com as teorias locais obtidas na pesquisa de campo, evitando iniciar a escrita etnográfica já sabendo o final dela. Estando constantemente em exercício processual de descoberta e aprendizado no contato com os Outros, o antropólogo pode evitar corromper suas narrativas etnográficas com teleologias modernas e dualismos que limitam o raciocínio teórico (cf. LATOUR, 1994). Entendo que o pesquisador, ao demonstrar o seu recorte específico executado no trabalho de campo durante a sua escrita etnográfica, permite que seus leitores percebam que a etnografia produzida foi um empreendimento escolhido dentro de uma multiplicidade de outras situações que, provavelmente, também eram relevantes como objetos de estudos antropológicos.

Por fim, me restam algumas inquietações que tive durante a prática antropológica do trabalho de campo desta pesquisa: como lidar com ideologias que os interlocutores parecem não se preocupar? Ou, nas palavras de Fabian (2013, p. 118), como evitar o “colapso da reflexividade coletiva”? Vejo que, além de que o antropólogo deva “partilhar o passado” com o Outro e revelar etnograficamente o “Eu” do pesquisador em afirmações sobre o “Outro” pesquisado, é possível lidar com a mudança histórica no ofício antropológico como uma dinâmica em si mesma. Dessa maneira, os próprios *obstáculos* do laborioso empreendimento etnográfico podem estabelecer suas *conexões* para possíveis mudanças teórico-metodológicas no decorrer da pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. 1988 [1977]. “Notes on the Difficulty of Studying the State”. In: *Journal of Historical Sociology* 1, v. 1:58-89.

ADERALDO, Mozart Soriano. 1993. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza, CE: Edições UFC.

ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

APPADURAI, Arjun. 1990. “Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy”. In: Featherstone, Michael. (Org.). *Global Culture*. London, England: Sage Publications, pp. 295-310.

ATRAN, Scott; MEDIN, Douglas; ROSS, Norbert. 2004. “Evolution and devolution of knowledge: a tale of two biologies”. In: *JRAI*, 10(2): 395–420.

BACHELARD, Gaston. 1993. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

BATESON, Gregory. 1986 [1935]. *Steps to an Ecology of Mind*. Northvale, NJ, USA; London, England: Jason Aronson Inc.

BERLIN, Brent; BREEDLOVE, Dennis E.; RAVEN, Peter H. 1973. “General Principles of Classification and Nomenclature in Folk Biology”. In: *American Anthropologist*, Vol. 75, No. 1, pp. 214-242, 1973.

BONDUKI, Nabil Georges. 1994. “Origens da habitação social no Brasil”. In: *Análise Social*, XXIX (127):711-732.

BRIGHTMAN, Marc. 2008. “Plants, property and trade among the Trio and Wayana of southern Suriname”. In: Lenaerts, Marc; Spadafora, Ana María (Orgs.). *Pueblos indígenas, plantas y mercados – Amazonía y Gran Chaco*. Bucarest, Romania: FLACSO/Zeta Books, pp. 157-173.

- CALLINICOS, Alex. 2001. *Against the Third Way*. Cambridge, England: Polity.
- CASTELLS, Manuel. 2006 [1972]. *A ideologia urbana, parte II*. In: *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, pp.127-179.
- \_\_\_\_\_. 2002. "Conclusion: Urban Sociology in the Twenty-first Century". In: Susser, Ida. (Ed.) *The Castells reader in cities and social theory*. Malden and Oxford: Blackwell Publishers, pp.390-406.
- CLIFFORD, James. 2008. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. 2010. "A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial". In: *Anuário Antropológico*, v. 2009, p. 179-210.
- COHEN, Erik. 2005. "Principales tendencias en el turismo contemporáneo". In: *Política y Sociedad*, 42(1): 11-24.
- COLMEGNA, Paula. 2005. "Reflexiones acerca del papel del/la antropólogo/a em proyectos de desarrollo". In: Leite, Ilka Boaventura. (Org.). *Laudos Antropológicos em debate*. Florianópolis, SC: Co-edição NUER/ABA.
- CORIOLOANO, Luzia Neide; PARENTE, Karlos Markes. 2011. "Espaços de reserva do capital na orla oeste de Fortaleza (Ceará, Brasil): demandas para Lazer e Turismo". In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.5, n.1, p.63-82.
- DeLANDA, Manuel. 2006. *A New Philosophy of Society: assemblage theory and social complexity*. London, England: Continuum.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1995 [1980]. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DESCOLA, Philippe. 1996. *La Selva Culta: simbolismo y praxis em la ecología de los Achuar*. 3ª Ed. Quito, Ecuador: Ediciones ABYA-YALA.

DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli. 2001. "Introducción". In: Descola, Philippe; Pálsson, Gísli (Coords.). *Naturaleza y Sociedad: perspectivas antropológicas*. Ciudad de Mexico, D. F., Mexico: Siglo Veintiuno Ed., pp. 11-33.

DUMONT, Louis. 1985. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

DUSSEL, Enrique. "Beyond Eurocentrism: The World-System and the Limits of Modernity". 2004 [1998]. In: Jameson, Fredric.; Myoshi, Masao. (Eds.). *The Cultures of Globalization*. Durham and London: Duke University Press, pp. 3-31.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. 2004. "Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿Diálogo intercultural?" In: \_\_\_\_\_. Surallés, Alexandre; García Hierro, Pedro. (Eds.). *Tierra adentro: Territorio indígena y percepción de entorno*. Documento No. 39. Copenhagen, Denmark: IWGIA, pp. 259-275.

ELLEN, Roy. 1996. *La geometría cognitiva de la naturaleza. Un enfoque contextual*. In: Descola, Philippe; PÁLSSON, Gísli. (Coord.) *Naturaleza y Sociedad: perspectivas antropológicas*. Ciudad de Mexico, D. F., Mexico: Siglo Veintiuno Ed., 2001, pp. 124-146.

ELIAS, Norbert. 1994a. *O Processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

\_\_\_\_\_. 1994b. *O Processo civilizador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ESCOBAR, Arturo. 2008 [1992]. "Imagining a Post-Development Era". In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique (Orgs.). *The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 341-351.

\_\_\_\_\_. 1995. *Encountering Development. The Making and unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton UP, 1995.

\_\_\_\_\_. 2008. *Territories of difference: place, movements, lifes, redes*. Durham, NC, USA: Duke University Press.

FABIAN, Johannes. 2013 [1983]. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, RJ: Vozes.

FAULKNER, William. 1981 [1936]. Absalão, Absalão! Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

FEITOSA, Luiz Tadeu. 1998. O Poço da Draga: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume.

FERGUSON, James. 1990. The anti-politics machine. "Development", Depoliticization, and Bureaucratic power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press.

FISKE, Donald W.; SHWEDER, Richard A. (Orgs.). 1986. Metatheory in Social Science: Pluralisms and Subjectivities. Chicago, IL, USA: University of Chicago Press.

FRANKE, Richard W.; CHASIN, Barbara H. 2008 [1994]. "Kerala: radical reform as development in an Indian State". In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique (Orgs.). The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 368-372.

FRIEDMAN, Jonathan. 2008 [2003]. "Globalization, Dis-integration, Re-organization: the transformations of violence". In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique (Orgs.). The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 160-168.

GARDNER, Katy; LEWIS, David. 2008 [1996]. "Beyond Development?" In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique (Orgs.). The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 352-359.

GASPAR, Luciano Mota. 1970. Integração econômica e social de uma favela: estudo sobre o "Poço da Draga". Fortaleza.

GEERTZ, Clifford. 2001. "Anti anti-relativismo". In: Nova Luz Sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GIDDENS, Anthony. 1991. As consequências da modernidade. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP.

\_\_\_\_\_. 2000. *The Third Way and Its Critics*. Cambridge, England: Polity Press.

GLEDHILL, John. 2008 [2001]. “ ‘Disappearing the Poor?’: A critique of the new wisdoms of Social Democracy in an Age of Globalization”. In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique (Orgs.). *The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 382-389.

GLUCKMAN, Max. 1987. “Análise de uma situação colonial na Zululândia moderna”. In: Feldman-Bianco, Bela. (Org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 227-344.

GONDIM, Linda M. P. 1981/1982. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, vol. 12/13, n. 1/2:27-44.

\_\_\_\_\_. 2001a. “A construção social da memória na Moderna Fortaleza”. In: Aguiar, Odílio et al. (Orgs.) *Olhares contemporâneos; cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 174-189.

\_\_\_\_\_. 2001b. “O dragão da cultura contra a cidade partida: o Centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza”. In: *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, 9., Rio de Janeiro. Vol. 2, p. 922-935.

\_\_\_\_\_. 2006. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume.

\_\_\_\_\_. 2009. “Estatuto da Cidade, planejamento urbano e a questão da favela: novas soluções para velhos problemas?”. In: *Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq*, Fortaleza.

\_\_\_\_\_.; ALMEIDA, André Araújo. 2014. “Espaços segregados como componentes da paisagem urbana: o caso da comunidade Poço da Draga em Fortaleza, Brasil”. In: *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. *Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, São Paulo.

GOODY, Jack. 2012. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GUPTA, Akhil. 1998. *Postcolonial Developments: Agriculture in the making of modern India*. London: Duke UP.

HANNERZ, Ulf. 1997. “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”. In: *Mana*, v.3, n°1, Rio de Janeiro, pp. 7-39.

HARVEY, David. 1993. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3ª Ed. São Paulo: Loyola.

\_\_\_\_\_. 2011. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. 2012. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. London, England; New York, USA: Verso.

HEMINGWAY, Ernest. 1952. *The old man and the sea*. New York, USA: Charles Scribner's Sons.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

HVIDING, Edvard. 1995. “Naturaleza, Cultura, Magia, Ciencia. Sobre los metalenguajes de comparación em la ecología cultural”. In Descola, Philippe; Pálsson, Gísli (Coord.). *Naturaleza y Sociedad: perspectivas antropológicas*. Ciudad de Mexico, D. F., Mexico: Siglo Veintiuno Ed., 2001, pp. 192-213.

INGOLD, Tim. 1995. “Humanidade e Animalidade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n° 28.

\_\_\_\_\_. 2000. “Hunting and gathering as ways of perceiving the environment”. In: *The perception of environment*. London, England; New York, USA: Routledge.

KOHN, Eduardo. 2007. “How dogs dream: Amazonian Natures and the Politics of Transspecies Engagement”. In: *American Ethnologist* 34(1): 3-24.

LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 2005. *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. New York, USA: Oxford University Press.

LEFEBVRE, Henri. 2006 [1967]. *O direito à cidade*. 4ª Ed. São Paulo: Centauro.



LEITE, Rogério Proença. 2007. *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS.

LENAERTS, Marc. 2006. "Ontologie animique, ethnosciences et universalisme cognitif: le regard ashéninka". In: *L'Homme*, 179, pp. 113-139.

LEWIS, David. 2005. *Anthropology and development: the uneasy relationship*. London, England: LSE Research Online.

LITTLE, Paul. 2002. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". In: *Anuário Antropológico 2003-2004*. Brasília: Ed. UnB.

\_\_\_\_\_. 2010. "Introdução: os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade". In: Little, Paul. (Org.). *Conhecimentos tradicionais para o século XXI: Etnografias da Intercientificidade*. São Paulo; Annablume.

MARCUS, George E. 1991. "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". In: *Revista de Antropologia*, n° 34, São Paulo: Ed. USP, pp. 197-221.

\_\_\_\_\_. 1995. "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, pp. 95-117.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. 1986. *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. Chicago, IL, USA: Univ. Chicago Press.

NADASDY, Paul. 2003. *Hunters and bureaucrats: power, knowledge, and aboriginal-state relations in the southwest Yukon*. Vancouver, Canada: UBC Press.

OLIVEIRA, Heloísa Maria Alves de. 2003. *O Poço da Draga 'premiado': o projeto de realocação e a construção do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará*. Fortaleza, CE: Monografia de Graduação do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará (UFC).

\_\_\_\_\_. 2006. O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades. Fortaleza, CE: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC).

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 2005. *Anthropology and Development: understanding contemporary social change*. London, England: Zed Books.

ONG, Aihwa. 2011. "Introduction: Worlding Cities, or the art of Being Global". In: Roy, Ananya; Ong, Aihwa (Orgs.). *Worlding Cities. Asian Experiments and the Art of Being Global (Studies in Urban and Social Change)*. United Kingdom: Wiley-Blackwell.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. 2010. "Condomínios e Gated Communities. Por uma antropologia das novas composições urbanas". In: *Anuário Antropológico* v. 2009/2010 I, pp. 209-232.

\_\_\_\_\_. 2013. "O urbano e suas múltiplas dimensões". In: *Anuário Antropológico*, v. 38 (2):09-15.

POSEY, Darrell A. 1996. "Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade". In: Pavan, Crodowaldo. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia* (v. 1). São Paulo: Memorial/Unesp: 149-157.

RABINOW, Paul. 1999. "Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia". In: *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

REDFIELD, Robert; HERRERA, Gregorio Rosas. 1942. "La Sociedad Folk". In: *Revista Mexicana de Sociología*, v. 4, n° 4, pp. 13-41.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992. "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento". In: *Revista de Antropologia* n° 34, pp. 59-101.

ROCHA JR., Antônio Martins. 2000. *O turismo globalizado e as transformações urbanas do litoral de Fortaleza. Arquitetura e estetização da praia de Iracema*. 2000. Fortaleza, CE: Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal do Ceará (UFC).

RODRIGUES, Lea Carvalho. 2010. "Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra". In: *Civitas*, Porto Alegre, RS, 10(3): 527-544.

\_\_\_\_\_. 2011. "Diretrizes da Política Nacional de turismo e subsídios para sua avaliação". In: *Revista Gestão Pública*, Recife, PE, 2(3): 62-78.

RODRIGUES, Neivânia Silva. 2013. *O movimento dos peixes: do Acquario às ruas*. Fortaleza, CE: Monografia de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará (UFC).

SAHLINS, Marshall. 1997a. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em vias de extinção". (parte I). In: *Mana*, 3(1):41-73.

\_\_\_\_\_. 1997b. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção" (parte II). In: *Mana*, 3(2): 103-150.

SANTILLÁN, Ángeles A. López; GUARDADO, Gustavo Marín. 2010. "Turismo, Capitalismo y producción de lo exótico: una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura". In: *Relaciones* 123, 31: 219-258.

SASSEN, Saskia. 2005. "The Global City: Introducing a concept". In: *Brown Journal of World Affairs*. Providence, RI, USA: Brown University.

\_\_\_\_\_. 2008 [2005]. "Globalization after September 11". In: Edelman, Marc; Haugerud, Angélique (Orgs.). *The Anthropology of Development and Globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford, England: Blackwell Publishing, pp. 173-176.

\_\_\_\_\_. 2006. *Territory, Authority, Rights. From western origins to global faith*. London, England; New York, USA: Zed Books.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. 2001. *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema*. Fortaleza, CE: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC).

TIANSHU, Pan. 2011. "Place Attachment, Communal Memory, and the Moral Underpinnings of Gentrification in Postreform Shanghai". In: Kleinman, Arthur, et alia. *Deep China. The moral life of the person. What anthropology and psychiatry tell us about China today*. Berkeley, CA, USA: University of California Press.

TURNBULL, David. 2000. *Masons, tricksters and cartographers*. Amsterdam, Holland: Harwood Academic Publishers.

VELHO, Gilberto. 1989 [1973]. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. 2005. “A respeito da Escola de Chicago”. In: Valladares, Lícia do Prado. (Org.) *A Escola de Chicago. Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VERNE, Júlio. 1864. *Voyage au centre de la Terre*.

WAGNER, Roy. 2010. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York, USA: Academic Press.

WILLERSLEV, Rane. 2004. “Not Animal, Not Not-Animal: Hunting, Imitation and Empathetic Knowledge among the Siberian Yukaghirs”. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, (N.S.) 10:629-652.

WIRTH, Louis. 1987 [1938]. “O Urbanismo como Modo de Vida”. In: Velho, Otávio. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, pp. 90-113.

WOLF, Eric Robert. 2005. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Ed. USP.

ZUKIN, Sharon. 2000a. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantes, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus.

\_\_\_\_\_. 2000b. “Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. In: Arantes, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus.

## Fontes primárias

BRASIL DE FATO. Blog Jornalístico. Os custos do Acquario. Disponível em: <<http://www.brasilefato.com.br/node/13135>>. Acesso em:

CITY LAB. Design. Disponível em: <http://www.citylab.com/design/2014/07/the-us-is-building-a-fantastical-aquarium-in-brazil/374766/>. Acesso em: 27/07/2014.

DIÁRIO DO NORDESTE. Notícias disponíveis em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/online/pesquisa-e-turismo-sao-trunfos-do-empreendimento-1.837525>; <http://blogs.diariodonordeste.com.br/diariocientifico/category/oceanografia/>; <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/acquario-ganha-sala-de-exposicoes-do-projeto-1.1062915>; <http://inclusaoprofissional.diariodonordeste.com.br/v4/cadernos/mar-de-oportunidades-com-o-acquario/>; Vários acessos.

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/acquario-1-passo-para-desapropriacoes-1.1170914>. Acesso em: 10/12/2014

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/modelo-de-gestao-do-acquario-ceara-deve-sair-ate-dezembro-1.1014411>. Acesso em: 08/01/2015.

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/modelo-de-gestao-do-acquario-ceara-deve-sair-ate-dezembro-1.1014411>. Acesso em: 09/01/2015.

G1. Portal de notícias. Em 13/07/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/07/manifestantes-acampam-em-frente-obras-do-acquario-em-fortaleza.html> , acesso em 10/01/2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Informe nº 48 (06/12/2012). Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece\\_Informe\\_48\\_06\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_48_06_dezembro_2012.pdf). Acesso em: 15/07/2014.

LABOMAR. Instituto de Ciências do Mar. Universidade Federal do Ceará (UFC). Notícias disponíveis em: [http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=245&Itemid=37](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=245&Itemid=37); [http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=269&Itemid=37](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=269&Itemid=37). Vários acessos.

LIMA, E. de. **Acuario do Ceará, um projeto sem estacionamento?** Site Blog do Eliomar vinculado ao O Povo Online. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/acuario-do-ceara-projeto-sem-estacionamento/>. Acesso em: 29/09/2012.

OLIVEIRA, M. C. de.; WALRAVEN, C. I. M.; **Acuario Ceará: Equipamento deve duplicar fluxo turístico cearense.** Site da Secretaria de Turismo (SETUR) do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/release>. Acesso em: 11/07/2012.

O POVO. Jornal. Notícias disponíveis em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/07/23/noticiasjornaleconomia,3286323/40-das-obras-estarao-prontas-ate-dezembro-diz-setur.shtml>. Acesso em: 25/07/2014.

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/02/19/noticiasjornalpolitica,3394789/obras-do-acuario-ceara-sao-adiadas-pela-3-vez.shtml>. Acesso em: 20/02/2015.

PIMENTEL, R. **Cid Gomes faz visita surpresa ao canteiro de obras do Acuario Ceará.** Site Jangadeiro Online. Disponível em: <http://www.jangadeiroonline.com.br/tag/poco-da-draga/>. Acesso em: 14/07/2012.

SEMACE. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Acuario Ceará. Processo SEMACE nº 08674109-8. Fortaleza, Ceará, Brasil: Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/FORTALEZA-AQUARIO.pdf>. Acesso em: 14/09/2013.

SETUR-CE. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. Fortaleza. 2012. Disponível em: [www.setur.ce.gov.br](http://www.setur.ce.gov.br). Teaser do Acuario Ceará. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/Acuario%20Ceara-Area%20Externa%20e%20Atracoes..avi/view> . Vários acessos.

Imagens do Acuario Ceará. Internas, disponíveis em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/fotos/internas/>. Exteriores, disponíveis em: <http://www.setur.ce.gov.br/projetos/acuario-ceara/fotos/externas/>. Vários acessos.

TRIBUNA DO CEARÁ. Jornal. Notícia disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/comissao-da-al-discute-impactos-do-acuario-ceara/>. Acesso em: 17/07/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). Departamento de Engenharia de Pesca. Docente: José Renato de Oliveira Ceará. Disponível em: <http://www.si3.ufc.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1673350>. Acesso em: 15/07/2014.